

Proc. Administrativo 3.340/2024

De: Aline G. - DP - Secretaria
Para: DP - Departamento de Planejamento e Meio Ambiente
Data: 05/03/2024 às 16:00:58

Setores envolvidos:

GP, DP, DO, DA, DT, DF-DOC, DF-SEMP, GP-ASSTEC, DP-GD, DP-DMA, DP-DENG, DP-DCO, DA-SLIC, DA-SECOA, DP - Secretaria, CL2, DRO, DF-DIRFI, DA-MRC, DA-MVP, Eng-J

Req. nº 167/2024 - Revitalização do calçadão central

Juliana Caldevilla,
Segue requisição nº 167/2024 - Referente à Revitalização do calçadão central.

—
Aline Di Giulio
Chefe de Serviço Administrativo

Anexos:

1_Termo_de_Referencia_Revitalizacao_do_Calcadiao_Central.pdf
Formalizacao_de_demanda.pdf
Requisicao_n_167.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Gabriela Lambiazzi	05/03/2024 16:02:12	1Doc	GABRIELA LAMBIAZZI CPF 454.XXX.XXX-71
Marina Menezes de Magalhae...	06/03/2024 08:17:36	1Doc	MARINA MENEZES DE MAGALHAES RIBEIRO CPF 424....
Juliana Egydio Caldevilla ...	06/03/2024 08:46:05	1Doc	JULIANA EGYDIO CALDEVILLA BONFIETTI CPF 325....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DFBC-2E79-36BD-7FCB**

TERMO DE REFERÊNCIA

REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, EM SÃO ROQUE-SP

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque-SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço especial de engenharia, nos termos da alínea “b”, inciso XXI, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, estando dispensada a apresentação de estudo técnico preliminar em razão da realização de projeto básico.

1.3. O prazo de execução do objeto é de 10 (dez) meses contados da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação justifica-se pela necessidade de fomentar o potencial turístico baseado na revitalização e melhorias, visando o conforto e o acolhimento aos munícipes e turistas/visitantes. Destaca-se também a importância de tratar a área de intervenção para uso público, criando espaços agradáveis e funcionais que atendam a necessidade da demanda turística, ampliando e articulando os espaços públicos como a melhoria em canteiros, mobiliário urbano, paisagismo, iluminação, garantindo a organização do local.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. A solução para revitalização do Calçadão Central consiste na modernização da iluminação e do sistema de drenagem de águas pluviais, na reconstrução do piso da calçada com inclusão de dispositivos que promovam acessibilidade, renovação do mobiliário e paisagismo.

3.2. Seguirão juntamente com este TERMO DE REFERÊNCIA, devidamente identificadas, as documentações necessárias para a execução do objeto, sendo elas:

Anexo 1: Termo de convênio;

Anexo 2: Projeto básico;

Anexo 3: Planilha Orçamentária;

Anexo 4: Planilha Quantitativa;

Anexo 5: Cronograma Físico-Financeiro.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 14 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O escopo dos serviços contempla a instalação de placa de obra, limpeza do terreno, a locação da obra (gabarito), devendo seguir fielmente as instruções de execução da contratante tornando-se condição obrigatória para a validade deste memorial.

5.2. A Contratada deverá manter a área isolada, devidamente limpa e fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a fim de garantir a segurança dos trabalhadores e munícipes durante todo o período de execução dos serviços.

5.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todo material, pela mão de obra, instalações provisórias de água e luz (com seus respectivos consumos mensais), equipamentos, transportes internos e externos, cálculo de todos os elementos estruturais e locação da obra.

Serviços Preliminares

5.4. Fornecedor de materiais, acessórios para fixação e a mão de obra necessária para execução de proteção de fachada com tela de polietileno, malha de 2,0 ou 2,2 mm com fitilhos para amarração, pontalete e sarrafo de *Erismia uncinatum* (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou *Qualea spp* (conhecida como Cambará).

Demolições e Remoções

5.5. Serão demolidas as calçadas existentes (vide projeto), onde todo material proveniente da demolição deverá ser retirado por meio de caçambas pertencentes às empresas devidamente licenciadas para coleta de entulho.

5.6. Serão removidas espécies arbóreas no calçadão. A retirada deverá ser supervisionada pela Divisão de Meio Ambiente.

5.7. Será executada a demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico de toda a extensão do calçadão, incluindo a base, mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de revestimentos em ladrilho hidráulico, inclusive a base de assentamento, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes.

5.8. Será executado o desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento. Estão inclusos: fornecimento da mão de obra necessária e dos equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte mecanizado de pavimentação em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive o lastro de areia; a carga mecanizada; o transporte com caminhão até 1

(um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

5.9. Será executada a demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento. Estão inclusos fornecimento da mão de obra necessária e equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte, demolição e fragmentação de pavimentação asfáltica, inclusive a base e a sub-base, mecanizados; a carga mecanizada; o transporte com caminhão até 1 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

5.10. Serão executados os serviços de corte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm no trecho 3. Serão necessários fornecimento de equipamentos, ferramentas e a mão de obra para a execução dos serviços de corte, recorte, e remoção de árvore ou arbusto com tronco com diâmetro (DAP) acima de 45 cm até 60 cm medidos na altura de 1,00 m do solo, inclusive a remoção das raízes, com auxílio de ferramental apropriado. Incluso também a carga manual ou mecanizada e o transporte interno na obra num raio de um quilômetro.

5.11. Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento. Serão necessários fornecimento da mão de obra e o ferramental apropriado para a execução dos serviços: desmonte manual de guia pré-moldada, inclusive o apoio em concreto; a carga manual; o transporte com caminhão, até 1 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e separação do material, a limpeza e a acomodação manual das peças em lotes, para o reaproveitamento ou remoção. A execução dos serviços deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e nas Normas Técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

5.12. Todo o entulho gerado será removido da obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal.

Movimentação de Terra

5.13. Será executada a escavação manual em solo na área 3, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto, para nivelamento do solo de acordo com a necessidade para execução da drenagem.

5.14. Execução de corte e aterro mecanizados para solos de primeira categoria, em campo aberto, englobando os serviços: corte; carregamento e transporte até o raio de um quilômetro, dentro da obra; o lançamento do solo para aterro; acertos e acabamentos manuais no corte. Não remunera os serviços de compactação com controle tecnológico de solo.

5.15. Deverá ser executada a compactação de subleito, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessários, englobando os serviços: espalhamento de solo fornecido, previamente selecionado; homogeneização do solo; compactação igual ou maior que 95%, em relação ao ensaio do proctor normal, conforme exigências do projeto; o controle tecnológico com relação às características e qualidade do material a ser utilizado, ao desvio, em relação à umidade, inferior a 2% e à espessura e homogeneidade das camadas; acabamento da superfície, admitindo-se cortes, quando necessário, para o acerto das cotas; controle geométrico e ensaios geotécnicos. Toda a execução dos serviços bem como os ensaios tecnológicos deverão obedecer às especificações e quantidades mínimas exigidas pelas normas: NBR 6459, NBR 7180, NBR 7181 e NBR 7182. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.

Drenagem

5.16. A drenagem superficial calçadão central corresponderá na execução de canaletas com tampa em grelhas de concreto, em conjunto com caixas coletoras e interligando-as nas tubulações de concreto, obedecendo as inclinações necessárias.

5.17. A execução da drenagem subterrânea de águas pluviais deverá ser executada conforme projeto de drenagem, seguindo locações de caixas coletoras nas tubulações de concreto e interligando às bocas de lobo existentes, garantindo assim o seu fluxo.

5.18. Para a execução das tubulações de concreto está previsto a execução da escavação mecanizada de valas, com até 4,0 m de profundidade, inclusive com controle de nivelamento, acertos e acabamentos manuais e a acomodação feita manualmente do material escavado ao longo da vala, compactação mecânica do fundo da vala com compactador tipo “sapo” até 35 kg, execução de lastro de brita com espessura de 0,1m, reaterro compactado mecanizado de vala com mínimo de 95,0% PN, implantação de tubo de concreto armado $\varnothing$ 300 mm, padrão PMSP para tráfego médio, classe PA-1, seção circular com juntas rígidas argamassadas, para redes de águas pluviais e líquidos não-agressivos, junta argamassada de cimento e areia, traço 1:3, argamassa de cimento e areia, traço 1:1, com hidrófugo, para o capeamento externo da junta, guindaste para o içamento, levante e assentamento dos tubos nas valas. Está previsto também a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços: alinhamento e nivelamento dos tubos; aplicação de juta ou estopa alcatroada na ponta do tubo; encaixe da ponta do tubo, de forma centrada; execução e aplicação da argamassa na bolsa do tubo; capeamento externo da junta com argamassa impermeabilizante, formando respaldo de 45º em relação à superfície do tubo, e o escoramento do tubo com solo proveniente da escavação.

5.19. As bocas de lobo contemplam a execução dos serviços de escavação da vala e apiloamento do fundo; lastro de concreto magro; fundo em de concreto armado; paredes em blocos de concreto estrutural; chapisco; reboco; reaterro, compactação e remoção da sobra de terra.

5.20. Deverá ser executada a guia pré-moldada padrão PMSP com $fck=25$ MPa e sarjeta moldada in loco tipo PMSP em concreto com $fck=25$ MPa.

Execução de rede elétrica subterrânea

5.21. As intervenções só serão iniciadas após a entrega dos projetos e do aceite das concessionárias.

5.22. Toda a rede elétrica, rede de telefonia e fibra existente no local será retirada e executada de forma subterrânea, sendo necessária a demolição do piso existente, abertura de valas, remoção de todo cabeamento, instalação de novos condutores, execução da rede elétrica, rede de telefonia, fibra e intervenções nos comércios existentes para adequação.

5.23. Para execução, foram considerados os itens:

- Remoção de poste de concreto;
- Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem;
- Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm;
- Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm;
- Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm;
- Remoção de poste metálico;
- Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo;
- Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa para fixação do fechamento de proteção do Transformador;
- Gradil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado para fechamento de proteção do Transformador;
- Portão de abrir em gradil eletrofundido, malha 5 x 15 cm;
- Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo, para pintura do fechamento de proteção do transformador (cor à definir);
- Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios;
- Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

- Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m;
- Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco;
- Caixa de passagem em alvenaria de 1,00 X 1,00 X 1,00 m;
- Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa;
- Lastro de pedra britada;
- Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm, para proteção da tubulação;
- Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1', para identificação da rede elétrica subterrânea;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios;
- Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A;
- Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A;
- Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A;
- Disjuntor tripolar termomagnético 3X200 A;
- Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A;
- Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1;
- Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, I_{max}. de surto 50 até 80 kA;
- Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal.

5.24. Para execução do aterramento dos postes:

Deverá ser executado o aterramento por toda a extensão interligando as caixas de passagem, contendo em cada uma delas uma haste de aterramento.

- Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²
- Haste de aterramento de 3/4' x 3 m

Fica condicionada a conclusão dos serviços após aprovação e finalização da ligação da rede das concessionárias responsáveis (CPFL, VIVO, CLARO...) até os pontos de cada unidade consumidora.

Instalações Elétricas

5.25. As luminárias de LED deverão possuir vida útil de no mínimo 80.000 horas e 10 anos de garantia, luminária LED retangular em poste fixo, tipo pública, temperatura de cor entre 6.000 K e 6.500 K, fluxo luminoso de 5000 lm até 5500 lm, fecho luminoso aberto 120°, vida útil ≥ 50.000 h, potência 50 W, voltagem bivolt 110V/220V, IP ≥ 67 , corpo em alumínio e acrílico industrial.

5.26. Serão instaladas caixas de passagem junto ao pé de cada poste de iluminação, em alumínio fundido à prova de tempo, com dimensões de 300 x 300 mm, com profundidade mínima de 120 mm, tampa plana e fechamento hermético por meio de parafusos.

5.27. Os aterramentos dos postes deverão ser executados por meio de uma ligação entre a carcaça metálica e uma haste de cobre de 2,40 m de comprimento. As luminárias deverão estar interligadas ao cabo de aterramento, contendo protetor de surto contra transeuntes, conforme a Norma Brasileira NBR 5101/2012 e a Portaria INMETRO 20/2017.

5.28. Durante a execução das instalações elétricas a contratada deverá manter o local devidamente sinalizado e protegido, seguindo as normas regulamentadoras vigentes, sem custos à contratante.

5.29. Devem ser fornecidas todas as ferramentas especiais necessárias ou convenientes para a montagem, desmontagem, diagnósticos e manutenção dos sistemas, equipamentos e componentes fornecidos. Seus custos devem estar incorporados na proposta da contratada.

5.30. Todas as estruturas metálicas deverão ser devidamente aterradas e contarão com uma caixa de passagem em cada base;

5.31. Todos os postes de iluminação deverão ser devidamente aterrados e contarão com uma caixa de passagem na base de cada poste.

5.32. Deverá ser executado o aterramento por toda a extensão interligando as caixas de passagem, contendo em cada uma delas uma haste de aterramento.

- Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²;
- Haste de aterramento de 3/4' x 3 m.

Piso intertravado

5.33. Nas adequações da Rua Dr. Stevaux, serão executados Passeios (Calçada) em piso intertravado retangular, espessura de 8cm (cores a confirmar).

5.34. A análise, o estudo e o conhecimento do projeto, do que será construído, devem ser feitos antes do assentamento da primeira peça. Definindo-se:

1. Paginação do piso

2. Todas as interferências, como bueiros, postes, entradas de veículos etc.

3. Planejamento – como será o avanço da obra: por onde começar, como fazer juntas com as interferências, como terminar, como preparar a jornada do dia seguinte etc.

Seção Tipo

5.35. Subleito: Constituído de solo natural ou proveniente de empréstimo (troca de solo).

5.36. Deve ser compactado em camadas de 15 cm, dependendo das condições locais.

5.37. Camada de assentamento: Camada composta por material granular, com distribuição granulométrica definida, que tem a função de acomodar as peças de concreto, proporcionando correto nivelamento do pavimento e permitindo variações na espessura das peças de concreto. A areia de assentamento nunca deve ser usada para corrigir falhas na superfície da camada de base.

5.38. Camada de revestimento: Camada composta pelas peças de concreto e material de rejuntamento, e que recebe diretamente a ação de rolamento dos veículos, tráfego de pedestres ou suporte de cargas.

5.39. As peças de concreto têm que ter dimensões uniformes, compactação adequada de todo o conjunto e juntas pequenas entre elas, preenchidas com areia fina. Se as peças não forem uniformes não se conseguirá o assentamento adequado. As juntas devem ter abertura em torno de 3 mm e estar sempre preenchidas com areia.

Etapas

5.40. A primeira providência a ser tomada é verificar a camada de subleito, aquela que será a base do pavimento. Esta camada pode ser constituída de solo natural do local ou solo de empréstimo.

5.41. Devem ser observados, e reparados, quando necessário, os seguintes detalhes:

- O solo utilizado não pode ser expansível – não pode inchar na presença de água.
- A superfície não deve ter calombos nem buracos.
- O caimento da água deve estar de acordo com a especificação do projeto.

5.42. Recomenda-se que o caimento seja, no mínimo, de 2% para facilitar o escoamento de água.

5.43. Antes da compactação do subleito, devem ser realizados os serviços de drenagem, rede de serviços e as locações complementares.

5.44. O pavimento deverá obrigatoriamente ter contenções laterais que evitem o deslizamento dos blocos. O confinamento é parte fundamental do pavimento intertravado, como já foi visto.

5.45. Há dois tipos de confinamento: o externo, que rodeia o pavimento em seu perímetro (normalmente sarjetas e meios-fios), e o interno, que rodeia as estruturas que se encontram dentro dele (bocas-de-lobo, canaletas, jardins etc.). Eles devem ser construídos antes do lançamento da camada de areia de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar a areia e os blocos dentro de uma “caixa”, cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

5.46. A condição ideal é que o confinamento seja de parede vertical, no contato com os blocos intertravados. Por essa razão, é desejável que seja pré-moldado ou moldado no local, devendo ser normalmente fabricado com concreto de resistência característica à compressão simples, medida aos 28 dias de idade, igual ou superior a 25 MPa. Deve estar firme, sem que corra o risco de desalinhamento, e com altura suficiente para que penetre na camada de base.

5.47. Normalmente, usa-se bica corrida, desde que tenha sido corretamente especificada, tomando-se precauções rotineiras para evitar a segregação do material durante o transporte, descarga e espalhamento. Depois disso, os principais aspectos da construção que justificam atenção incluem a regularização e a compactação da camada de base.

5.48. A superfície da camada de base deve ficar a mais fechada possível, ou seja, com o mínimo de vazios, para que não se perca muita areia da camada de assentamento das peças de concreto.

5.49. Depois de feitos os serviços preliminares descritos, começa de fato a construção do piso intertravado.

5.50. Ele começa pela construção da camada de areia para assentamento dos blocos. É a camada de areia média, semelhante a que é usada para fazer concreto, que servirá para assentar os blocos de concreto.

5.51. A espessura dessa camada não pode ser nem muito grande e nem muito pequena.

5.52. Há uma espessura em que o pavimento “funciona” adequadamente. Se a camada for muito espessa, haverá deformação (afundamento); se for insuficiente, haverá quebra dos blocos.

5.53. A melhor condição é que a areia não esteja nem seca nem saturada. Para se obter o teor de umidade desejado recomenda-se que a areia, no pátio de estocagem do canteiro, esteja sempre coberta.

5.54. É importante que a espessura da areia de assentamento seja uniforme e constante, não devendo variar simplesmente para compensar irregularidades grosseiras no acabamento superficial da camada de base.

5.55. Na realidade, é por essa razão que normalmente se dá ênfase à obtenção de um acabamento plano e fechado da base.

5.56. A camada de areia deve ser nivelada manualmente por meio de uma régua niveladora (sarrafo) correndo sobre mestras (ou guias), de madeira ou alumínio, colocadas paralelas e assentadas sobre a base nivelada e compactada. Do lado de fora, dois auxiliares passarão lentamente a régua sobre as mestras, uma ou duas vezes, em movimentos de vaivém.

5.57. Os vazios formados na retirada das mestras devem ser preenchidos com areia solta e rasados cuidadosamente com uma desempenadeira, evitando prejudicar as áreas vizinhas já prontas.

5.58. Não pise na areia depois de pronta. Caso ocorra algum dano, conserte antes de colocar os blocos. A superfície rasada da areia deve ficar lisa e completa. Em caso de ser danificada antes do assentamento dos blocos (por pessoas, animais, veículos etc.), a área defeituosa deve ser solta com um rastelo e sarrafeada novamente com uma régua menor, desempenadeira ou colher de pedreiro.

5.59. Como a espessura da areia, após a compactação das peças de concreto, deve ser uniforme e situar-se entre 3 cm e 4 cm, é necessário um pequeno acréscimo na espessura inicial da camada de areia espalhada entre as mestras. Normalmente, a espessura final desejada é alcançada usando-se mestras com 5 cm de altura, o que proporciona a obtenção de um colchão solto com a mesma espessura (antes da colocação dos blocos).

5.60. Uma vez espalhada, a areia não deve ser deixada no local durante a noite ou por períodos prolongados aguardando a colocação dos blocos. Por isso, deve-se lançar apenas a quantidade suficiente para cumprir a jornada de trabalho prevista para o assentamento dos blocos.

5.61. A espessura da camada de areia tem que ser a mesma em toda a área, para evitar que o pavimento fique ondulado depois de compactado. Por isso, é importante que a superfície da base esteja plana, sem buracos e sem calombos.

5.62. A areia deve ser jogada seca, limpa e solta (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira e depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias.

5.63. Os vazios formados na retirada das mestras devem ser preenchidos com areia solta e rasados cuidadosamente com uma desempenadeira, evitando prejudicar as áreas vizinhas já prontas.

5.64. Não pise na areia depois de pronta. Caso ocorra algum dano, conserte antes de colocar os blocos. A superfície rasada da areia deve ficar lisa e completa. Em caso de ser danificada antes do assentamento dos blocos (por pessoas, animais, veículos etc.), a área defeituosa deve ser solta com um rastelo e sarrafeada novamente com uma régua menor, desempenadeira ou colher de pedreiro.

5.65. Primeira fiada: é recomendável que antes de começar o serviço seja construído um pequeno trecho de blocos de concreto, soltos e sem compactar, para verificar se o que foi desenhado está de acordo com as medidas do que se tem na obra.

5.66. Marcação da obra: a marcação da primeira fiada é a mais importante e deve ser feita com cuidado. É dela que sai todo o alinhamento do restante do pavimento. Fios guias devem acompanhar a frente de serviço, indicando o alinhamento dos blocos, tanto na largura como no comprimento da área.

5.67. Colocação dos blocos: assente a primeira fiada de acordo com o arranjo estabelecido no projeto (espinha-de-peixe, fileira etc.). A colocação dos blocos é uma das atividades mais importantes de toda a construção do pavimento, pois é responsável, em grande parte, por sua qualidade final. Dela dependerão níveis, alinhamentos do padrão de assentamento, regularidade da superfície, largura das juntas etc., que são fundamentais para o bom acabamento e a durabilidade do pavimento. Como é uma atividade manual, da qual participam muitas pessoas, é importante ter dela um controle rigoroso.

5.68. O alinhamento correto dos blocos é um indicativo de sua boa qualidade (dimensões uniformes) e da atenção que se teve durante a construção do pavimento. Não existe diferença de rendimento do trabalho entre colocar os blocos cuidadosamente alinhados ou deixá-los à mercê dos desvios que o procedimento possa causar, mas o resultado final, sobretudo do ponto de vista estético, será muito diferente.

5.69. Para garantir que os alinhamentos desejados sejam alcançados durante a execução de um pavimento, o assentamento das peças deve seguir a orientação de fios-guias previamente fixados, tanto no sentido da largura quanto do comprimento da área. Os fios devem acompanhar a frente de serviço à medida que ela avança.

5.70. Os serviços devem ser regularmente verificados por meio de linhas guias longitudinais e transversais a cada 5 metros. Os eventuais desajustes quase sempre podem ser corrigidos sem a necessidade de remover os blocos, usando-se alavancas para restaurar o desejado padrão de colocação. Tais correções devem ser feitas antes do rejuntamento e da compactação inicial do pavimento, tomando-se o cuidado para não danificar os blocos de concreto.

5.71. As juntas entre os blocos têm que ter 3 mm em média (mínimo 2,5 mm e máximo 4 mm). Alguns blocos têm separadores com a medida certa das juntas. Os blocos não devem ficar excessivamente juntos, ou seja, com as juntas muito fechadas.

5.72. Fios guias dão os alinhamentos no avanço da obra, que pode ter mais de um assentador trabalhando ao mesmo tempo.

5.73. Ajustes e arremates: uma vez assentados todos os blocos que caibam inteiros na área a pavimentar, é necessário fazer ajustes e acabamentos nos espaços que ficaram vazios junto dos confinamentos externo e interno.

5.74. Não devem ser usados pedaços de blocos com menos de $\frac{1}{4}$ do seu tamanho original; nessas situações, o acabamento deve ser feito com argamassa seca (1 parte de cimento para 4 de areia), protegendo-se os blocos vizinhos com papel grosso e fazendo-se, com uma colher de pedreiro, as juntas que existiriam caso se usassem peças de concreto, inclusive aquelas junto ao confinamento.

5.75. Existem duas maneiras de fazer os arremates com peças de concreto.

- Primeira maneira: corte de blocos. Os arremates são feitos com pedaços de blocos íntegros, de preferência serrados com disco de corte, obedecendo ao mesmo alinhamento e padrão do restante do pavimento. Os pedaços de blocos que servirão de acabamento devem ser cortados cerca de 2 mm menores do que o tamanho do lugar onde serão colocados. Os cortes dos blocos com disco dão melhor resultado, ainda que seja possível usar guilhotina ou cinzel.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

- Segunda maneira: corte do piso. Os blocos já assentados são cortados. Depois do corte feito, retiram-se os blocos ou pedaços de blocos que não serão usados e colocam-se no lugar os blocos ou peças de acabamento definidos no projeto (concreto, por exemplo).

5.76. Acabamentos junto ao confinamento: Os acabamentos também devem ser feitos junto aos confinamentos internos ou interrupções do piso. Daí a importância de fazer o “casamento” do projeto com o espaço da obra, conforme mostrado nos “serviços preliminares”.

5.77. Não devem ser usados pedaços de blocos com menos de $\frac{1}{4}$ do seu tamanho original; nessas situações, o acabamento deve ser feito com argamassa seca (1 parte de cimento para 4 de areia).

5.78. Compactação inicial: a compactação é feita com placas vibratórias e em duas etapas: compactação inicial e compactação final.

5.79. Colocados todos os blocos e feitos todos os ajustes e acabamentos, faz-se a primeira compactação do pavimento, antes do lançamento da areia para preenchimento das juntas entre os blocos. A compactação inicial tem como funções:

- Nivelar a superfície da camada de blocos de concreto.
- Iniciar a compactação da camada de areia de assentamento.
- Fazer com que a areia preencha parcialmente as juntas, de baixo para cima, dando-lhes um primeiro estágio de travamento.

5.80. A compactação deve ser feita em toda a área pavimentada, com placas vibratórias; deve-se dar pelo menos duas passadas, em diferentes direções, percorrendo toda a área em uma direção (longitudinal, por exemplo) antes de percorrer a outra (transversal), tendo o cuidado de sempre ocorrer o recobrimento do percurso anterior, para evitar a formação de degraus.

5.81. Cada passada tem que ter um cobrimento de, pelo menos, 20 cm sobre a passada anterior. Deve-se parar a compactação a, pelo menos, 1,5 metro da frente de serviço.

5.82. A compactação das bordas do pavimento, bem como de locais de difícil acesso às placas vibratórias (como a compactação junto a construções) deve ser realizada utilizando equipamentos de menor porte.

5.83. Retirada de blocos danificados: ao término dos serviços de compactação inicial devem ser substituídos por blocos inteiros os blocos que eventualmente tenham se partido ou danificado e corrigidas eventuais falhas.

5.84. Selagem das juntas Depois de fazer a compactação inicial e substituir os blocos danificados, uma camada de areia fina como a utilizada para fazer argamassa de acabamento é espalhada e varrida sobre o pavimento, de maneira que os grãos penetrem nas juntas. Não se deve adicionar cimento ou cal. Faz-se então a compactação final.

5.85. A selagem das juntas (seu preenchimento com areia) é necessária para o bom funcionamento do pavimento. Por isso, é importante empregar o material adequado e executar a selagem o melhor possível, simultaneamente com a compactação final do pavimento. Se as juntas estiverem mal seladas, os blocos de concreto ficarão soltos, o pavimento perderá intertravamento e se deteriorará rapidamente. Isso se aplica tanto a pavimentos recém-construídos quanto a antigos.

5.86. Espalhe a areia sem deixar formar montes. A areia para preenchimento das juntas deve ser espalhada sobre os blocos de concreto, formando uma camada de espessura delgada e uniforme, capaz de cobrir toda a área pavimentada; deve-se evitar a formação de montes.

5.87. Selagem das juntas: a areia é então varrida o quanto for necessário para que penetre nas juntas. A varrição pode ser alternada com a compactação final do pavimento ou simultaneamente com ela.

5.88. Após a compactação final deve-se fazer uma inspeção para verificar se realmente todas as juntas estão completamente preenchidas com areia e não apenas sua porção superior. Se for esse o caso, deve-se repetir a operação de espalhamento de areia e compactação.

5.89. Compactação final: a compactação final é feita da mesma maneira e com os mesmos equipamentos da compactação inicial.

5.90. Observações: não é recomendável deixar grandes áreas do pavimento sem compactação.

5.91. Os serviços de compactação inicial e final e de selagem das juntas deverão ser feitos até 1,5 m antes das bordas não confinadas do pavimento, como as frentes de serviço. Essa parte que fica sem compactar será terminada com o trecho subsequente.

5.92. Verificação final: Verifique se as juntas estão totalmente preenchidas com areia. Se for preciso, repita a operação de varrer areia fina e compactar. Caso contrário, limpe o trecho e abra-o ao tráfego. Uma ou duas semanas depois, volte e refaça a selagem com areia fina.

5.93. Antes da abertura ao tráfego, verifique se a superfície do pavimento está nivelada, se atende aos caimentos para drenagem e acessibilidade, se todos os ajustes e acabamentos foram feitos adequadamente e se há algum bloco que deva ser substituído.

5.94. A superfície do pavimento intertravado deve resultar nivelada, não devendo apresentar desnível maior do que 0,5 cm, medido com uma régua de 3 m de comprimento apoiada sobre a superfície.

Faixa Elevada / Lombofaixa

5.95. A superfície a ser imprimada, deverá ser varrida com vassouras manuais de modo que remova completamente toda terra, poeira e outros resíduos. Havendo necessidade de lavagem do local, esta deverá ser efetuada em tempo hábil a fim de permitir que a superfície seque antes da aplicação do material betuminoso. A emulsão betuminosa deverá ser aplicada manualmente com auxílio do regador, à taxa de 0,6 l/m² (zero vírgula seis litros por metro quadrado). A temperatura de aplicação deverá ser escolhida de modo a ser obtida a viscosidade SAYBOLT – FUROL entre 25 e 100 segundos.

5.96. O material betuminoso deverá ser aplicado em três etapas distintas, em camadas de 5 cm de espessura, de uma só vez em toda a largura da faixa elevada a ser executada, ocupando no máximo meia pista por vez, exceto nos locais em que o Departamento de Trânsito da CONTRATANTE permita ocupação maior, preservando-se a circulação dos veículos.

5.97. Imediatamente após a primeira aplicação da emulsão asfáltica, a primeira camada de CBUQ será espalhada na temperatura não inferior a 100°C com ligeiro excesso, sendo moldada com auxílio de gabaritos e rastelos.

5.98. A camada de CBUQ deve ser comprimida em toda a sua largura. A compressão deve começar pelo eixo da via progredindo para os taludes laterais, sendo cada passagem do rolo recoberta na vez subsequente de, pelo menos, a metade da largura da passagem anterior. O movimento do rolo compressor deverá ocorrer sempre longitudinalmente à via.

5.99. Concluída a compressão da primeira camada de CBUQ será feita a segunda distribuição da emulsão betuminosa nas superfícies desta e da via contígua a travessia elevada, da mesma forma como descrito na primeira distribuição. Após a imprimação será aplicado à segunda camada de CBUQ à temperatura não inferior a 100°C, na espessura de 5 cm, moldando-se a travessia elevada com o auxílio de gabarito e rastelos de modo a tomar a forma como especificado no detalhe construtivo da respectiva faixa elevada.

5.100. A compressão da segunda camada de CBUQ seguirá como o descrito para a primeira camada acima descrito. As laterais, contíguo às sarjetas, deverão ter seu acabamento executado com placa vibratória.

Sinalização

5.101. Será executada a pintura das lombofaixas, conforme indicado no projeto.

5.102. Os materiais utilizados na confecção dos elementos de sinalização devem seguir os padrões de dimensões apresentados no manual de Trânsito – VOLUME IV – Sinalização Horizontal – Resolução N° 236/2007 – CONTRAN” e devem estar de acordo com as especificações de materiais do DER/SP e com as normas técnicas da ABNT.

Decks

5.103. Serão instalados abrigo e entrada de energia (pequena) (CAIXAS III OU V): BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO, para cada quiosque.

5.104. Cada quiosque terá um deck de madeira e um pergolado;

5.105. Serão instaladas entradas completa de água com abrigo e registro de gaveta para cada quiosque, DN= 3/4'. Incluso o fornecimento dos materiais para a execução do abrigo e cavalete constituído por: registro de gaveta amarelo de 3/4, tubo e conexões de ferro galvanizado de 3/4 para a execução do cavalete; alvenaria de tijolo de barro cozido, revestida com chapisco, emboço, reboco e pintura com tinta a cal; base em concreto simples e laje de cobertura em concreto armado, ambos com acabamento alisado a colher; porta em chapa de ferro nº 16 de 85 x 65 cm, incluindo ferragens, pintura grafite, com tratamento anticorrosivo e a mão de obra necessária à execução do abrigo, instalação do cavalete, limpeza e apiloamento do terreno.

- Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios;
- Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Instalação de soalho em tábua de madeira aparelhada para os decks, para execução do serviço está incluso fornecimento de tábuas em madeira aparelhada seca em estufa tipo Ipê (Tabebuia serratifolia), ou Jatobá (Hymenaea spp), com 20 cm de largura e 2 cm de espessura, para acabamento com tinta, cera ou verniz; e barrotes em madeira. Remunera também os materiais, acessórios, inclusive cavilhas da mesma madeira e a mão de obra necessária para a instalação completa do soalho sobre lastro ou laje.

Pergolados

5.106. Para proporcionar um pouco abrigo do sol, serão construídos pergolados:

5.107. Os pergolados deverão ter as dimensões descritas em projeto.

5.108. Pergolado em madeira Itaúba, Cumaru, Garapeira ou Ipê Champagne, de primeira qualidade, com acabamento em duas demãos de verniz de qualidade com proteção solar contra raios

ultravioleta. A qualidade da madeira utilizada para a confecção das peças deverá ser avaliada por suas características físicas (dimensões e formas) e por suas propriedades como material orgânico (umidade, porosidade, densidade e resistência).

- Não utilizar peças com sinais de fungos, manchas, insetos;
- Sem nós ou fendas que comprometam sua durabilidade, resistência ou aparência;
- Seca, tendo as peças a umidade máxima de 20%;
- As faces serão em esquadro (quando for necessário); e
- Isenta de branco, caruncho ou broca.
- Todo madeiramento deverá ser imunizado com produto de uso permitido pelas normas de segurança e aprovadas pela Contratante. Descrição Pergolado de madeira Itaúba, Cumaru ou Ipê Champagne de primeira qualidade.

5.109. Os pilares serão formados por peças quadradas com 3,5m de comprimento, sendo que destes, 30cm serão enterrados para chumbamento. Duas vigas de sustentação com comprimento informado em projeto que suportam um outro conjunto de peças. Os parafusos que fixam a peça em aço carbono dos pilares serão em aço inoxidável; os demais parafusos, porcas e arruelas deverão ser em aço galvanizado.

Pilar de madeira (passagem coberta) para pergolado;

Viga de madeira (passagem coberta) para pergolado;

Aplicação de Verniz em toda a estrutura do pergolado.

Os itens serão executados conforme quantidades descritas abaixo:

AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V):BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00
Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4"	un	4,00
Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	m	80,00
Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00
Cabo de cobre flexível de 16 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	240,00

Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m ²	22,80
Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m ²	22,80
Base de bica corrida	m ³	2,28
Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00
Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m ²	34,20
Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48
Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m ³	7,06
Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	7,06
Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m ²	91,20
Chapisco	m ²	68,40
Emboço desempenado com espuma de poliéster	m ²	68,40
Soalho em tábuas de madeira aparelhada	m ²	206,31
INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m ²	59,52
Verniz em superfície de madeira	m ²	384,87

Paisagismo

5.110. O paisagismo deverá seguir o projeto, como também, toda disposição de plantas e mobiliários. Estão previstos em projeto:

- 28 bancos de madeira design Saboó;
- 13 lixeiras;
- pergolados de 6,20m x 2,40m;
- decks de dimensões variáveis;
- 38 Luminárias para iluminação externa, instalação em topo de poste;
- 42 vasos de cimento com dimensões Ø 60cm;
- 36 vasos de cimento com dimensões Ø 56,50cm h=42,90cm;

- 04 arcos de planta de escalada de estrutura metálica pintada (cor à definir);

Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00
Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00
ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00
ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00
ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00
FORRAÇÃO AZULZINHA	m ²	4,80
Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m ²	8,48

Bancos de Madeira

5.111. Os bancos deverão ter o design Saboó com logo feito em impressão a laser de 3 mm, em madeira de lei, densidade 1210 kg/m³, com tripla camada de verniz marítimo filtro solar, com as seguintes dimensões: 90 cm x 160 cm x 50 cm.

Lixeiras

5.112. As lixeiras terão as estruturas em aço carbono com revestimento em madeira de lei de densidade 1210 kg/m³ e tripla camada de verniz marítimo filtro solar, como também, constituídas de chapas metálicas com pintura eletrostática.

Limpeza Final

5.113. Após o término da obra deverá ser realizada a retirada dos detritos da construção como restos de areia, britas, argamassas, latas, pregos, etc. A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito de todas as instalações, equipamentos e aparelhos. Salpicos e aderências nas superfícies serão removidos de maneira a preservar a integridade do material que está sendo limpo.

5.114. Para tanto, é de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de mão de obra especializada para a retirada do material, bem como a carga, transporte e descarga em bota-fora devidamente licenciado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.115. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.14. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O pagamento de cada parcela será de acordo com a medição mensal entregue pela CONTRATADA, onde nada mais é que os serviços executados (de acordo com as especificações técnicas contratuais que façam parte deste Termo) no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

7.3. Toda medição deverá ser acompanhada de Planilha de Medição (de acordo com as planilhas impostas pela CONTRATANTE), Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico dos serviços executados.

7.4. A CONTRATANTE, por intermédios de seus fiscais, irá analisar e atestar os documentos apresentados pela CONTRATADA quando da cobrança mensal pelos serviços prestados em até 5 (cinco) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à

CONTRATADA para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.

7.5. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares, por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

Do recebimento

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada do encerramento da execução contratual.

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os

indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos [do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do [art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO/CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#));

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto

ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata [o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.31. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

8.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.35.1. Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia – 942 m²

8.35.2. Canaleta de águas pluviais em concreto – 76 m;

8.35.3. Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente – CBUQ – 3 m³.

8.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.36.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.36.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.37.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que

executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.37.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo de licitação é **R\$ 2.871.254,09** (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), proveniente em sua totalidade do **Estado – Fonte 2**.

9.2. As liberações das parcelas serão realizadas mediante as regras presentes no Termo de Convênio em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela ficha 10628, conforme Decreto 10256.

São Roque, 04 de março de 2024.

Eng.ª GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Chefe de Divisão de Convênios
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

Eng.ª JULIANA EGYDIO CALDEVILLA BONFIETTI
Diretora
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Revitalização do Calçadão Central

A **REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL** constitui uma obra vital para aprimorar o ambiente urbano e promover o desenvolvimento turístico e econômico da cidade de São Roque, Estado de São Paulo. Em razão do estado deteriorado no qual se encontra há anos, a revitalização emerge como uma necessidade premente, visando transformar o espaço em um ponto de destaque na região.

O **Termo de Convênio nº 032/2021**, celebrado entre o **ESTADO DE SÃO PAULO**, representado pela **SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**, e o **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE**, constitui um marco nesse processo. Os recursos disponibilizados pelo **Estado**, totalizando **R\$ 2.871.254,09**, possibilitarão a concretização das obras de revitalização. Tais intervenções compreendem a substituição do piso existente, a conversão da via em calçadão, a implementação de iluminação em tecnologia LED, a instalação de fiação subterrânea, o desenvolvimento de projetos de paisagismo e a aquisição de mobiliário urbano adequado.

A Revitalização do Calçadão Central visa catalisar o potencial turístico da localidade, mediante a valorização estética e funcional do espaço, com foco no bem-estar e na acolhida tanto dos residentes quanto dos visitantes. Destaca-se a relevância de adequar a área de intervenção para o uso público, criando ambientes aprazíveis e operacionais, capazes de suprir as demandas turísticas e potencializar a utilização dos espaços públicos. Isso envolve aprimoramentos em canteiros, mobiliário urbano, paisagismo e iluminação, visando à organização e à atratividade do local.

A **abertura do processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada na execução da obra é impreterível**. Tal medida assegurará a seleção de uma empresa apta a conduzir os trabalhos de revitalização com eficácia e em conformidade com as normativas técnicas e legais pertinentes. Este projeto engloba um serviço especializado de engenharia, exigindo expertise técnica e comprometimento com a qualidade da entrega.

Diante do exposto, reiteramos a importância da Revitalização do Calçadão Central para São Roque, ressaltando os benefícios socioeconômicos e culturais que serão gerados por meio desse empreendimento.

Colocamo-nos à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, confiantes na compreensão e no apoio de todos os envolvidos nesse processo.

São Roque, 04 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA LAMBIAZZI COURA**
Data: 04/03/2024 15:17:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eng.^a **GABRIELA LAMBIAZZI COURA**

Chefe de Divisão

Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

Proc. Administrativo 3.340/2024 | Anexo: Formalizacao_de_demanda.pdf (1/1)

35/549



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE
Rua São Paulo, nº 966 - Taboão - CEP:18135-125 - São Roque
CNPJ: 70.946.009/0001-75

EMISSION DE REQUISICÃO

Requisição Nº: 167/2024

Data: 05/03/24

Objeto/Justificativa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, EM SÃO ROQUE-SP

DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS - OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Órgão	Unidade	UG	Programa	Projeto Atividade	Função	Subfunção	Ação	Fonte	Categoria Econômica	Despesa	Subelemento	Cod. Aplicação
40	010801		30	389	15	451	1	2	44905199 0000	10628	44905199000 0	1100000

TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VIN OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Qtde.	Vi. Cotação	Subtotal
1	1	9037	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, EM SÃO ROQUE/SP	SVÇ	1	2.871.254,09	2.871.254,09

Local de Entrega: EXECUÇÃO DENTRO DOS LIMITES DO MUNICIPIO - , /

Valor Total R\$ 2.871.254,09

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Observação: DOCUMENTO CONFERIDO E ASSINADO PELO DIRETOR RESPONSÁVEL

Proc. Administrativo 1- 3.340/2024

De: Aline G. - DP - Secretaria

Para: DA-MRC - Monitor de Requisição de Contratações

Data: 06/03/2024 às 08:55:38

Segue para providências...

—

Aline Di Giulio

Chefe de Serviço Administrativo

Proc. Administrativo 2- 3.340/2024

De: Karina T. - DA-MRC

Para: DP - Secretaria - Secretaria DP - A/C Aline G.

Data: 06/03/2024 às 12:01:58

Para andamento.

—

Karina Medeiros Tiago

Proc. Administrativo 3- 3.340/2024

De: Aline G. - DP - Secretaria
Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos
Data: 06/03/2024 às 14:49:22

Segue demais documentos.

—
Aline Di Giulio
Chefe de Serviço Administrativo

- Anexos:**
- 3_Termo_de_Aditamento.pdf
 - 3_Termo_de_Convenio.pdf
 - 4_Projetos.pdf
 - 5_Planilha_Orcamentaria.pdf
 - 6_Cronograma_Fisico_Financeiro.pdf
 - Reserva_n_822.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Gabriela Lambiazzi	06/03/2024 15:25:30	1Doc	GABRIELA LAMBIAZZI CPF 454.XXX.XXX-71
Juliana Egydio Caldevilla ...	08/03/2024 12:04:16	1Doc	JULIANA EGYDIO CALDEVILLA BONFIETTI CPF 325....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **EA66-3728-3AFE-9DC4**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
DEPTO.APOIO AO DESENV.DOS MUN. TURISTICOS



TERMO DE ADITAMENTO

?Convênio: 032/2021

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - ADEQUAÇÃO DE PROJETO, ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO COM ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA, TERCEIRA, QUARTA, SEXTA E NONA DO CONVÊNIO Nº **032/2021**, CELEBRADO EM 16/12/2021, ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, PELA **SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**, E O MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO DE MELHORIA DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS PARA **REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL**.

O Estado de São Paulo, por meio de sua **Secretaria de Turismo e Viagens**, CNPJ nº 08.574.719/0001-48, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representado por seu **Chefe de Gabinete EDER RAFAEL DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 40.108.000-6 e do CPF nº 312.130.128-48, devidamente autorizado pelo Senhor Secretário de Turismo e Viagens, através da Resolução ST-06/2023, publicada no D.O.E. em 07/04/2023, e o Município de São Roque, CNPJ nº 70.946.009/0001-75, neste ato representado pelo seu **Prefeito MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 191854748 e do CPF nº 144.958.498-59, têm justo e acertado celebrar o presente Termo de Aditamento ao Convênio nº **032/2021** assinado em **16/12/2021**, pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Cláusula Primeira, que trata "Do Objeto", passa a ter a seguinte redação: Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para Revitalização do Calçadão Central, de acordo com o plano de trabalho que faz parte integrante deste processo como Anexo I às fls. 112/127, 160/161, 213/226 e 266/287, com alterações às fls. 1776/1779 e com o cronograma físico-financeiro de desembolso à fl. 1786.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

1. Serviços Preliminares;
2. Movimento de Terra;
3. Demolição;
4. Iluminação;
5. Hidráulica e Drenagem;
6. Calçada;
7. Pavimentação - lombofaixa;
8. Sinalização;
9. Paisagismo;
10. Subterrâneo;
11. Decks e Pergolados;
12. Cotações

PARÁGRAFO ÚNICO: Inalterado.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Cláusula Terceira, que trata "Das Obrigações dos Partícipes", passa a ter a seguinte redação: Para a execução do presente Convênio a SECRETARIA e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - Compete à SECRETARIA:



STTER2024000003DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
DEPTO.APOIO AO DESENV.DOS MUN. TURISTICOS

- a) Inalterada;
- b) Inalterada;
- c) Inalterada.

II - Compete ao MUNICÍPIO:

- a) Executar, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, as obras previstas neste Convênio, em conformidade com o cronograma físico-financeiro de desembolso à fl. 1786, que integra o plano de trabalho, observados a legislação pertinente e os melhores padrões de qualidade e economia;
- b) Inalterada;
- c) Inalterada;
- d) Inalterada;
- e) Inalterada;
- f) Inalterada;
- g) Inalterada;
- h) Inalterada;
- i) Inalterada;
- j) Inalterada.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Cláusula Quarta, que trata “Do Valor”, passa a ter a seguinte redação: O valor do presente Convênio é de R\$ 2.871.254,09 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), sendo o valor de R\$ 2.871.254,09 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) de responsabilidade do **ESTADO** e/ou o que exceder de responsabilidade do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUARTA: A Cláusula Sexta, que trata “Da Liberação dos Recursos”, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade da SECRETARIA serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em conformidade com o cronograma físico-financeiro de desembolso de fl. 1786, constante do plano de trabalho, em 03 (três) parcelas, nos termos dos Decretos Estaduais nºs 59.215/2013 e 64.757/2020:

I - 1ª parcela: no valor de R\$ 861.376,23 (oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e três centavos), a que alude o “caput” desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço;

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 1.004.938,93 (um milhão, quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída;

III - 3ª parcela: no valor de R\$ 1.004.938,93 (um milhão, quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações;

PARÁGRAFO ÚNICO: Inalterado.

CLÁUSULA QUINTA: A Cláusula Nona, que trata “Do Prazo”, passa a ter a seguinte redação: O prazo de vigência do presente Convênio é de 1825 (um mil, oitocentos e vinte e cinco) dias, contados da assinatura do Convênio ocorrida





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
DEPTO.APOIO AO DESENV.DOS MUN. TURISTICOS



em **16/12/2021**, com vencimento em **15/12/2026**.

Ficam mantidas todas as demais disposições do Convênio nº **032/2021**, firmado em **16/12/2021**, naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo na presença das 2 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE

ÉDER RAFAEL DOS SANTOS
Chefe de Gabinete
Chefia de Gabinete

TESTEMUNHA(S):

ALINE DE ASSIS BERNARDO - Diretor Técnico III

SECRETARIA DE TURISMO/DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS
TURISTICOS

LAMARA AMIRANDA - Oficial Administrativo

SECRETARIA DE TURISMO/DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS
TURISTICOS



Assinado com senha por: LAMARA AMIRANDA - 30/01/2024 às 16:54:58
Assinado com senha por: ALINE DE ASSIS BERNARDO - 30/01/2024 às 17:00:24
Assinado com senha por: ÉDER RAFAEL DOS SANTOS - 30/01/2024 às 16:41:51
Assinado com senha por: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO - 30/01/2024 às 11:06:54
Documento N°: 2509575A3077573 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/2509575A3077573>
Proc. Administrativo 3.340/2024 | Anexo: 3_Termo_de_Aditamento.pdf (3/3)



STTER2024000003DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 000032/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, PELA SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS, E O MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO DE MELHORIAS DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS PARA REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL

O Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Turismo e Viagens, CNPJ nº 08.574.719/0001-48, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete WAGNER SEIAN HANASHIRO, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.226.424-3 SSP/SP e do CPF nº 336.948.238-08, devidamente autorizado pelo Senhor Secretário de Turismo e Viagens, pela Resolução ST-22, publicada no D.O.E. em 24/10/2019, e o Município de SÃO ROQUE, CNPJ nº 70.946.009/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO, RG nº 19.185.474-8 e do CPF nº 144.958.498-59, celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, de acordo com o Plano de Trabalho que faz parte integrante deste instrumento como Anexo I às fls. 112/127, 160/161, 213/226 e 266/287 e com o cronograma físico-financeiro de desembolso à fl. 283.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Instalações iniciais e mobilização;
Serviços preliminares;
Movimentação de terra;
Demolições;
Iluminação;
Drenagem;
Calçada;
Pavimentação – Lombofaixa;
Sinalização;
Paisagismo.



STTER2021000444DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

PARÁGRAFO ÚNICO: O Plano de Trabalho a que alude o “caput” desta cláusula poderá ser modificado para melhor adequação técnica ou financeira, mediante a prévia autorização do Secretário de Turismo e Viagens, vedada a alteração do objeto, salvo necessidade excepcional, devidamente justificada, e mediante prévio atendimento dos seguintes requisitos:

1. Estrita observância das finalidades do Fundo de Melhoria das Estâncias, nos termos do artigo da Lei nº 16.283, de 15 de julho de 2016;
2. Manifestação favorável do Conselho de Orientação e Controle do fundo a que se refere o item 1 deste parágrafo único;
3. Autorização do Secretário de Turismo e Viagens.

CLAUSULA SEGUNDA

Da Execução

São executores do presente Convênio:

- I. pelo ESTADO, a Secretaria de Turismo e Viagens, doravante denominada SECRETARIA, cuja fiscalização será exercida por seu corpo técnico;
- II. pelo Município, a Prefeitura do Município de SÃO ROQUE, doravante denominada MUNICÍPIO, cujos, gestor e responsável técnico, foram indicados pelo Prefeito através da portaria de fl. 109, que faz parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Das Obrigações dos Partícipes

Para a execução do presente Convênio a SECRETARIA e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I – Compete à SECRETARIA:

- a) analisar e aprovar a documentação técnica do objeto do presente Convênio, as prestações de contas dos recursos repassados e os laudos de vistoria técnica;
- b) acompanhar e supervisionar a execução do objeto do presente Convênio, ambos de responsabilidade técnica do MUNICÍPIO;
- c) repassar ao MUNICÍPIO os recursos alocados, de acordo com a Cláusula Sexta do presente Convênio.

II – Compete ao MUNICÍPIO:

- a) executar, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, as obras previstas neste Convênio, iniciando-se no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura deste instrumento, em conformidade com o cronograma físico-financeiro de desembolso de fl. 283, que integram o Plano de Trabalho, observados os melhores padrões de qualidade e economia;



STTER2021000444DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Convênio;
- c) responsabilizar-se tecnicamente pela execução do objeto do presente Convênio;
- d) submeter, com antecedência razoável à aprovação da SECRETARIA, quaisquer alterações que venham a ser feitas nos programas estabelecidos;
- e) colocar à disposição da SECRETARIA, a documentação referente à aplicação dos recursos financeiros recebidos, permitindo sua mais ampla fiscalização;
- f) complementar com recursos próprios aqueles repassados pela SECRETARIA, cobrindo o custo total da execução do objeto do presente Convênio;
- g) prestar contas das aplicações decorrentes deste Convênio, conforme Manual de Orientação cedido pela SECRETARIA, sem prejuízo do atendimento das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado;
- h) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes do presente Convênio, bem assim por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução deste ajuste, isentando a SECRETARIA de qualquer responsabilidade;
- i) instalar e manter placa de identificação do objeto do presente Convênio, de acordo com modelo oficial oferecido pela SECRETARIA;
- j) atender em seus projetos e obras as normas de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, em especial a Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; a Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; a Lei Estadual 11.263 de 12/11/2002 e a NBR 9.050 de setembro de 1994 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA

Do Valor

O valor do presente Convênio é de R\$ 3.192.601,92 (três milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentos e um reais e noventa e dois centavos), sendo o valor de R\$ 2.908.303,39 (dois milhões, novecentos e oito mil, trezentos e três reais e trinta e nove centavos) de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 284.298,53 (duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos) e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA

Dos Recursos

Os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000.

§1º - Os recursos transferidos pela SECRETARIA ao MUNICÍPIO em função deste Convênio, serão depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste Convênio.

§2º - O MUNICÍPIO deverá observar, ainda as seguintes regras:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

1. no período correspondente ao intervalo entre a liberação e sua efetiva utilização, os recursos financeiros deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S.A., observado o disposto no § 1º desta cláusula, em caderneta de poupança se o seu uso for igual ou superior a um mês ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando a utilização dos recursos se verificar em prazos menores que um mês;
2. as receitas financeiras serão exclusivamente aplicadas no objeto deste Convênio;
3. os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta bancária, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras a serem fornecidos pela Instituição Financeira, integrarão a prestação de contas tratada na Cláusula Terceira, inciso II, alínea “g” deste instrumento;
4. o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração das respectivas aplicações financeiras até a data do efetivo depósito;
5. as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas serão emitidos em nome do MUNICÍPIO, devendo mencionar “Convênio ST/DADETUR”, seguido do número constante do preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

Da Liberação dos recursos

Os recursos de responsabilidade da SECRETARIA serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em conformidade com o cronograma físico-financeiro de desembolso de fl. 283, constante do plano de trabalho, em 03 (três) parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021.

- I. 1ª parcela: no valor de R\$ 872.426,55 (oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), a que alude o “caput” desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço
- II. 2ª parcela: no valor de R\$ 1.017.938,42 (um milhão, dezessete mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior;
- III. 3ª parcela: no valor de R\$ 1.017.938,42 (um milhão, dezessete mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – A realização dos repasses fica condicionada a inexistência de registro em nome do MUNICÍPIO junto ao CADIN ESTADUAL, em conformidade com o artigo 6º, da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 53.455, de 19 de setembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Denúncia e da Rescisão

Este Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, e será rescindido na hipótese de descumprimento de suas cláusulas ou infração legal.



STTER2021000444DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

CLÁUSULA OITAVA

Da Responsabilidade do MUNICÍPIO

Obriga-se o MUNICÍPIO nos casos de não utilização dos recursos para o fim convencionado, aplicação indevida destes ou rescisão do ajuste, a devolvê-los, atualizados monetariamente pelos índices da caderneta de poupança, a partir da data do repasse.

CLÁUSULA NONA

Do Prazo

O prazo de vigência do presente Convênio é de 600 (seiscentos) dias, a partir da data de assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente Convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Turismo e Viagens, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA

Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da capital para dirimir dúvidas oriundas da execução deste Convênio, após esgotadas as respectivas instâncias administrativas.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

São Paulo, de de 2021.

WAGNER SEIAN HANASHIRO

Chefe de Gabinete

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO



STTER2021000444DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
GABINETE DO SECRETARIO

Prefeito do Município de SÃO ROQUE

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF:

Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo

Dia:

Fls.: DADETUR

São Paulo, 16 de dezembro de 2021

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE

WAGNER SEIAN HANASHIRO
Chefe de Gabinete
SECRETARIA DE TURISMO/GABINETE DO SECRETARIO

TESTEMUNHA(S):

ANTONIO VAZ SERRALHA - OFICIAL ADMINISTRATIVO

CG/AT/CG - ASSISTÊNCIA TÉCNICA CHEFIA DE GABINETE

ALINE DE ASSIS BERNARDO - Assessor Técnico V

SECRETARIA DE TURISMO/DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS
TURISTICOS



Assinado com senha por: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO - 16/12/2021 às 07:53:24

Assinado com senha por: WAGNER SEIAN HANASHIRO - 16/12/2021 às 18:31:44

Assinado com senha por: ALINE DE ASSIS BERNARDO - 16/12/2021 às 17:46:00

Assinado com senha por: ANTONIO VAZ SERRALHA - 16/12/2021 às 08:03:49

Documento N°: 651386A0680234 - consulta é autenticada em:

<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/651386A0680234>

Proc. Administrativo 2.340/2024 | Anexo: 3_Termo_de_Convenio.pdf (6/6)

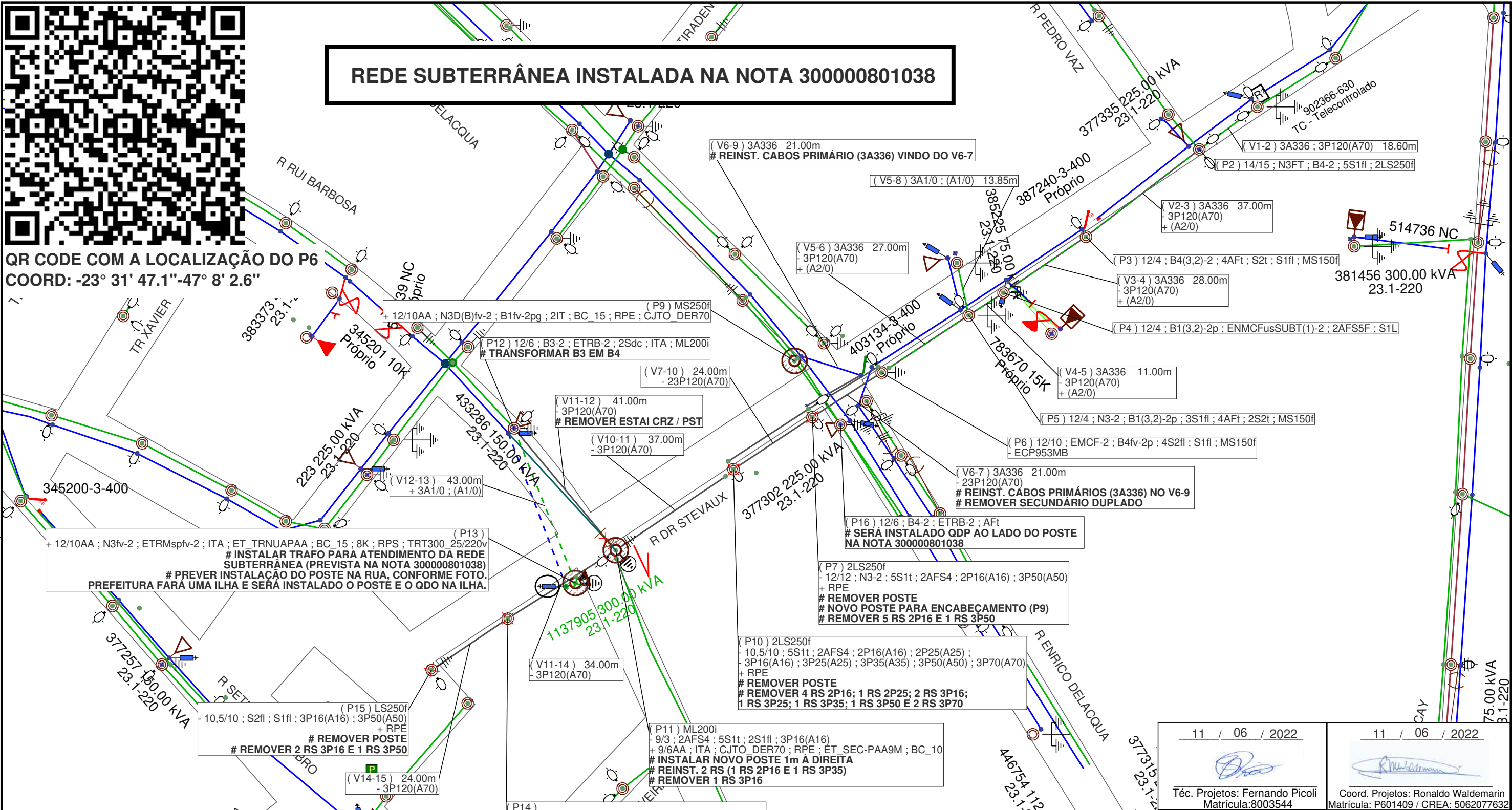


STTER2021000444DM

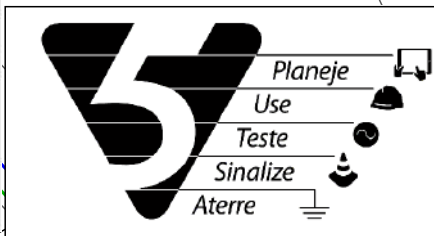


QR CODE COM A LOCALIZAÇÃO DO P6
COORD: -23° 31' 47.1"-47° 8' 2.6"

REDE SUBTERRÂNEA INSTALADA NA NOTA 300000801038

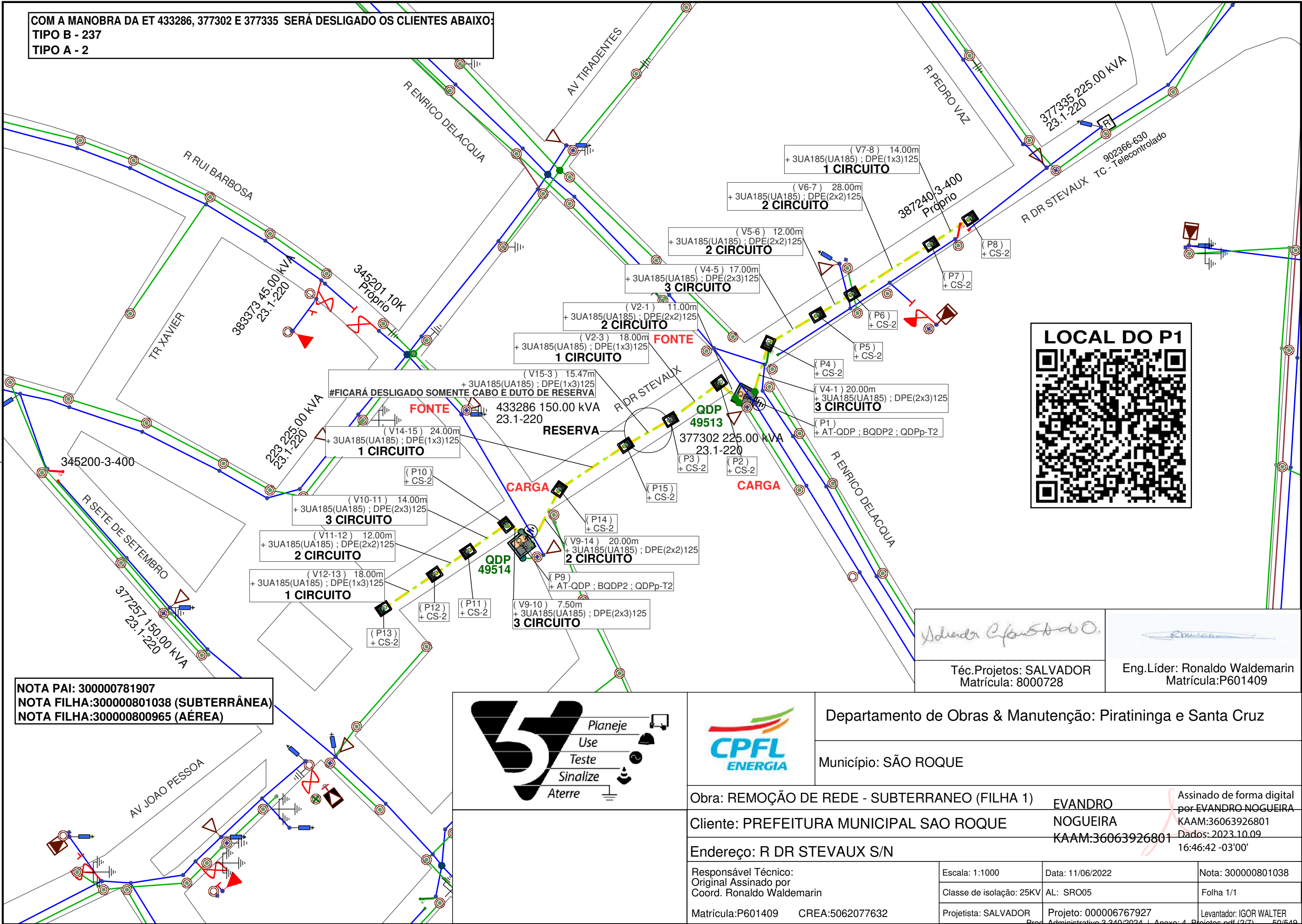


Plano de Isolação - Previsto em Projeto				
Ação	Equipamento	Numero	Cliente Afetados	Obs.
Abrir	Chave Faca	978563	370	CLIENTES A: 1; CLIENTES B: 369
Abrir	Chave Faca	387240		
Abrir	Chave Faca	345200		
Abrir	Chave Fusível	345193		
		Total	370	
Obs: todo equipamento mencionado deverá ser verificado e validado na viabilidade e sistemas via planejamento de obras.				
Obs²: As condições dos equipamentos e postes precisam ser verificados em campo.				

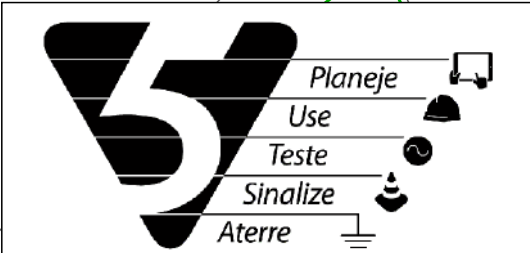


	Departamento de Obras & Manutenção: Piratininga e Santa Cruz		
	Município: SÃO ROQUE		
Cliente: JHSF EMPREENDIMENTOS VILLAGE 01 LTDA	EVANDRO NOGUEIRA	Assinado de forma digital por EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801	
Obra: REMOÇÃO DE REDE - AEREO (FILHA 2)	KAAM:360639268	Dades: 2023.10.09	
Endereço: RUA DR STEVAUX	01	16:47:16 -03'00'	
Responsável Técnico: Original Assinado por Coord: Ronaldo Waldemarin	Escala: 1:1000	Data: 11/06/2022	Nota: 300000800965
Matrícula: P601409 CREA: 5062077632	Classe de isolamento: 25kV	AL: SRO05	Folha 1
	Projetista: Fernando Picoli	Projeto: 000006767928	Lev: Igor Walter 8002300

COM A MANOBRA DA ET 433286, 377302 E 377335 SERÁ DESLIGADO OS CLIENTES ABAIXO:
TIPO B - 237
TIPO A - 2



NOTA PAI: 300000781907
NOTA FILHA:300000801038 (SUBTERRÂNEA)
NOTA FILHA:300000800965 (AÉREA)



		Departamento de Obras & Manutenção: Piratininga e Santa Cruz	
Município: SÃO ROQUE			
Obra: REMOÇÃO DE REDE - SUBTERRANEO (FILHA 1)		EVANDRO	Assinado de forma digital por EVANDRO NOGUEIRA
Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL SAO ROQUE		NOGUEIRA	KAAM:36063926801
Endereço: R DR STEVAUX S/N		KAAM:36063926801	Dados: 2023.10.09 16:46:42 -03'00'
Responsável Técnico: Original Assinado por Coord. Ronaldo Waldemarin Matrícula:P601409 CREA:5062077632	Escala: 1:1000	Data: 11/06/2022	Nota: 300000801038
	Classe de isolamento: 25KV	AL: SRO05	Folha 1/1
	Projetista: SALVADOR	Projeto: 000006767927	Levantador: IGOR WALTER

- Partido Urbanístico
- O projeto contempla:
- Implantação da iluminação pública Subterrânea.
 - Implantação de novo revestimento para o calçamento, em piso intertravado.
 - Implantação de platôs nos cruzamentos e travessias de pedestres, elevando toda a interseção da via na mesma altura da calçada, novamente focando a acessibilidade.
 - Despoluição visual e identificação e incentivo à conservação das fachadas que possuam valor arquitetônico e/ou histórico.
 - Implantação da iluminação por Postes Ornamentais.
 - Implantação de Paisagismo: com bancos, lixeiras e vasos.
 - Implantação de Decks e Pergolados.

PRAÇA DA MATRIZ

ÁREA "A"

RUA RUI BARBOSA

ÁREA "B"

RUA ENRICO DELACQUA

PLANTA BAIXA - À DEMOLIR / RETIRAR - ÁREA "A" E "B"

ESC: 1/100

LEGENDA DAS CALÇADAS

RUA DR. STEVAUX

ÁREA "A" - DA PRAÇA DA MATRIZ ATÉ ESQUINA RUA RUI BARBOSA

ÁREA "B" - DA ESQUINA RUA RUI BARBOSA ATÉ ESQUINA RUA ENRICO D'LACQUA

ÁREA "C" - DA ESQUINA RUA ENRICO D'LACQUA COM A RUA PEDRO VAZ

LEGENDA - À DEMOLIR / RETIRAR		
REFERÊNCIA	NOME	QUANT.
	GUIA E SARJETA	222,73m²
	CALÇADA	1.177,50m²
	PAVIMENTO EXISTENTE	496,84m²
	PARALELEPÍPEDO	67,65m²
	CAIXA DE PASSAGEM	28 unid/s
	POSTES	14 unid/s
	GRELHA	113,23m
	SARJETÃO	33,40m

LEGENDA - À CONSTRUIR		
REFERÊNCIA	NOME	QUANT.
	PISO INTERTRAVADO - CINZA NATURAL	1.772,82m²
	PISO INTERTRAVADO - TERRACOTA	112,42m²
	PISO TÁTIL - DIRECIONAL / ALERTA	64,93m²
	TUBO DE CONCRETO Ø300mm	234,30m
	CAIXA DE PASSAGEM DE 60x60x60	03 unid/s
	TAMPA DE CONCRETO TIPO GRELHA	103,04m
	PAVIMENTAÇÃO LOMBOFAIXA	45,65m²
	PINTURA DA LOMBOFAIXA	78,90m²
	GUIA E SARJETA	66,12m

PLANTA BAIXA - À DEMOLIR / RETIRAR - ÁREA "C"

ESC: 1/100

ÁREA "C"

RUA RUI BARBOSA

RUA PEDRO VAZ

ÁREA "A"

ÁREA "B"

RUA ENRICO DELACQUA

PLANTA BAIXA - DRENAGEM "A" E "B"

ESC: 1/100

ÁREA "A"

ÁREA "B"

PLANTA BAIXA - DRENAGEM - ÁREA "C"

ESC: 1/100

ÁREA "C"

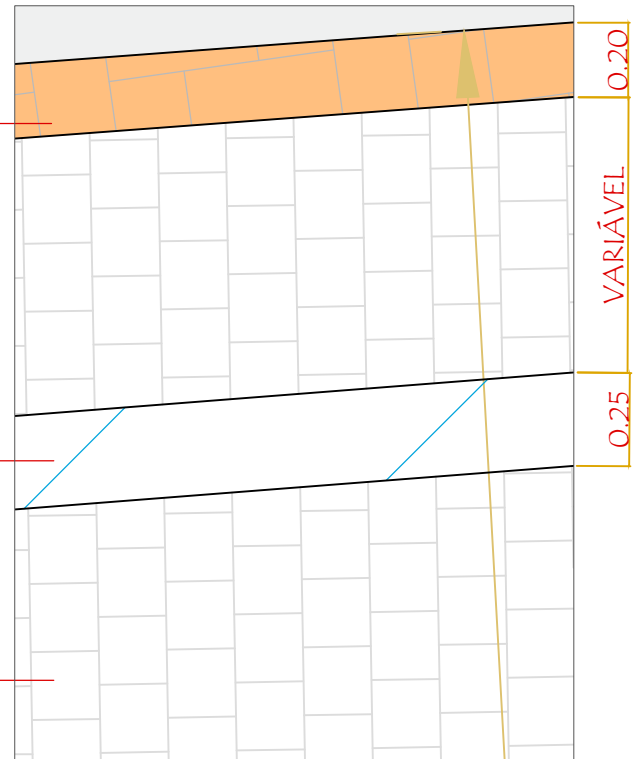
INTERTRAVADO - COR TERRACOTA

PISO TÁTIL

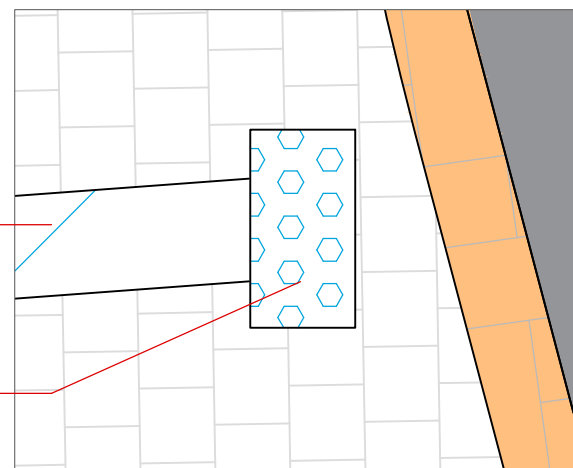
INTERTRAVADO - COR CINZA NATURAL

PISO TÁTIL - DIRECIONAL

PISO TÁTIL - DIRECIONAL



DETALHE 01 - PAGINAÇÃO DE PISO
ESC: 1/100



DETALHE 02 - PISO TÁTIL
ESC: 1/100

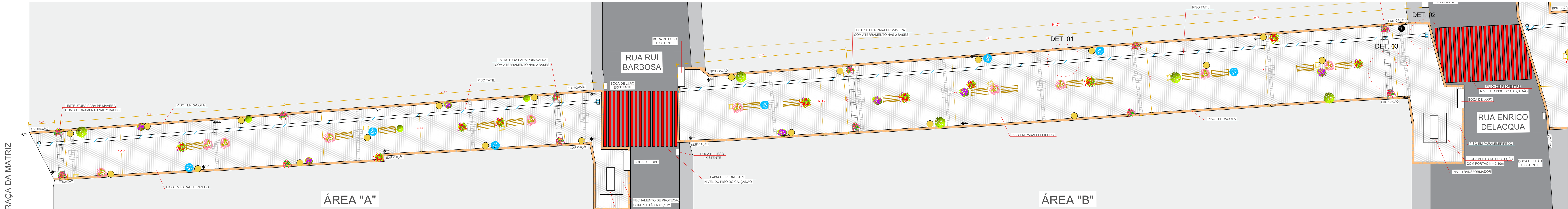
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO ROQUE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

OBJETO:
REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL
ENDEREÇO:
RUA STEVAUX - CENTRO - SÃO ROQUE
PROJETO:
PLANTA DE REFORMA - ÁREA CENTRAL

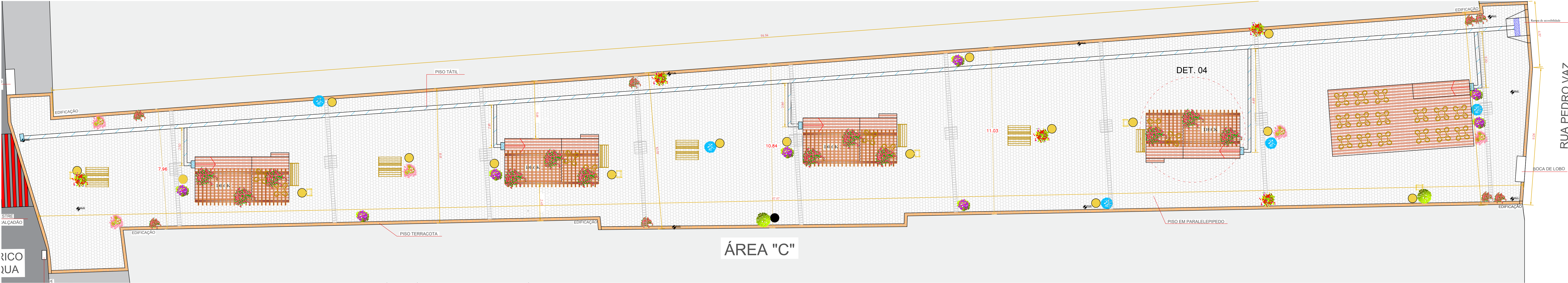


ÁREAS	

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE	
GOV.BR	
SIMPATIA LAMARZIO COSTA	
CHAVE DE CRIAÇÃO DE CONVERSÃO	
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE	
SÃO ROQUE - SP	
COTA Nº 001/2024	
ART. 7º (RUBRICADO)	
ELABORAÇÃO DE PROJETO	DATA
Tamara Baggio / Tatiana Naves (Rex 98)	Setembro/2023
ARQUIVO	ESCALA
Projeto elaborado - Dr. Simoes - REVISÃO	Rev 02
	FOLHA
	01/02



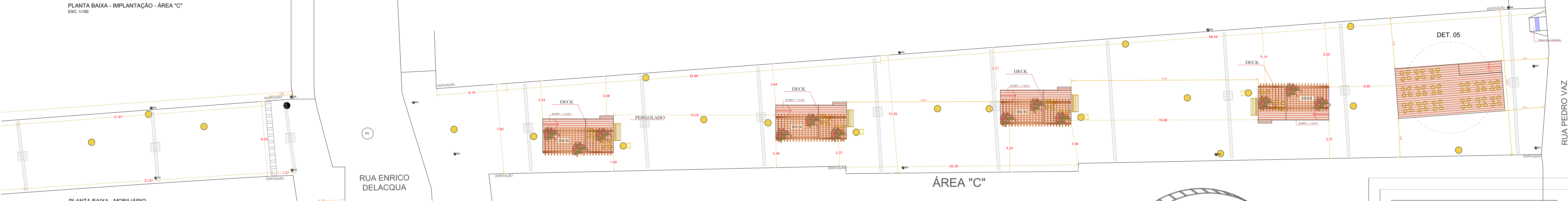
PLANTA BAIXA - IMPLANTAÇÃO - ÁREA "A" E "B"
ESC: 1/100



PLANTA BAIXA - IMPLANTAÇÃO - ÁREA "C"
ESC: 1/100

LEGENDA - MOBILIÁRIO		
REFERÊNCIA	NOME	QUANT.
●	POSTE DE ILUMINAÇÃO	38 unids
■	BANCOS	20 unids
□	LIXEIRA	13 unids
○	VASO DE CONCRETO D = 0,50	36 unids
○	VASO DE CONCRETO D = 0,60	42 unids

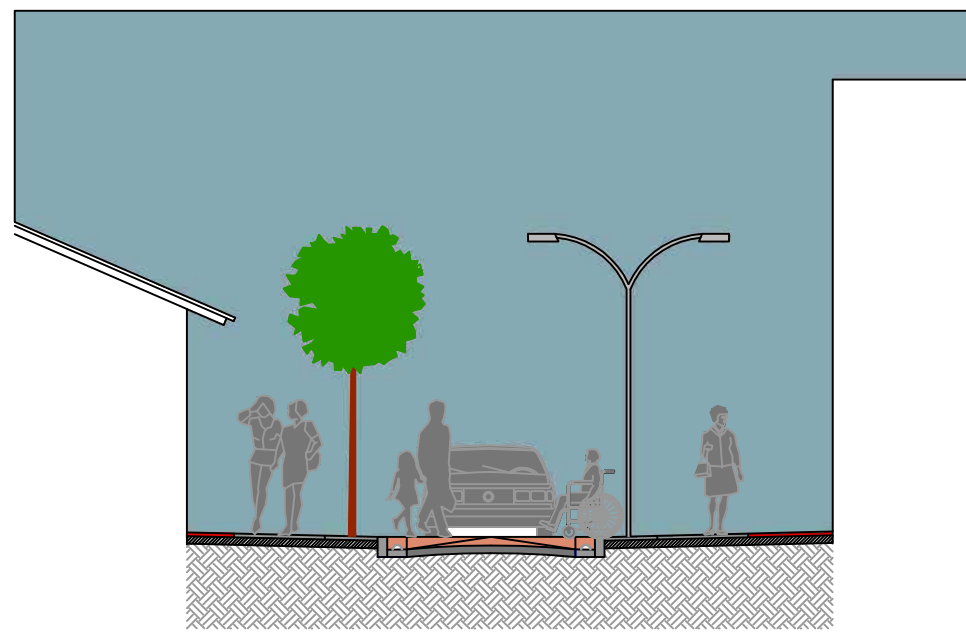
LEGENDA - MOBILIÁRIO					
REFERÊNCIA	NOME	VASO	QUANT. VASO	QUANT. ANUAL	OBS.
●	CAJUEIRO	D = 50	15	75 unids	GRAMA NO VASO
●	BOUGANVILLEA (PRIMAVERA)	D = 60	12	12 unids	—
●	BOUGANVILLEA (PRIMAVERA)	PLANTIO NO CHÃO	—	40 unids	—
●	AZALEA - ARBUSTO	D = 60	15	75 unids	—
●	MANACÁ DE CHERO	D = 60	15	15 unids	GRAMA NO VASO
●	AZULZINHA	D = 50	12	4,80m²	—
●	ALAMANDA - ARBUSTO	D = 50	10	30 unids	—
■	GRAMA SÃO CARLOS	—	—	8,48m²	—



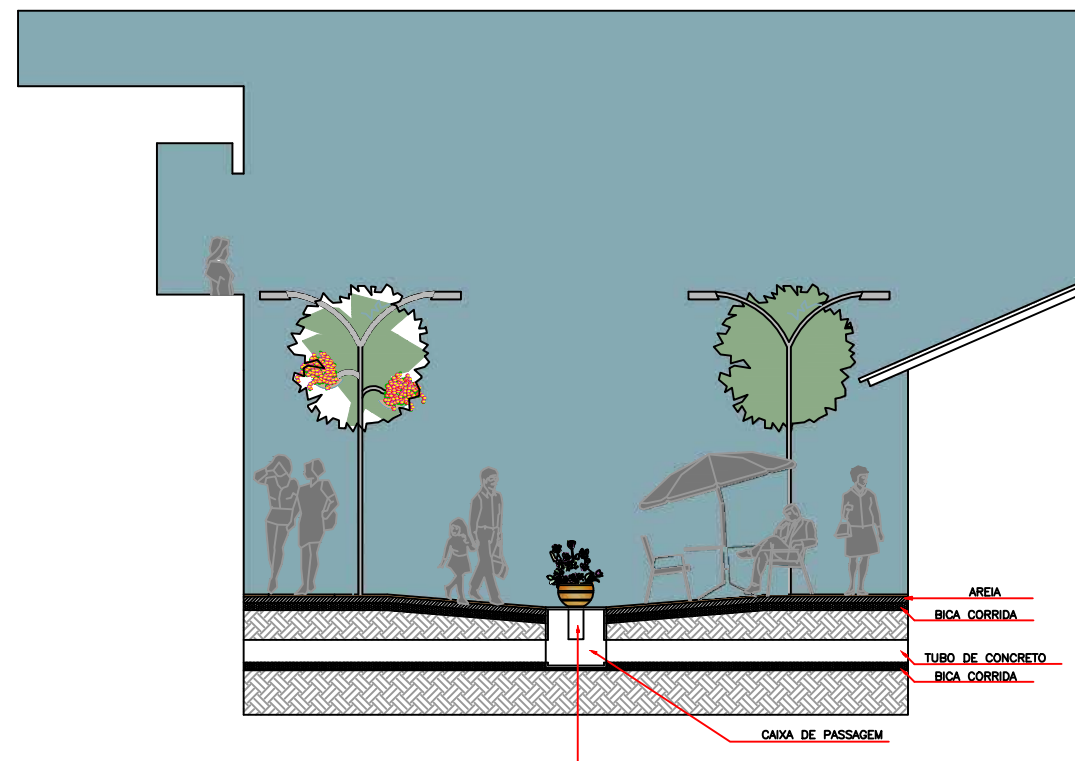
PLANTA BAIXA - MOBILIÁRIO
ESC: 1/100



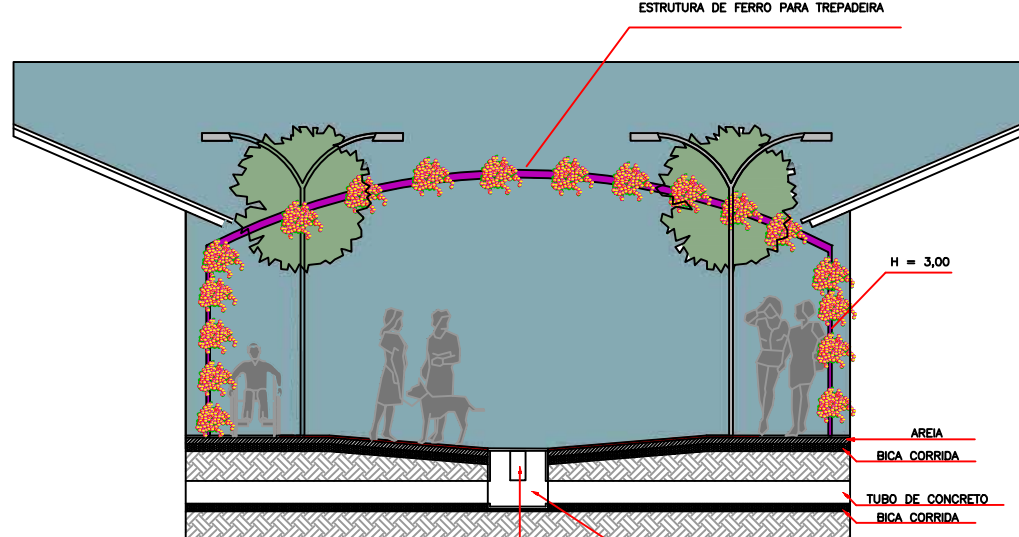
CORTE TRANSVERSAL TÍPICO DOS
PLATÔS
SEM ESCALA



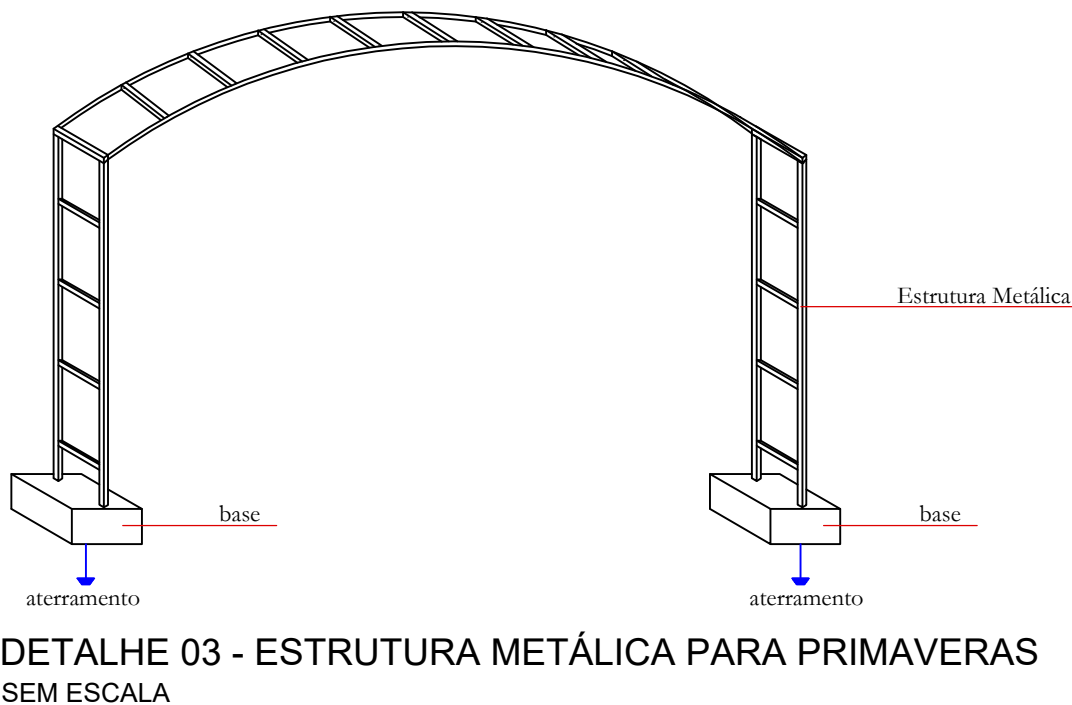
CORTE TRANSVERSAL TÍPICO DOS
PLATÔS
SEM ESCALA



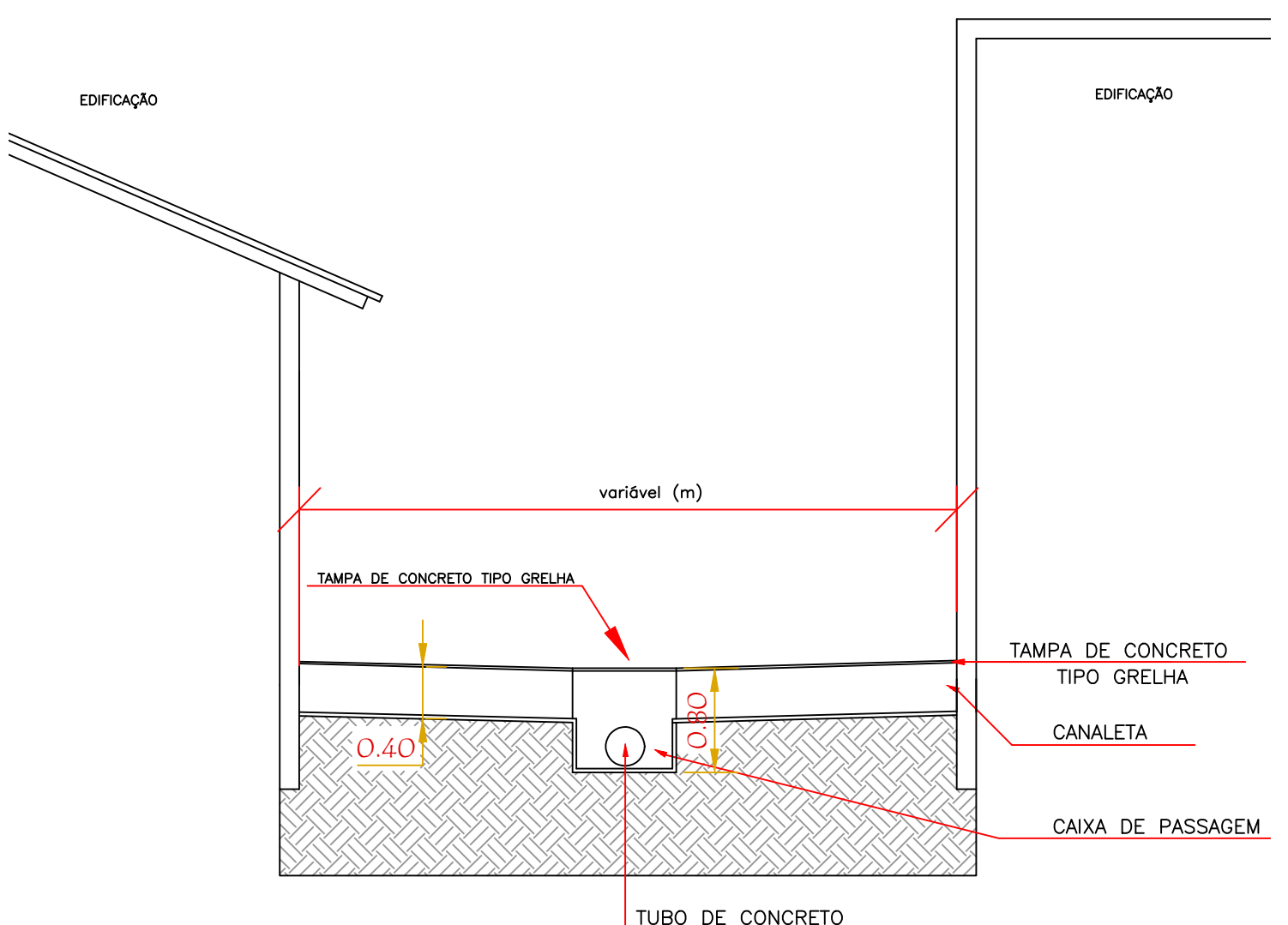
CORTE TRANSVERSAL TÍPICO DOS
PLATÔS
SEM ESCALA



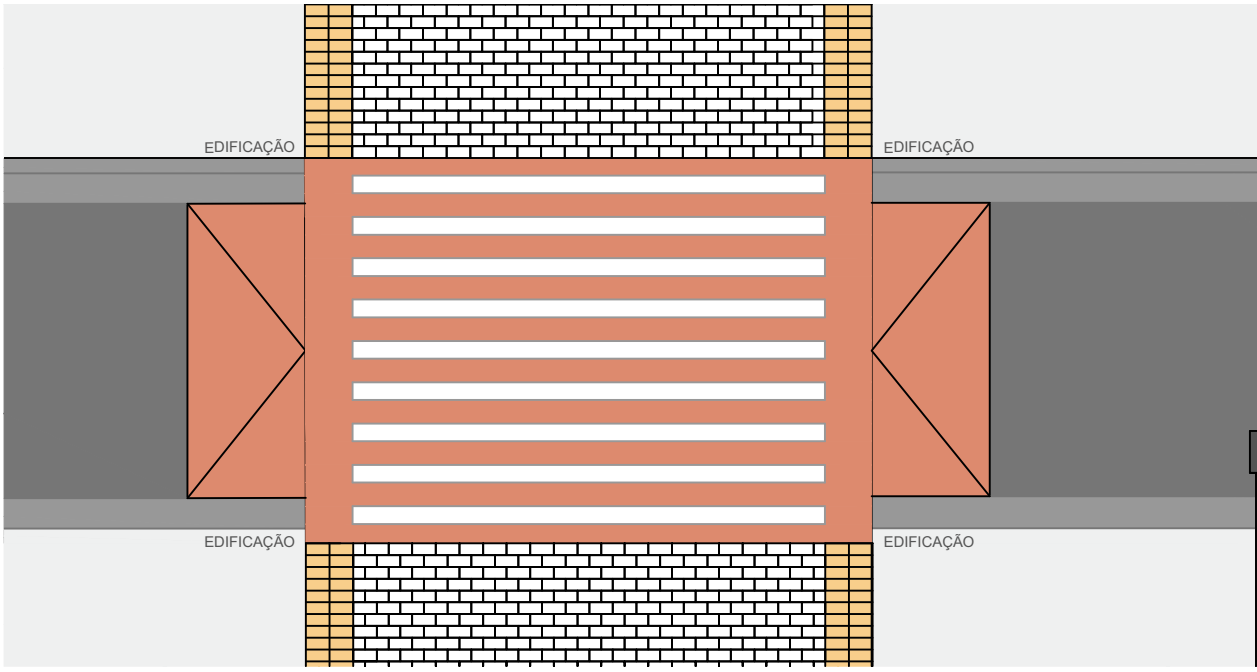
CORTE TRANSVERSAL TÍPICO DOS
PLATÔS
SEM ESCALA



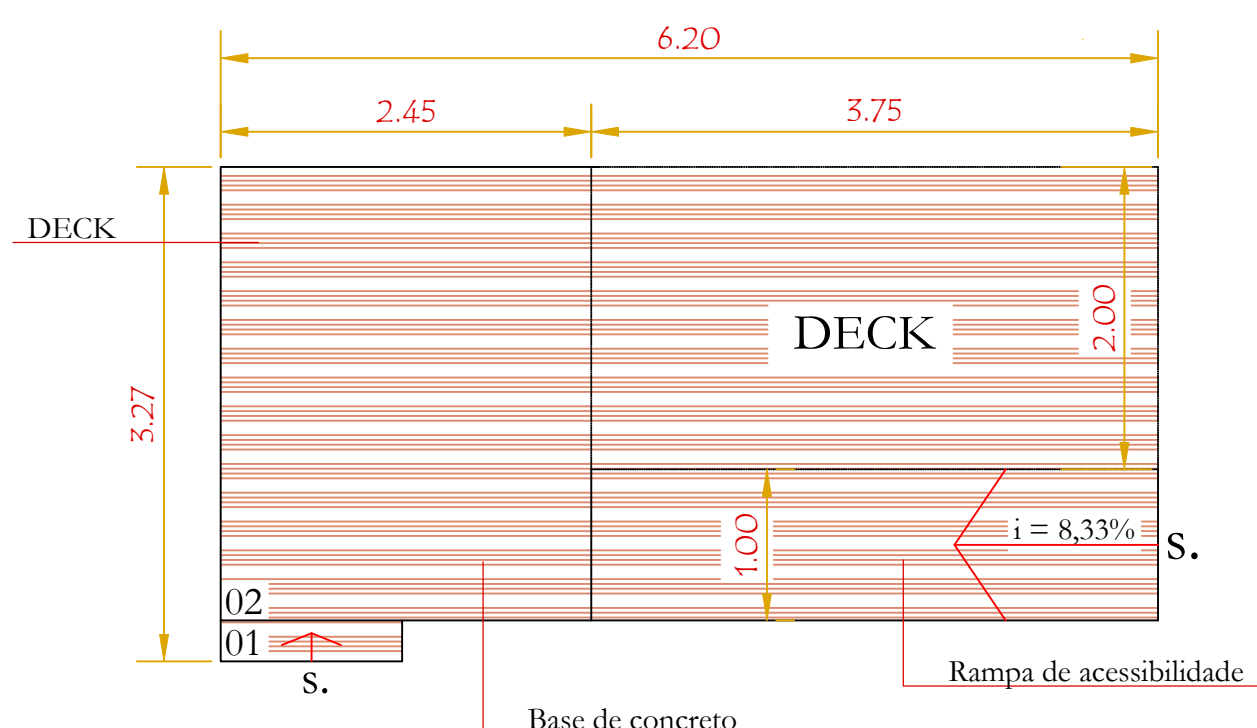
DETALHE 03 - ESTRUTURA METÁLICA PARA PRIMAVERAS
SEM ESCALA



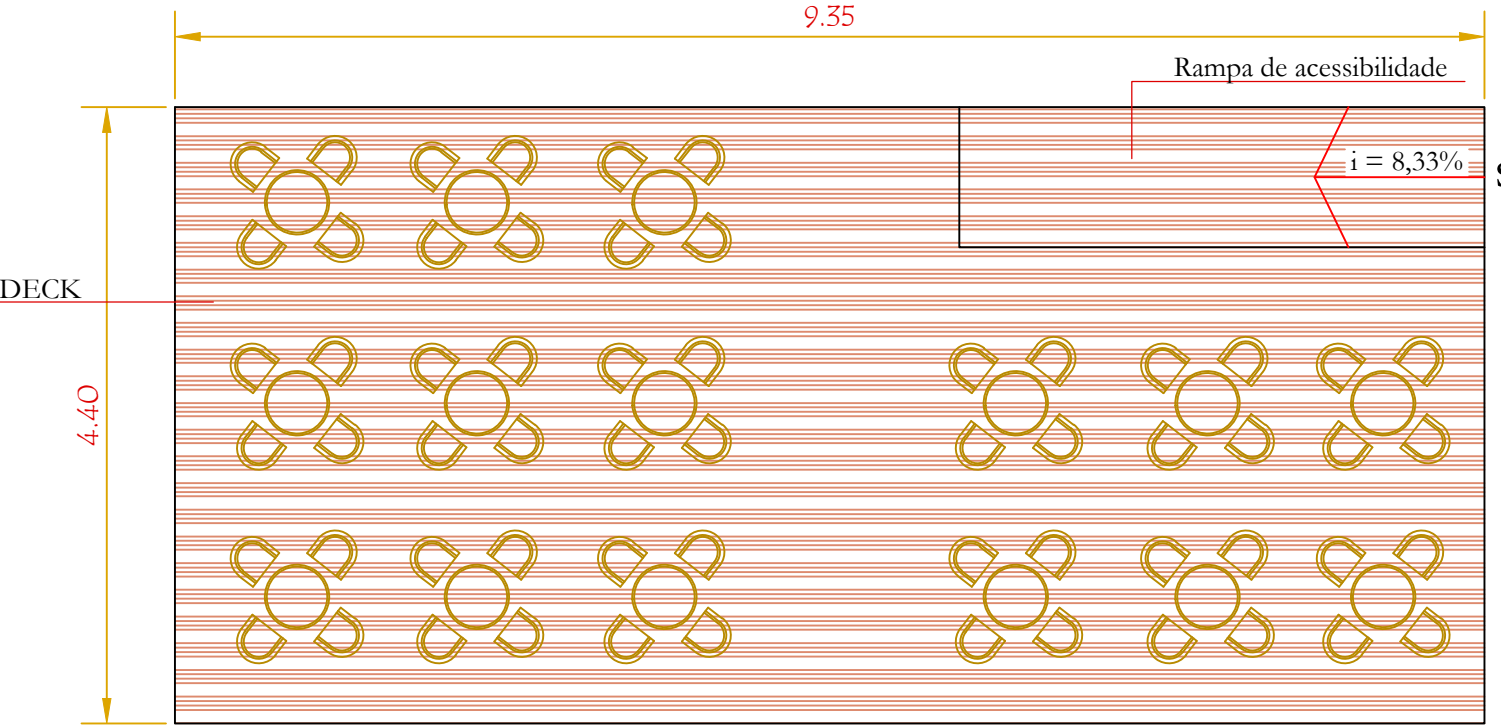
CORTE ESQUEMÁTICO
SEM ESCALA



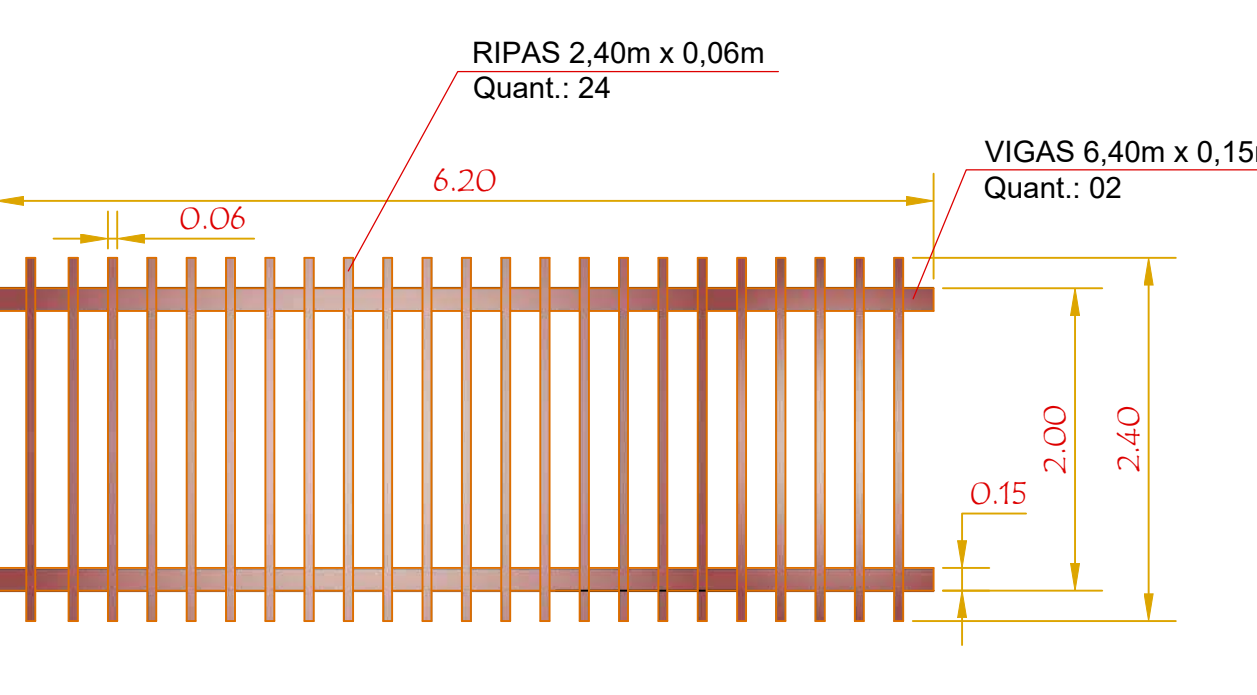
PLANTA TÍPICA DO PLATÔ
SEM ESCALA



DETALHE 04 - DECK
SEM ESCALA



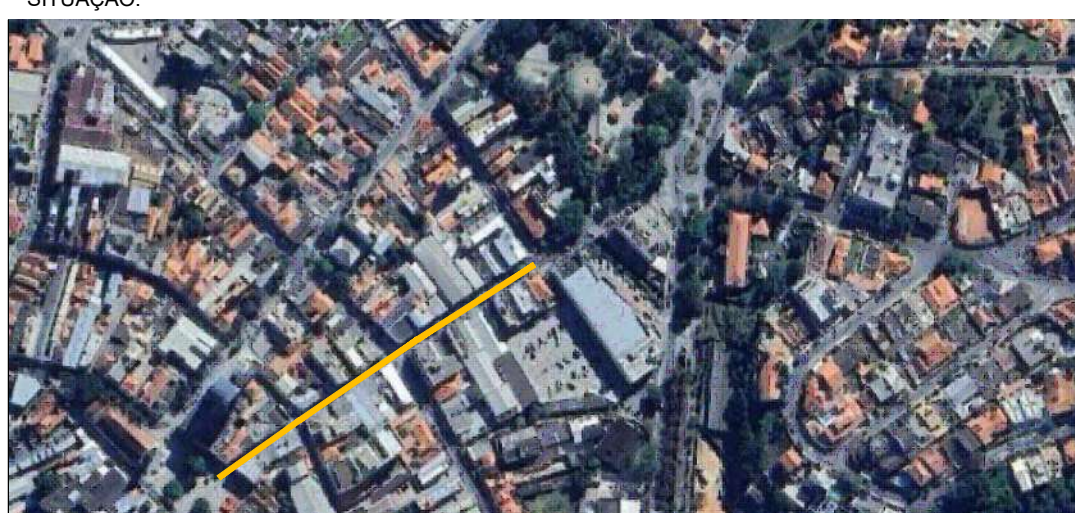
DETALHE 05 - DECK
SEM ESCALA



DETALHE 03 - PERGOLADO h=3,50m
SEM ESCALA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO ROQUE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

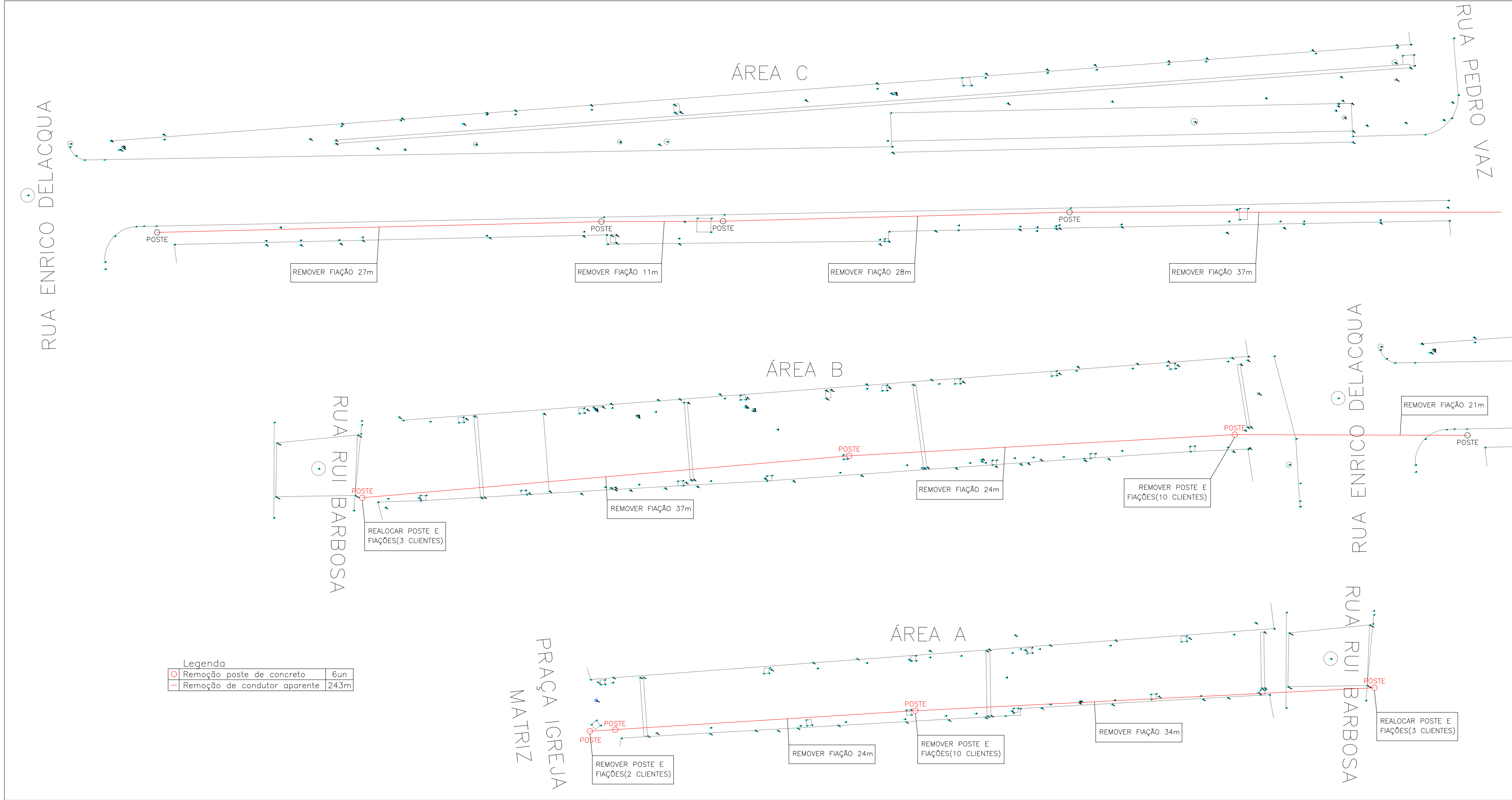
OBJETO:
REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL
ENDEREÇO:
RUA STEVAUX - CENTRO - SÃO ROQUE
PROJETO:
PLANTA DE REFORMA - ÁREA CENTRAL



ÁREAS	

Documento assinado digitalmente GABRIELA LAMARCA COSTA DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRA CIVIL CPF: 01.111.111-11			
ELABORAÇÃO DO PROJETO: Teresa Regina T. Pereira Soares (Rev. 01)	DATA: Outubro/2023	REVISÃO: Rev. 01	FOLHA: 02/02
ARQUIVO: Projeto Calçada - Dr. Stevaux - REV.01	ESCALA: Proposta		

COR	PENA	ESP.
01	01	0,2
02	07	0,2
03	03	0,2
04	04	0,2
05	05	0,2
06	06	0,2
07	07	0,2
08	08	0,2
14	14	0,2
42	42	0,2
162	162	0,2
181	181	0,2
esc. plotagem		
1:100		
A2		

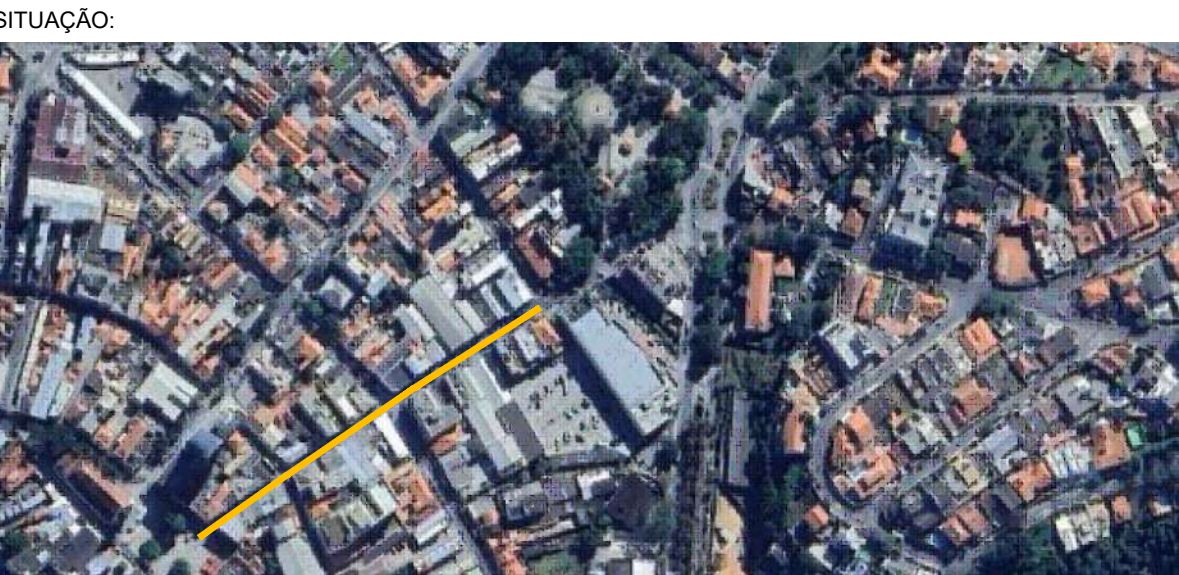


PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO ROQUE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

OBJETO:
REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL

ENDEREÇO:
RUA STEVAUX - CENTRO - SÃO ROQUE

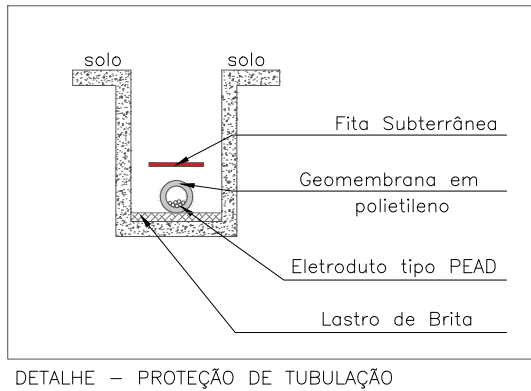
PROJETO:
Elétrica Subterrânea (CPFL e TELECOM) - Área Central



ÁREAS	

EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Assinado de forma digital por EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Dados: 2023.11.09 15:40:35 -03'00'	gouvbr GABRIELA LAMBAZZI COURA Data: 05/11/2023 08:25:56 -03'00' Verifique em https://validar.it.gov.br/ GABRIELA LAMBAZZI COURA CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRO ELETRICISTA CREA nº: 5070863920 ART nº 280272302314207221	FOLHA 01/03
ELABORAÇÃO DE PROJETO: Evandro Kaam	DATA: Novembro/2023	
ARQUIVO: Projeto calçadão - Dr. Stevaux - Elétrica_Rev 03	ESCALA: 1/200	REVISÃO: Rev.03

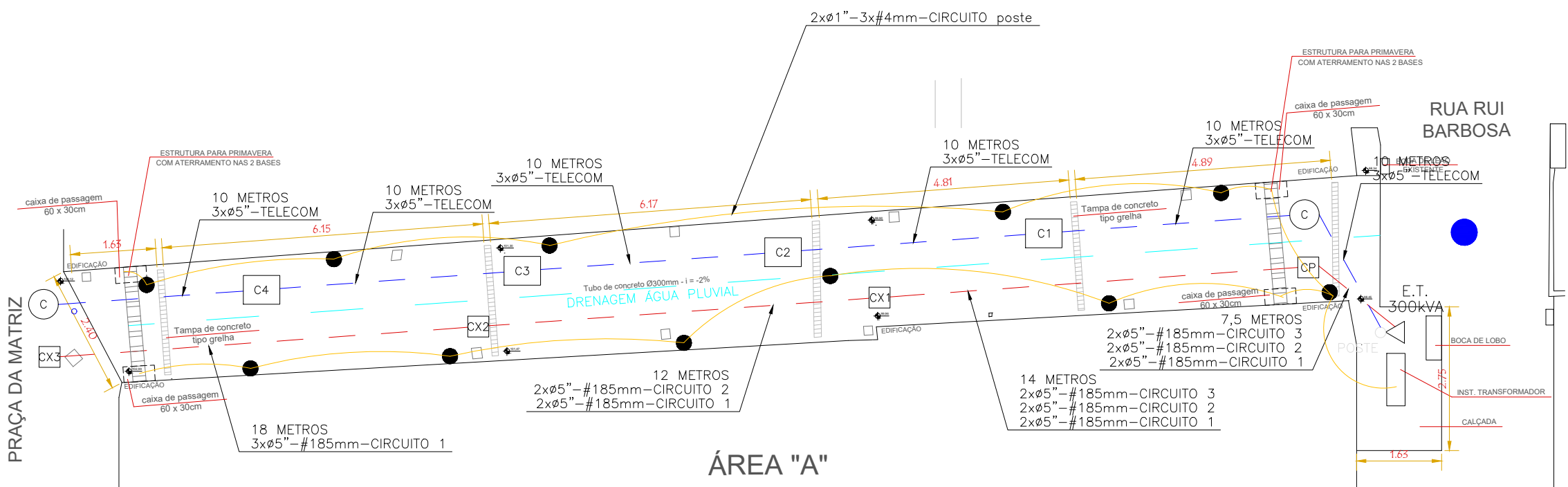
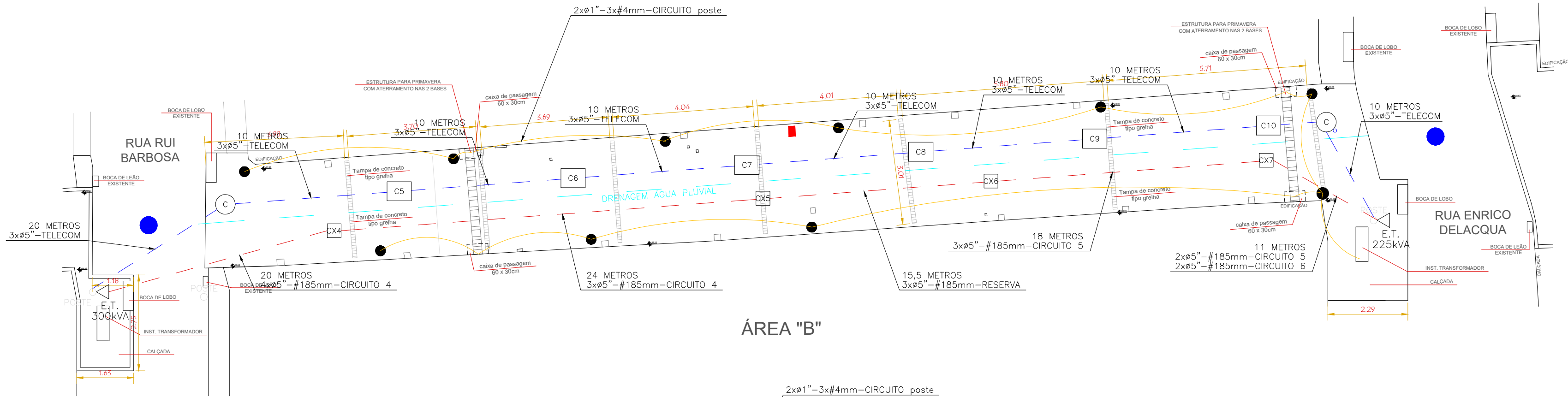
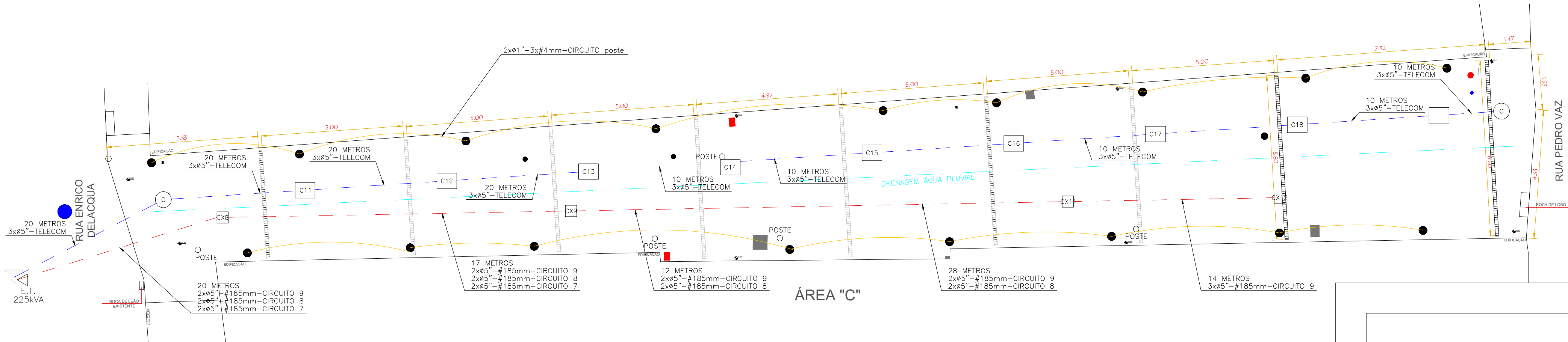
COR	PENA	ESP.
01	01	0,2
02	07	0,2
03	03	0,2
04	04	0,2
05	05	0,2
06	06	0,2
07	07	0,2
08	08	0,2
14	14	0,2
42	42	0,2
162	162	0,2
181	181	0,2
esc. plotagem		
1:100		
A2		



Legenda CPFL	
○ Poste + Iluminação (com aterramento)	38un
Caixa de Passagem 30 x 30cm (01 caixa para cada poste)	38un
- Eletroduto Corrugado ø5"(125mm)	951,5m
□ CAIXA DE PASSAGEM	13un
▷ POSTE+TRANSFORMADOR	2un
3xCABOS 1x185mm², AL, ISOLADO, EPR/XLPE, 0,6/1kV + CABO NEUTRO 1x185mm², AL, ISOLADO, PVC, 0,6/1kV	951,5m

Estrutura Metálica (com aterramento - 01 em cada base)	4 un
Caixa de Passagem 60 x 30cm (02 para cada estrutura (01 em cada base))	8 un

Legenda Telecom	
⊗ CAIXA DE PASSAGEM 1,95x1,20x1,30m	6un
⊞ CAIXA DE PASSAGEM 1,07x0,52x1,00m	19un
- Eletroduto Corrugado ø1 1/4"(32mm)	1000m
- Eletroduto Corrugado ø5"(125mm)	180m



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

OBJETO:
REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL

ENDEREÇO:
RUA STEVAUX - CENTRO - SÃO ROQUE

PROJETO:
Elétrica Subterrânea (CPFL e TELECOM) - Área Central

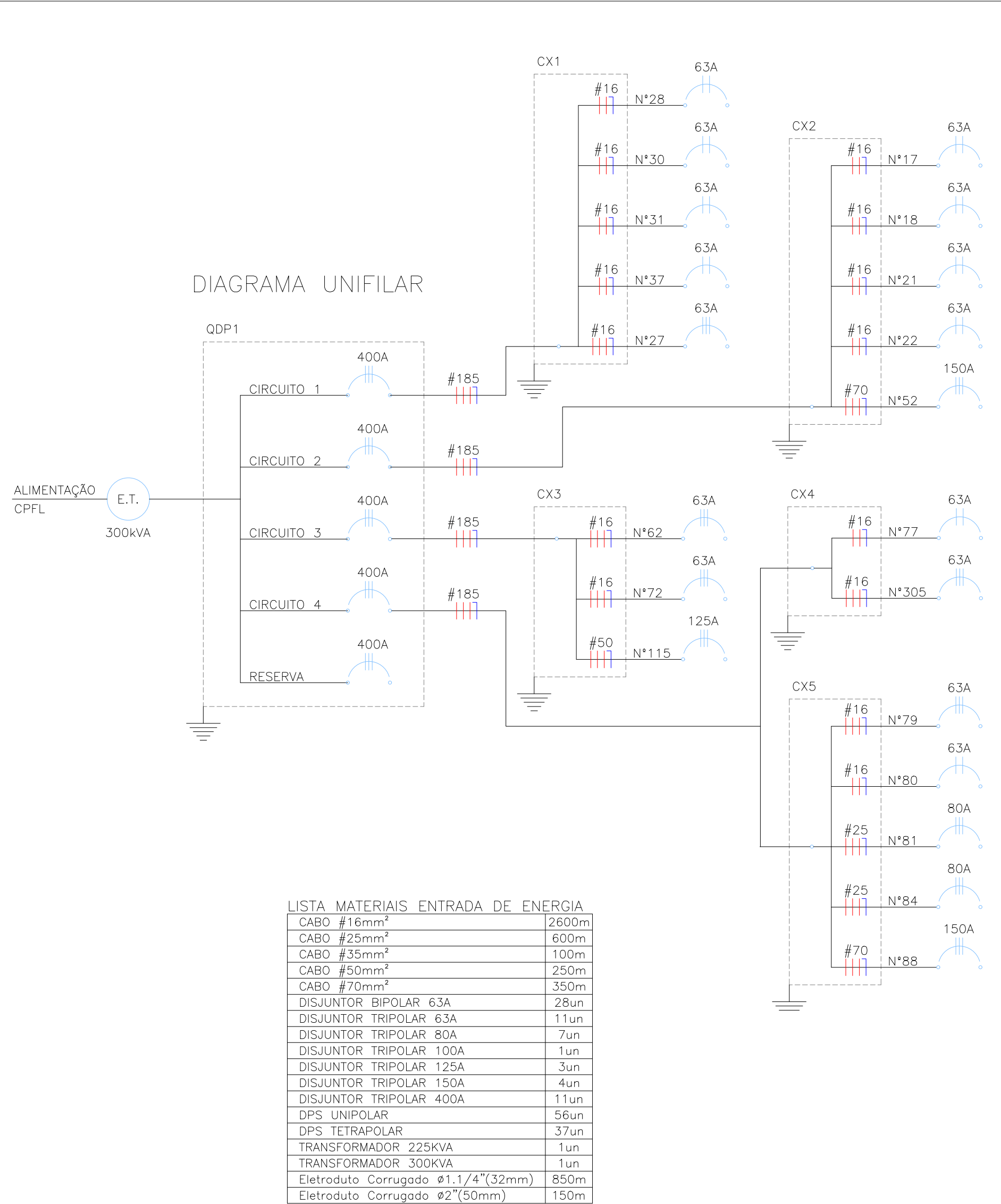
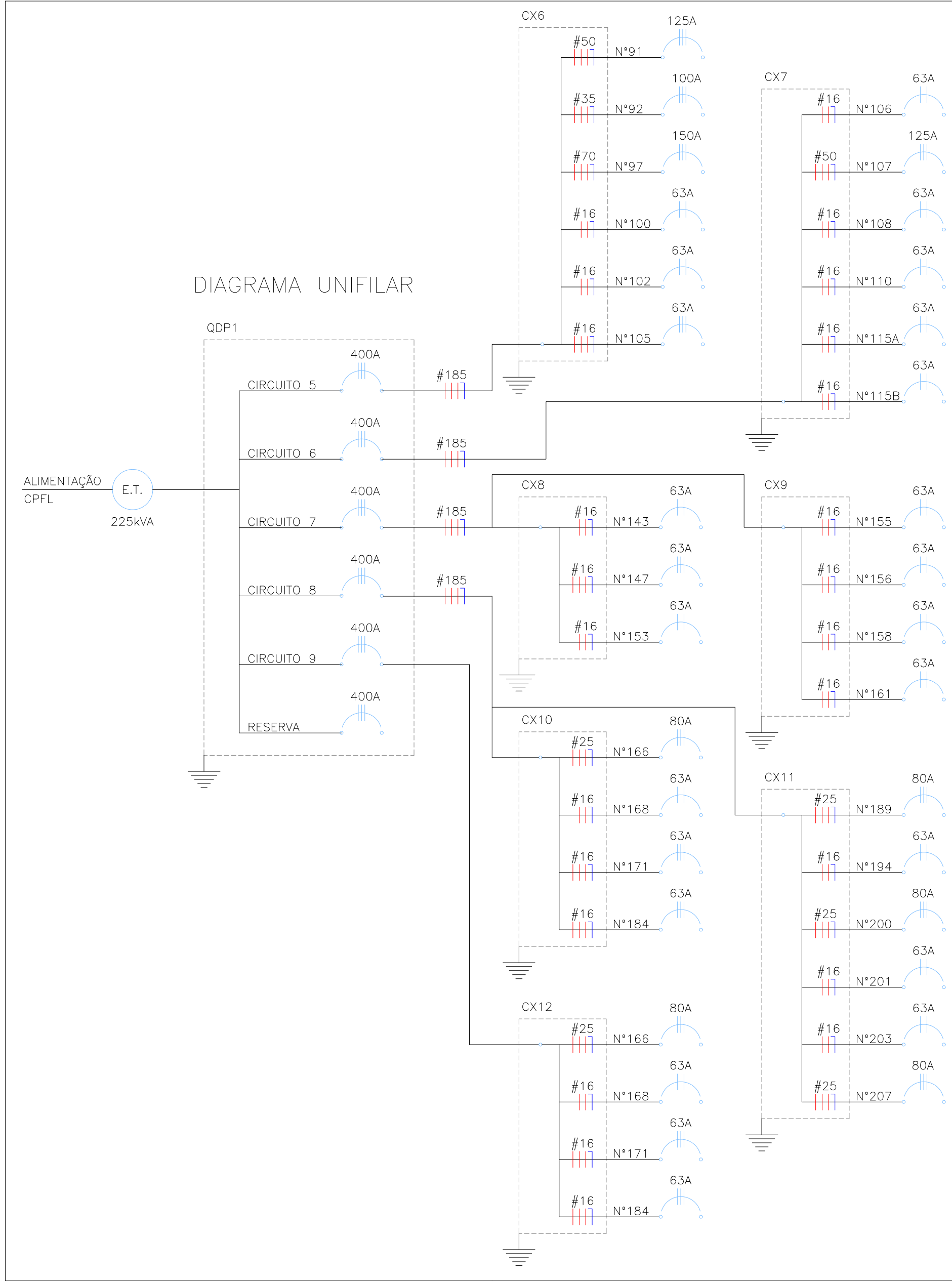
SITUAÇÃO:



ÁREAS	

EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Assinado de forma digital por EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Data: 09/11/2023 08:25:56-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br/		Documento assinado digitalmente GABRIELA LAMBAZZI COURA Data: 09/11/2023 08:25:56-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br/	
EVANDRO NOGUEIRA KAAM GERENTE DE DIVISÕES DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRO ELETRICISTA CREA nº: 5063205495 ART nº 28027230231420779		GABRIELA LAMBAZZI COURA CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRA CIVIL CREA nº: 5070863920 ART nº 28027230231067221	
ELABORAÇÃO DE PROJETO: Evandro Kaam		DATA: Novembro/2023	
ARQUIVO: Projeto calçadão - Dr. Stevaux - Elétrica_Rev 03		ESCALA: 1/200	REVISÃO: Rev.03
		FOLHA 02/03	

COR	PENA	ESP.
01	01	0,2
02	07	0,2
03	03	0,2
04	04	0,2
05	05	0,2
06	06	0,2
07	07	0,2
08	08	0,2
14	14	0,2
42	42	0,2
162	162	0,2
181	181	0,2
esc. plotagem		
1:100		
A2		



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO ROQUE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

OBJETO:
REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL

ENDEREÇO:
RUA STEVAUX - CENTRO - SÃO ROQUE

PROJETO:
Elétrica Subterrânea (CPFL e TELECOM) - Área Central

SITUAÇÃO:



ÁREAS	

EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Assinado de forma digital por EVANDRO NOGUEIRA KAAM:36063926801 Data: 2023.11.09 15:41:34 -03'00'		 GABRIELA LAMBAZZI COURA Data: 03/11/2023 08:25:16 -0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br/ Documento assinado digitalmente	
EVANDRO NOGUEIRA KAAM GERENTE DE DIVISÕES DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRO ELETRICISTA CREA nº: 5063205495 ART nº 28027230231420779		GABRIELA LAMBAZZI COURA CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE ENGENHEIRA CIVIL CREA nº: 5070863920 ART nº 28027230231067221	
ELABORAÇÃO DE PROJETO: Evandro Kaam		DATA: Novembro/2023	FOLHA 01/03
ARQUIVO: Projeto calçadão - Dr. Stevaux - Elétrica_Rev 03		ESCALA: 1/200	
		REVISÃO: Rev.02	

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
1.0			Serviços Preliminares				
1.1	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 925,95	R\$ 5.555,70
1.2	CDHU	02.10.060	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	m²	1.885,24	R\$ 1,69	R\$ 3.186,05
1.3	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00	R\$ 865,04	R\$ 5.190,24
1.4	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00	R\$ 1.425,39	R\$ 8.552,34
1.5	CDHU	02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	m²	750,00	R\$ 25,55	R\$ 19.162,50
1.6	CDHU	02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	105,00	R\$ 46,77	R\$ 4.910,85
1.7	CDHU	02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	m²	330,00	R\$ 107,21	R\$ 35.379,30
			Total do item 1.				R\$ 81.936,98
2.0			Movimentação de Terra				
2.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	600,18	R\$ 50,90	R\$ 30.549,16
2.2	CDHU	07.06.010	Escavação e carga mecanizada em campo aberto, com rompedor hidráulico, em rocha	m³	10,00	R\$ 276,44	R\$ 2.764,40
2.3	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m³	600,18	R\$ 5,33	R\$ 3.198,95
2.4	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m³	600,18	R\$ 17,58	R\$ 10.551,16
2.5	CDHU	07.12.040	Aterro mecanizado por compensação, solo de 1ª categoria em campo aberto, sem compactação do aterro	m³	540,16	R\$ 20,61	R\$ 11.132,69
2.6	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	540,16	R\$ 22,36	R\$ 12.077,97
			Total do item 2.				R\$ 70.274,33
3.0			Demolições				
3.1	CDHU	03.01.040	Demolição manual de concreto armado	m³	13,59	R\$ 407,20	R\$ 5.533,84
3.2	CDHU	03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	m²	1.177,50	R\$ 10,18	R\$ 11.986,95
3.3	CDHU	03.06.050	Desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	67,65	R\$ 26,48	R\$ 1.791,37
3.4	CDHU	03.07.010	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	496,84	R\$ 26,51	R\$ 13.171,22
3.5	CDHU	34.13.041	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm	un	4,00	R\$ 3.619,23	R\$ 14.476,92
3.6	CDHU	04.40.010	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m	222,73	R\$ 8,99	R\$ 2.002,34
3.7	CDHU	03.01.260	Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m³	15,37	R\$ 300,03	R\$ 4.611,46
3.8	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	413,79	R\$ 105,96	R\$ 43.845,18
			Total do item 3.				R\$ 97.419,28
4.0			Iluminação				
4.1	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	2.844,60	R\$ 10,44	R\$ 29.697,62
4.2	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	2.500,00	R\$ 5,39	R\$ 13.475,00
4.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	1.422,30	R\$ 4,06	R\$ 5.774,53
4.4	CDHU	39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	500,00	R\$ 3,02	R\$ 1.510,00
4.5	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	3,00	R\$ 119,00	R\$ 357,00
4.6	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	38,00	R\$ 202,17	R\$ 7.682,46
4.7	CDHU	41.10.500	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 4,00 m	un	38,00	R\$ 1.111,06	R\$ 42.220,28
4.8	CDHU	41.11.450	Suporte tubular de fixação em poste para 2 luminárias tipo pétala	un	38,00	R\$ 130,03	R\$ 4.941,14

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
4.9	CDHU	41.11.116	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	un	76,00	R\$ 284,62	R\$ 21.631,12
4.10	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	m	383,05	R\$ 50,13	R\$ 19.202,29
4.11	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	38,00	R\$ 292,73	R\$ 11.123,74
4.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m³	9,50	R\$ 474,27	R\$ 4.505,56
4.13	CDHU	11.16.040	Alçamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	9,50	R\$ 171,74	R\$ 1.631,53
4.14	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	Kg	760,00	R\$ 11,19	R\$ 8.504,40
4.15	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m²	76,00	R\$ 99,52	R\$ 7.563,52
			Total do item 4.				R\$ 179.820,19
5.0			Hidraulica e Drenagem				
5.1	FDE	16.05.031	CA-21 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	m	153,04	R\$ 138,48	R\$ 21.192,51
5.2	FDE	16.05.041	TC-04 TAMPA DE CONCRETO P/ CANALETA AP (25CM)	m	153,04	R\$ 175,57	R\$ 26.869,72
5.3	CDHU	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	66,12	R\$ 55,04	R\$ 3.639,24
5.4	CDHU	54.06.110	Base em concreto com fck de 25 MPa, para guias, sarjetas ou sarjetões	m³	1,98	R\$ 577,81	R\$ 1.144,06
5.5	CDHU	54.06.170	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 Mpa	m³	0,30	R\$ 825,26	R\$ 247,57
5.6	CDHU	49.12.010	Boca de lobo simples tipo PMSP com tampa de concreto	un	3,00	R\$ 3.465,23	R\$ 10.395,69
5.7	CDHU	46.12.010	Tubo de concreto (PS-1), DN= 300mm	m	234,30	R\$ 98,52	R\$ 23.083,23
5.8	SINAPI	97903	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,8 M PARA REDE DE ESGOTO. AF. 12/2020	un	24,00	R\$ 826,30	R\$ 19.831,20
5.9	CDHU	07.02.060	Escavação mecanizada de valas ou cavas com altura até 4,00 m	m³	370,57	R\$ 20,27	R\$ 7.511,45
5.10	CDHU	08.01.020	Escoramento de solo contínuo	m²	702,90	R\$ 95,40	R\$ 67.056,66
5.11	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	44,47	R\$ 193,79	R\$ 8.617,84
5.12	CDHU	07.11.040	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com rolo, mínimo de 95% PN	m³	309,28	R\$ 22,54	R\$ 6.971,17
5.13	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m³	61,29	R\$ 5,33	R\$ 326,67
5.14	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	m³	61,29	R\$ 17,58	R\$ 1.077,47
5.15	CDHU	49.12.120	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria diâmetro interno 70 cm - pescoço (levantamento do PV com reaproveitamento da tampa)	m	0,16	R\$ 669,64	R\$ 107,14
			Total do item 5.				R\$ 198.071,62
6.0			Calçada				
6.1	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m²	1.950,16	R\$ 27,37	R\$ 53.375,87
6.2	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	390,22	R\$ 22,36	R\$ 8.725,31
6.3	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m³	156,01	R\$ 217,02	R\$ 33.857,29
6.4	CDHU	54.04.350	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	m²	1.885,24	R\$ 120,69	R\$ 227.529,61
6.5	CDHU	30.04.100	Piso tátil de concreto, alerta / direcional, intertravado, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	m²	65,85	R\$ 152,42	R\$ 10.036,85
			Total do item 6.				R\$ 333.524,93
7.0			Pavimentação - Lombofaixa				
7.1	CDHU	03.07.050	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m²	11,00	R\$ 10,33	R\$ 113,63
7.2	CDHU	05.08.080	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m³	1,10	R\$ 38,20	R\$ 42,02
7.3	CDHU	36.20.120	Chapa de ferro de 1,50 x 0,50 m para bucha de passagem	un	2,00	R\$ 303,99	R\$ 607,98
7.4	CDHU	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	m²	45,65	R\$ 7,31	R\$ 333,70
7.5	CDHU	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	m³	6,85	R\$ 1.543,97	R\$ 10.576,19
			Total do item 7.				R\$ 11.673,52

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
8.0			Sinalização				
8.1	CDHU	70.02.012	Sinalização horizontal em laminado elástico retrorrefletivo e antiderrapante, para faixas	m²	78,90	R\$ 167,50	R\$ 13.215,75
			Total do item 8.				R\$ 13.215,75
9.0			Paisagismo				
9.1	CDHU	34.03.020	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00	R\$ 56,52	R\$ 4.239,00
9.2	CDHU	34.03.130	Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00	R\$ 44,62	R\$ 1.338,60
9.3	FDE	16.03.080	ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00	R\$ 45,02	R\$ 1.350,62
9.4	FDE	16.03.077	ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00	R\$ 68,24	R\$ 3.548,61
9.5	FDE	16.03.313	ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00	R\$ 93,56	R\$ 1.403,47
9.6	FDE	16.03.101	FORRAÇÃO AZULZINHA	m²	4,80	R\$ 244,20	R\$ 1.172,16
9.7	CDHU	34.02.080	Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m²	8,48	R\$ 22,54	R\$ 191,18
9.8	CDHU	34.01.010	Terra vegetal orgânica comum	m³	13,23	R\$ 223,88	R\$ 2.962,37
9.9	FDE	16.07.037	FL-07 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 60CM	un	42,00	R\$ 348,54	R\$ 14.638,49
9.10	FDE	16.07.038	FL-08 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 56,50CM H=42,90CM	un	36,00	R\$ 1.238,92	R\$ 44.601,13
9.11	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA	un	13,00	R\$ 1.350,77	R\$ 17.560,01
9.12	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	72,00	R\$ 77,99	R\$ 5.615,28
9.13	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg	398,75	R\$ 23,82	R\$ 9.498,22
9.14	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	71,50	R\$ 47,56	R\$ 3.400,54
9.15	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	8,00	R\$ 202,17	R\$ 1.617,36
9.16	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	m	67,00	R\$ 50,13	R\$ 3.358,71
9.17	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	8,00	R\$ 292,73	R\$ 2.341,84
9.18	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	m²	1.964,14	R\$ 14,25	R\$ 27.988,99
			Total do item 9.				R\$ 146.826,58
10.0			Subterrâneo				
10.1	CDHU	04.21.130	Remoção de poste de concreto	un	14,00	R\$ 265,67	R\$ 3.719,38
10.2	CDHU	04.19.080	Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem	m²	7,00	R\$ 50,05	R\$ 350,35
10.3	CDHU	04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	m	972,00	R\$ 6,00	R\$ 5.832,00
10.4	CDHU	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	m	2.430,00	R\$ 3,00	R\$ 7.290,00
10.5	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	729,00	R\$ 2,50	R\$ 1.822,50
10.6	CDHU	04.21.140	Remoção de poste metálico	un	26,00	R\$ 265,67	R\$ 6.907,42
10.7	CDHU	04.22.060	Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo	un	1,00	R\$ 650,10	R\$ 650,10
10.8	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	546,75	R\$ 50,90	R\$ 27.829,57
10.9	CDHU	38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	m	1.131,50	R\$ 23,88	R\$ 27.020,22
10.10	CDHU	39.21.130	Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	1.582,00	R\$ 147,97	R\$ 234.088,54
10.11	CDHU	68.01.740	Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m	un	2,00	R\$ 2.743,86	R\$ 5.487,72
10.12	CDHU	36.09.370	Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco	un	2,00	R\$ 71.744,27	R\$ 143.488,54
10.13	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	24,00	R\$ 77,99	R\$ 1.871,76
10.14	CDHU	34.05.360	Gradil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado	m²	38,64	R\$ 202,00	R\$ 7.805,28
10.15	CDHU	34.05.350	Portão de abrir em gradil eletrofundido, malha 5 x 15 cm	m²	3,78	R\$ 1.466,36	R\$ 5.542,84
10.16	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	110,29	R\$ 47,56	R\$ 5.245,48
10.17	FDE	09.06.028	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X1,00 M	un	19,00	R\$ 630,33	R\$ 11.976,35
10.18	CDHU	69.03.140	Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa	un	19,00	R\$ 846,36	R\$ 16.080,84

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
10.19	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	36,45	R\$ 193,79	R\$ 7.063,64
10.20	CDHU	08.05.010	Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm	m²	583,20	R\$ 30,34	R\$ 17.694,28
10.21	CDHU	32.10.090	Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1'	m	243,00	R\$ 28,35	R\$ 6.889,05
10.22	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	1.850,00	R\$ 9,03	R\$ 16.705,50
10.23	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	150,00	R\$ 10,44	R\$ 1.566,00
10.24	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	2.600,00	R\$ 16,05	R\$ 41.730,00
10.25	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	600,00	R\$ 23,05	R\$ 13.830,00
10.26	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	100,00	R\$ 32,75	R\$ 3.275,00
10.27	CDHU	39.21.090	Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	250,00	R\$ 45,98	R\$ 11.495,00
10.28	CDHU	39.21.100	Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	350,00	R\$ 61,04	R\$ 21.364,00
10.29	CDHU	37.13.640	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	28,00	R\$ 160,40	R\$ 4.491,20
10.30	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	19,00	R\$ 200,31	R\$ 3.805,89
10.31	CDHU	37.13.700	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A	un	3,00	R\$ 683,25	R\$ 2.049,75
10.32	FDE	09.83.063	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 3X200A	un	4,00	R\$ 531,39	R\$ 2.125,55
10.33	CDHU	37.13.720	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A	un	11,00	R\$ 3.574,32	R\$ 39.317,52
10.34	CDHU	37.24.043	Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25 kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1	un	2,00	R\$ 7.766,02	R\$ 15.532,04
10.35	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	un	204,00	R\$ 239,25	R\$ 48.807,00
10.36	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	m	233,20	R\$ 50,13	R\$ 11.690,31
10.37	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	21,00	R\$ 292,73	R\$ 6.147,33
10.38	CDHU	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	m³	437,40	R\$ 19,00	R\$ 8.310,60
10.39	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	437,40	R\$ 22,36	R\$ 9.780,26
10.40	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	544,03	R\$ 105,96	R\$ 57.645,17
			Total do item 10.				R\$ 864.323,98
11.0			Decks e Pergolados				
11.1	FDE	09.02.060	AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V):BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00	R\$ 2.833,82	R\$ 11.335,29
11.2	CDHU	45.01.020	Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4"	un	4,00	R\$ 1.428,94	R\$ 5.715,76
11.3	CDHU	46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	m	80,00	R\$ 39,23	R\$ 3.138,40
11.4	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00	R\$ 9,03	R\$ 722,40
11.5	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	240,00	R\$ 16,05	R\$ 3.852,00
11.6	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m²	22,80	R\$ 27,37	R\$ 624,03
11.7	CDHU	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m²	22,80	R\$ 3,46	R\$ 78,88
11.8	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m³	2,28	R\$ 217,02	R\$ 494,80
11.9	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00	R\$ 77,99	R\$ 9.358,80
11.10	CDHU	14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m²	34,20	R\$ 84,03	R\$ 2.873,82
11.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48	R\$ 11,19	R\$ 6.316,53
11.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m³	7,06	R\$ 474,27	R\$ 3.346,44

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
11.13	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	7,06	R\$ 171,74	R\$ 1.211,79
11.14	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m²	91,20	R\$ 62,92	R\$ 5.738,30
11.15	CDHU	17.02.020	Chapisco	m²	68,40	R\$ 6,95	R\$ 475,38
11.16	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	m²	68,40	R\$ 27,66	R\$ 1.891,94
11.17	CDHU	20.03.010	Soalho em tábua de madeira aparelhada	m²	206,31	R\$ 703,46	R\$ 145.130,10
11.18	SINAPI	103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	59,52	R\$ 308,77	R\$ 18.377,99
11.19	CDHU	33.05.330	Verniz em superfície de madeira	m²	384,87	R\$ 28,51	R\$ 10.972,61
			Total do item 11.				R\$ 231.655,26
SUBTOTAL							R\$ 2.228.742,42
BDI					26,32%		R\$ 586.605,00
12.0			Cotações				
12.1	COTAÇÃO	01	Banco design Saboó	un	28,00	R\$ 1.996,67	R\$ 55.906,67
			Total do item 12.				R\$ 55.906,67
TOTAL GERAL							R\$ 2.871.254,09



Documento assinado digitalmente

GABRIELA LAMIAZZI COURA

Data: 21/12/2023 10:40:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriela Lambiazzi Coura
 CREA: 507.086.392-0
 ART: 28027230231313380

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: Revitalização do Calçadão Central

DATA

LOCAL: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

21/12/2023

SERVIÇOS		Preço dos Serviços	Percentual dos Serviços	MÊS										TOTAL	
				01	02	03	04	05	06	07	08	09	10		
1.0	Serviços Preliminares	R\$ 103.502,79	3,60%	55%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	R\$ 103.502,79	3,60%
				R\$ 56.926,54	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14		
2.0	Movimentação de Terra	R\$ 88.770,53	3,09%	0,0%	0,0%	0%	0,0%	0,0%	0%	100,0%	0,0%	0%	0%	R\$ 88.770,53	3,09%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.770,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
3.0	Demolições	R\$ 123.060,03	4,29%	30,0%	0,0%	0,0%	30,0%	0,0%	40,0%	0,0%	0%	0%	0%	R\$ 123.060,03	4,29%
				R\$ 36.918,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.918,01	R\$ 0,00	R\$ 49.224,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
4.0	Iluminação	R\$ 227.148,86	7,91%	0%	0%	33,3%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	0%	R\$ 227.148,86	7,91%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
5.0	Hidraulica e Drenagem	R\$ 250.204,07	8,71%	0%	16,7%	16,7%	0%	16,7%	16,7%	0%	16,7%	16,7%	0%	R\$ 250.204,07	8,71%
				R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00		
6.0	Calçada	R\$ 421.308,69	14,67%	0,0%	10,0%	20,0%	0,0%	15,0%	15,0%	0%	13,3%	13,3%	13,3%	R\$ 421.308,69	14,67%
				R\$ 0,00	R\$ 42.130,87	R\$ 84.261,74	R\$ 0,00	R\$ 63.196,30	R\$ 63.196,30	R\$ 0,00	R\$ 56.174,49	R\$ 56.174,49	R\$ 56.174,49		
7.0	Pavimentação - Lombofaixa	R\$ 14.745,99	0,51%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%			0%	R\$ 14.745,99	0,51%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.745,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
8.0	Sinalização	R\$ 16.694,14	0,58%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	R\$ 16.694,14	0,58%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.694,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
9.0	Paisagismo	R\$ 185.471,34	6,46%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%	20,0%	80,0%	R\$ 185.471,34	38,03%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.094,27		
10.0	Subterraneo	R\$ 1.091.814,05	38,03%	14,3%	14,3%	0,0%	14,3%	14,3%	0,0%	14,3%	14,3%	14,3%	0,0%	R\$ 1.091.814,05	38,03%
				R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 0,00	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 0,00	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44		
11.0	Decks e Pergolados	R\$ 292.626,92	10,19%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	25%	25%	25%	25%	R\$ 292.626,92	10,19%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73		
12.0	Cotações	R\$ 55.906,67	1,95%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	R\$ 55.906,67	1,95%
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
R\$				R\$ 249.817,98	R\$ 244.980,12	R\$ 206.853,84	R\$ 198.066,59	R\$ 266.045,56	R\$ 266.452,55	R\$ 323.075,84	R\$ 407.896,77	R\$ 369.274,74	R\$ 338.790,10	R\$	2.871.254,09
(%)				8,70%	8,53%	7,20%	6,90%	9,27%	9,28%	11,25%	14,21%	12,86%	11,80%		100%
Total		R\$ 2.871.254,09		R\$ 249.817,98	R\$ 494.798,11	R\$ 701.651,95	R\$ 899.718,54	R\$ 1.165.764,09	R\$ 1.432.216,64	R\$ 1.755.292,48	R\$ 2.163.189,25	R\$ 2.532.463,99	R\$ 2.871.254,09		
(%)			100,00%	8,70%	17,23%	24,44%	31,34%	40,60%	49,88%	61,13%	75,34%	88,20%	100,00%		

Documento assinado digitalmente

 GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Data: 21/12/2023 10:40:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriela Lambiazzi Coura
CREA: 507.086.392-0
ART: 28027230231313380



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE
Rua São Paulo, nº 966 - Taboão - CEP:18135-125 - São Roque
CNPJ: 70.946.009/0001-75
RESERVA DE RECURSOS

Reserva de Recursos Nº 822

Pela presente emitimos a reserva de recursos adiante discriminada, objetivando a cobertura de despesas com a realização de Processo abaixo especificado, nos termos das Leis Federais Nº 4.320/64 e 8.666/93 para atendimento à Requisição Nº: 167/2024 Expedida em: 05/03/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, EM SÃO ROQUE-SP

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Unidade	UG	Progr	P. A.	Função	Subfunção	Ação	Fonte	Categoria Econômica	Valor
40	010801		30	389	15	451	1	2	449051990000	2.871.254,09

TOTAL DO VALOR BLOQUEADO

Declaro que a dotação especificada, no valor abaixo encontra-se devidamente reservada neste órgão, aguardando os trâmites finais.

Valor R\$: 2.871.254,09 dois milhões, oitocentos e setenta e um mil
duzentos e cinquenta e quatro reais e nove
centavos

05 de março de 2024

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente à realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente à exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais, AUTORIZO a realização do processo licitatório.

Responsável pela Autorização

De: Aline G. - DP - Secretaria

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 11/03/2024 às 11:21:56

Segue justificativa da Dispensa de ETP.

atte.

—

Aline Di Giulio

Chefe de Serviço Administrativo

Anexos:

Justificativa_Dispena_ETP.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Juliana Egydio Caldevilla ...	11/03/2024 14:29:14	1Doc JULIANA EGYDIO CALDEVILLA BONFIETTI CPF 325....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **66EF-5FC8-49ED-20DB**

DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando o disposto na Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes à administração pública; e levando em conta o Convênio Estadual nº 032/2021, que estabelece a parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens, e o município São Roque para a execução da obra pública “Revitalização do Calçadão Central”,

A legislação permite a dispensa de tal estudo em casos excepcionais e mediante justificativa fundamentada, conforme estabelecido no artigo 34 da referida lei, que trata das dispensas de licitação:

"Art. 34. A licitação poderá ser dispensada nos casos previstos nesta Lei, observados os termos e os limites definidos em regulamento, que considerará, entre outras hipóteses:

(...)

IV - outras hipóteses de dispensa de licitação previstas nesta Lei ou em normas específicas, mediante justificativa fundamentada;"

Com isto, esclarecemos que os projetos para a revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP já passaram por etapas prévias de estudo e análises técnicas pelo Estado e por esta Municipalidade. Sendo assim, o detalhamento do escopo e das necessidades já foram consolidados, não havendo a necessidade de um Estudo Técnico Preliminar (EPT) adicional.

Os projetos estão vinculados ao Termo de Convênio nº 032/2021, o que implica que as diretrizes e critérios para a execução da obra estão alinhados com as políticas e normativas estaduais, dispensando a elaboração de um EPT específico.

A dispensa do EPT permite uma otimização dos recursos públicos, uma vez que evita a duplicação de esforços e custos associados à elaboração de documentos técnicos que já foram contemplados nas fases anteriores do projeto. Como também, contribui para acelerar o processo licitatório, possibilitando que a obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP seja executada de forma mais ágil e eficiente, atendendo assim aos anseios da comunidade local.

Em vista do exposto, consideramos que a dispensa do Estudo Técnico Preliminar é justificada e benéfica para a execução adequada e eficiente da obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP.

São Roque, 11 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA LAMBIAZZI COURA**
Data: 11/03/2024 11:04:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Chefe de Divisão de Convênios
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

Proc. Administrativo 4- 3.340/2024

De: Juliana V. - DA-MVP

Para: DP - Secretaria - Secretaria DP - A/C Aline G.

Data: 12/03/2024 às 11:22:21

Para correção e fundamentação da Justificativa para dispensa do Estudo Técnico Preliminar, conforme dispostos no Art. 16 do Decreto Municipal nº 10.235/2024.

At.,

—

Juliana Viola

Setor de Compras e Licitações

De: Gabriela L. - DP-DCO

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 12/03/2024 às 11:23:19

Senhores,

Segue em anexo a *Dispensa de Estudo Técnico Preliminar corrigida*.

Cordialmente,

—

Eng.^a Gabriela Lambiazzi Coura

Chefe de Divisão de Convênios

CREA nº 5070863920

Anexos:

Justificativa_Dispenza_ETP.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Juliana Egydio Caldevilla ...	12/03/2024 13:35:46	1Doc	JULIANA EGYDIO CALDEVILLA BONFIETTI CPF 325....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DEA1-4B20-3CEE-C1C9**

DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando o disposto na Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes à administração pública; e levando em conta o Convênio Estadual nº 032/2021, que estabelece a parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens, e o município São Roque para a execução da obra pública “Revitalização do Calçadão Central”,

A legislação permite a dispensa de tal estudo em casos excepcionais e mediante justificativa fundamentada, conforme estabelecido no artigo 34 da referida lei, que trata das dispensas de licitação:

"Art. 34. A licitação poderá ser dispensada nos casos previstos nesta Lei, observados os termos e os limites definidos em regulamento, que considerará, entre outras hipóteses:

(...)

IV - outras hipóteses de dispensa de licitação previstas nesta Lei ou em normas específicas, mediante justificativa fundamentada;"

No âmbito do Município de São Roque, conforme estipulado pelo Decreto nº 10.235, de 15 de janeiro de 2024, Art. 16, onde:

"III - É dispensado o Estudo Técnico Preliminar nos casos em que:

(...)

c) no caso de obras e serviços de engenharia, para elaboração do projeto básico, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados."

Com isto, esclarecemos que os projetos para a revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP já passaram por etapas prévias de estudo e análises técnicas pelo Estado e por esta Municipalidade. Sendo assim, o detalhamento do escopo e das necessidades já foram consolidados, não havendo a necessidade de um Estudo Técnico Preliminar (EPT) adicional.

Os projetos estão vinculados ao Termo de Convênio nº 032/2021, o que implica que as diretrizes e critérios para a execução da obra estão alinhados com as políticas e normativas estaduais, dispensando a elaboração de um EPT específico.

A dispensa do EPT permite uma otimização dos recursos públicos, uma vez que evita a duplicação de esforços e custos associados à elaboração de documentos técnicos que já foram contemplados nas fases anteriores do projeto. Como também, contribui para acelerar o processo licitatório, possibilitando que a obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP seja executada de forma mais ágil e eficiente, atendendo assim aos anseios da comunidade local.

Em vista do exposto, consideramos que a dispensa do Estudo Técnico Preliminar é justificada e benéfica para a execução adequada e eficiente da obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP.

São Roque, 11 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente

GABRIELA LAMBIAZZI COURA

Data: 12/03/2024 11:20:29-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Chefe de Divisão de Convênios
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

Proc. Administrativo 5- 3.340/2024

De: Aline G. - DP - Secretaria

Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos

Data: 15/03/2024 às 15:29:30

Para continuidade...

—

Aline Di Giulio

Chefe de Serviço Administrativo

Proc. Administrativo 6- 3.340/2024

De: Juliana V. - DA-MVP

Para: DP - Secretaria - Secretaria DP - A/C Aline G.

Data: 18/03/2024 às 12:11:23

Para correção.

—

Juliana Viola

Setor de Compras e Licitações

Proc. Administrativo 7- 3.340/2024

De: Gabriela L. - DP-DCO

Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos - A/C Juliana V.

Data: 18/03/2024 às 12:32:27

Senhora,

Conforme solicitado, segue o documento corrigido.

Cordialmente,

—

Eng.^a Gabriela Lambiazzi Coura

Chefe de Divisão de Convênios

CREA nº 5070863920

Anexos:

Justificativa_Dispensa_ETP.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Gabriela Lambiazzi	18/03/2024 12:33:24	1Doc GABRIELA LAMBIAZZI CPF 454.XXX.XXX-71

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **9286-431A-EBE1-7790**

DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando o disposto na Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes à administração pública; e levando em conta o Convênio Estadual nº 032/2021, que estabelece a parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens, e o município São Roque para a execução da obra pública “Revitalização do Calçadão Central”,

No âmbito do Município de São Roque, conforme estipulado pelo Decreto nº 10.235, de 15 de janeiro de 2024, Art. 16, onde:

“III - É dispensado o Estudo Técnico Preliminar nos casos em que:

(...)

c) no caso de obras e serviços de engenharia, para elaboração do projeto básico, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.”

Com isto, esclarecemos que os projetos para a revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP já passaram por etapas prévias de estudo e análises técnicas pelo Estado e por esta Municipalidade. Sendo assim, o detalhamento do escopo e das necessidades já foram consolidados, não havendo a necessidade de um Estudo Técnico Preliminar (EPT) adicional.

Os projetos estão vinculados ao Termo de Convênio nº 032/2021, o que implica que as diretrizes e critérios para a execução da obra estão alinhados com as políticas e normativas estaduais, dispensando a elaboração de um EPT específico.

A dispensa do EPT permite uma otimização dos recursos públicos, uma vez que evita a duplicação de esforços e custos associados à elaboração de documentos técnicos que já foram contemplados nas fases anteriores do projeto. Como também, contribui para acelerar o processo licitatório, possibilitando que a obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP seja executada de forma mais ágil e eficiente, atendendo assim aos anseios da comunidade local.

Em vista do exposto, consideramos que a dispensa do Estudo Técnico Preliminar é justificada e benéfica para a execução adequada e eficiente da obra de revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP.

São Roque, 11 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA LAMBIAZZI COURA**
Data: 18/03/2024 12:30:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Chefe de Divisão de Convênios
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente

Proc. Administrativo 8- 3.340/2024

De: Juliana V. - DA-MVP

Para: DA-SLIC - Serviço de Licitações - A/C Henrique P.

Data: 19/03/2024 às 08:47:12

Para conferência da documentação apresentada e elaboração de edital.

Concorrência Eletrônica nº 002/2024

Protocolo nº 037/2024

Datado de 18/03/2024

—
Juliana Viola

Setor de Compras e Licitações

De: Gabriela L. - DP-DCO

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/03/2024 às 13:47:54

Senhores,

Conforme solicitado via e-mail pela senhora Patrícia Batista Camargo Dos Santos - DA-SECOA, segue em anexo a planilha quantitativa.

Cordialmente,

—
Eng.^a Gabriela Lambiazzi Coura
Chefe de Divisão de Convênios
CREA nº 5070863920

Anexos:

6_Planilha_Quantitativa.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Gabriela Lambiazzi	19/03/2024 13:48:03	1Doc GABRIELA LAMBIAZZI CPF 454.XXX.XXX-71

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **718E-DF98-0F7E-FCA1**

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
1.0			Serviços Preliminares				
1.1	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00		
1.2	CDHU	02.10.060	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	m²	1.885,24		
1.3	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00		
1.4	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00		
1.5	CDHU	02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	m²	750,00		
1.6	CDHU	02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	105,00		
1.7	CDHU	02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	m²	330,00		
			Total do item 1.				
2.0			Movimentação de Terra				
2.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	600,18		
2.2	CDHU	07.06.010	Escavação e carga mecanizada em campo aberto, com rompedor hidráulico, em rocha	m³	10,00		
2.3	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m³	600,18		
2.4	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m³	600,18		
2.5	CDHU	07.12.040	Aterro mecanizado por compensação, solo de 1ª categoria em campo aberto, sem compactação do aterro	m³	540,16		
2.6	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	540,16		
			Total do item 2.				
3.0			Demolições				
3.1	CDHU	03.01.040	Demolição manual de concreto armado	m³	13,59		
3.2	CDHU	03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	m²	1.177,50		
3.3	CDHU	03.06.050	Desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	67,65		
3.4	CDHU	03.07.010	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	496,84		
3.5	CDHU	34.13.041	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm	un	4,00		
3.6	CDHU	04.40.010	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m	222,73		
3.7	CDHU	03.01.260	Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m³	15,37		
3.8	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	413,79		
			Total do item 3.				
4.0			Iluminação				
4.1	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	2.844,60		
4.2	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	2.500,00		
4.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	1.422,30		
4.4	CDHU	39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	500,00		
4.5	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	3,00		
4.6	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	38,00		
4.7	CDHU	41.10.500	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 4,00 m	un	38,00		
4.8	CDHU	41.11.450	Suporte tubular de fixação em poste para 2 luminárias tipo pétala	un	38,00		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
4.9	CDHU	41.11.116	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	un	76,00		
4.10	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm ²	m	383,05		
4.11	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	38,00		
4.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m ³	9,50		
4.13	CDHU	11.16.040	Alçamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	9,50		
4.14	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	Kg	760,00		
4.15	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m ²	76,00		
			Total do item 4.				
5.0			Hidraulica e Drenagem				
5.1	FDE	16.05.031	CA-21 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	m	153,04		
5.2	FDE	16.05.041	TC-04 TAMPA DE CONCRETO P/ CANALETA AP (25CM)	m	153,04		
5.3	CDHU	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	66,12		
5.4	CDHU	54.06.110	Base em concreto com fck de 25 MPa, para guias, sarjetas ou sarjetões	m ³	1,98		
5.5	CDHU	54.06.170	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 Mpa	m ³	0,30		
5.6	CDHU	49.12.010	Boca de lobo simples tipo PMSP com tampa de concreto	un	3,00		
5.7	CDHU	46.12.010	Tubo de concreto (PS-1), DN= 300mm	m	234,30		
5.8	SINAPI	97903	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,8 M PARA REDE DE ESGOTO. AF. 12/2020	un	24,00		
5.9	CDHU	07.02.060	Escavação mecanizada de valas ou cavas com altura até 4,00 m	m ³	370,57		
5.10	CDHU	08.01.020	Escoramento de solo contínuo	m ²	702,90		
5.11	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m ³	44,47		
5.12	CDHU	07.11.040	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com rolo, mínimo de 95% PN	m ³	309,28		
5.13	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m ³	61,29		
5.14	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	m ³	61,29		
5.15	CDHU	49.12.120	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria diâmetro interno 70 cm - pescoço (levantamento do PV com reaproveitamento da tampa)	m	0,16		
			Total do item 5.				
6.0			Calçada				
6.1	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m ²	1.950,16		
6.2	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m ³	390,22		
6.3	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m ³	156,01		
6.4	CDHU	54.04.350	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	m ²	1.885,24		
6.5	CDHU	30.04.100	Piso tátil de concreto, alerta / direcional, intertravado, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	m ²	65,85		
			Total do item 6.				
7.0			Pavimentação - Lombofaixa				
7.1	CDHU	03.07.050	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m ²	11,00		
7.2	CDHU	05.08.080	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m ³	1,10		
7.3	CDHU	36.20.120	Chapa de ferro de 1,50 x 0,50 m para bucha de passagem	un	2,00		
7.4	CDHU	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	m ²	45,65		
7.5	CDHU	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	m ³	6,85		
			Total do item 7.				

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
8.0			Sinalização				
8.1	CDHU	70.02.012	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorrefletivo e antiderrapante, para faixas	m²	78,90		
			Total do item 8.				
9.0			Paisagismo				
9.1	CDHU	34.03.020	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00		
9.2	CDHU	34.03.130	Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00		
9.3	FDE	16.03.080	ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00		
9.4	FDE	16.03.077	ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00		
9.5	FDE	16.03.313	ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00		
9.6	FDE	16.03.101	FORRAÇÃO AZULZINHA	m²	4,80		
9.7	CDHU	34.02.080	Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m²	8,48		
9.8	CDHU	34.01.010	Terra vegetal orgânica comum	m³	13,23		
9.9	FDE	16.07.037	FL-07 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 60CM	un	42,00		
9.10	FDE	16.07.038	FL-08 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 56,50CM H=42,90CM	un	36,00		
9.11	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA	un	13,00		
9.12	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	72,00		
9.13	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg	398,75		
9.14	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	71,50		
9.15	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	8,00		
9.16	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	m	67,00		
9.17	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	8,00		
9.18	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	m²	1.964,14		
			Total do item 9.				
10.0			Subterraneo				
10.1	CDHU	04.21.130	Remoção de poste de concreto	un	14,00		
10.2	CDHU	04.19.080	Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem	m²	7,00		
10.3	CDHU	04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	m	972,00		
10.4	CDHU	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	m	2.430,00		
10.5	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	729,00		
10.6	CDHU	04.21.140	Remoção de poste metálico	un	26,00		
10.7	CDHU	04.22.060	Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo	un	1,00		
10.8	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	546,75		
10.9	CDHU	38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	m	1.131,50		
10.10	CDHU	39.21.130	Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	1.582,00		
10.11	CDHU	68.01.740	Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m	un	2,00		
10.12	CDHU	36.09.370	Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco	un	2,00		
10.13	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	24,00		
10.14	CDHU	34.05.360	Gradil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado	m²	38,64		
10.15	CDHU	34.05.350	Portão de abrir em gradil eletrofundido, malha 5 x 15 cm	m²	3,78		
10.16	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	110,29		
10.17	FDE	09.06.028	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X1,00 M	un	19,00		
10.18	CDHU	69.03.140	Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa	un	19,00		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
10.19	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	36,45		
10.20	CDHU	08.05.010	Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm	m²	583,20		
10.21	CDHU	32.10.090	Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1'	m	243,00		
10.22	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	1.850,00		
10.23	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	150,00		
10.24	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	2.600,00		
10.25	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	600,00		
10.26	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	100,00		
10.27	CDHU	39.21.090	Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	250,00		
10.28	CDHU	39.21.100	Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	350,00		
10.29	CDHU	37.13.640	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	28,00		
10.30	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	19,00		
10.31	CDHU	37.13.700	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A	un	3,00		
10.32	FDE	09.83.063	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 3X200A	un	4,00		
10.33	CDHU	37.13.720	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A	un	11,00		
10.34	CDHU	37.24.043	Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25 kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1	un	2,00		
10.35	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, I _{max} . de surto 50 até 80 kA	un	204,00		
10.36	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	m	233,20		
10.37	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	21,00		
10.38	CDHU	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	m³	437,40		
10.39	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	437,40		
10.40	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	544,03		
			Total do item 10.				
11.0			Decks e Pergolados				
11.1	FDE	09.02.060	AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V):BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00		
11.2	CDHU	45.01.020	Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4'	un	4,00		
11.3	CDHU	46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	m	80,00		
11.4	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00		
11.5	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	240,00		
11.6	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m²	22,80		
11.7	CDHU	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m²	22,80		
11.8	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m³	2,28		
11.9	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00		
11.10	CDHU	14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m²	34,20		
11.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48		
11.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m³	7,06		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU - Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro.2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
11.13	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	7,06		
11.14	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m²	91,20		
11.15	CDHU	17.02.020	Chapisco	m²	68,40		
11.16	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	m²	68,40		
11.17	CDHU	20.03.010	Soalho em tábua de madeira aparelhada	m²	206,31		
11.18	SINAPI	103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	59,52		
11.19	CDHU	33.05.330	Verniz em superfície de madeira	m²	384,87		
			Total do item 11.				
SUBTOTAL							
BDI					26,32%		
12.0			Cotações				
12.1	COTAÇÃO	01	Banco design Saboó	un	28,00		
			Total do item 12.				
TOTAL GERAL							

Gabriela Lambiazzi Coura
CREA: 507.086.392-0
ART: 28027230231313380

Proc. Administrativo 9- 3.340/2024

De: Henrique P. - DA-SLIC

Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos - A/C Juliana V.

Data: 03/04/2024 às 09:27:55

Segue a minuta do edital e seus anexos.

—

Henrique Roque Pinto

Escriturário

Anexos:

AUTORIZACAO_DO_PREFEITO.pdf

CPE_n_002_2024_EDITAL.pdf

Memorando_Juridico_Assessoria_Juridica.pdf

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Compras e Licitações
“São Roque – a Terra do Vinho e Bonita por Natureza”

Ao Departamento de Administração

Ref.: Contratação de Empresa Especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP.

AUTORIZO a abertura da licitação na modalidade de **Concorrência Eletrônica n.º 002/2024**, designando para condução do processo, a Segunda Comissão de Contratação, designada através da **Portaria n.º 055/2024** e a Equipe de Apoio designada através da **Portaria 085/2024**.

CUSTO ESTIMADO:

R\$ 2.871.254,09 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024:

- Despesa 10628 - 40.010801.30.389.15.451.1.2.4.4.90.51.99 - Fonte 2 - Recurso Estadual - Obras e Instalações - Outros Serviços de Pessoa Jurídica – Departamento de Obras e Serviços.

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 037/2024
CONCORRÊNCIA Nº 002/2024

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**, realizará licitação visando a **Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP**, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital, NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, NA **FORMA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n.º 10.235/2024 e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Concorrência Eletrônica
Recebimento/Cadastro das Propostas	Até 00/00/2024 às 00:00h (horário de Brasília)
Abertura/divulgação e Avaliação das propostas	00/00/2024 às 00:00h (horário de Brasília)
Início da Disputa de Preços, após a avaliação das propostas	00/00/2024 às 00:00h (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	☒ Menor Preço ☐ Maior Desconto ☐ Por item ☐ Por lote ☒ Global
Regime de Execução	☐ empreitada por preço global ☒ empreitada por preço unitário ☐ empreitada integral
Modo de Disputa	☐ Aberto ☒ Aberto/Fechado ☐ Fechado/Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 1% (um por cento)
Benefícios ME/EPP	☐ Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência ☒ Não. Valor estimado superior (§1º art. 4º da Lei 14.133/2021) PARTICIPAÇÃO AMPLA:
Permitida a participação de consórcio	☐ Sim ☒ Não
Permitida a participação de cooperativas	☐ Sim ☒ Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	☐ Sim ☒ Não

Garantia de Contratação (art. 96 da Lei 14.133/2021)	☒ Sim ☐ Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 2.871.254,09 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).
Sistema Eletrônico	Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	O Edital encontra-se disponível por meio eletrônico, no sítio, www.portaldecompraspublicas.com.br , e ainda, poderá ser obtido no pelo site: www.saoroque.sp.gov.br . Local para retirada do edital e para a disputa: https://www.portaldecompraspublicas.com.br
Local de divulgação do Decreto Municipal nº 10.235/2024	O Decreto Municipal poderá ser consultado por meio eletrônico, no sítio https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP/DecretosMunicipais/10235-2024 .
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	As impugnações e os esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro e disponibilizados aos interessados nos sites www.saoroque.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br <i>Também será admitida a impugnação através de protocolo físico, junto à Divisão de Materiais, situada a Rua São Paulo, 966, Bairro Taboão - São Roque/SP e através do e-mail: licitacoes@saoroque.sp.gov.br</i>

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Segunda Comissão de Contratação designada através da **Portaria nº. 055/2024** e a Equipe de Apoio designada através da **Portaria 085/2024**.

1.3. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta concorrência os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**.

2.2. A participação do licitante na concorrência eletrônica se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. O acesso do operador à concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. O licitante se compromete a:

2.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

2.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta, utilizar o suporte técnico através do telefone 3003-5455 (Capitais, Regiões Metropolitanas e WhatsApp) e o número 0800 730 5455 (Outras Regiões) ou através do e-mail fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

2.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

2.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

2.10.4. *reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital. A presente vedação encontra-se na discricionariedade da Administração Pública Municipal, sendo que devido à complexidade do objeto, o mesmo não demanda o consórcio de licitantes para execução dos serviços a serem licitados, haja vista dispor no mercado diversas empresas que possuam capacidade de executar o objeto, restando, portanto, o consórcio das licitantes inviabilizado sob pena de se realizar uma contratação antieconômica para o Município.*

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso a funcionalidade esteja disponível), que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133/2021**.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do **art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.

3.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.2 a 3.2.4.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.1.1. Valor unitário para cada item ou lote de itens, em moeda nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constante na Planilha Orçamentária e seus anexos;

4.1.2. Valor Global

4.1.3. Sendo vedado a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10¹ do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

¹ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico e este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do agente de contratação em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. SERA ADOTADO para o envio de lances na concorrência o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.12, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema da concorrência.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Se for o caso, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 5.18 a 5.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.1333/2021 e item 3.4.3 deste Edital.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21. O agente de contratação/Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 7.5.

5.21.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, inclusive composição de BDI, sob pena de não aceitação da proposta.

5.21.2. É facultado ao agente de contratação/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o agente de contratação/Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e habilitação.

5.23. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o agente de contratação/Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em

primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 20 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação/Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

6.7. Se mesmo com as comprovações apresentadas pela licitante ainda houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos

complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no **Anexo VII** deste edital.

7.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.4. A verificação pelo agente de contratação/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. Os documentos do licitante, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 5.21.

7.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

7.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o agente de contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.

7.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

7.9.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.1333/2021 e item 3.4.3 deste Edital.

7.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

7.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente **homologará e adjudicará** o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71, IV da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

8.1.1. O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

8.3. A proponente vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato:

8.3.1. Da empresa vencedora, como condição para a assinatura do contrato, será exigida o depósito de GARANTIA de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo a mesma ser representada por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária. O valor da garantia será devolvido ao contratado dentro de 10 (dez) dias após o término da vigência do contrato, mediante solicitação do mesmo.

8.3.2. Em caso de aditamento de contrato, a garantia ofertada deverá ser renovada pelo mesmo prazo do aditamento, se for o caso.

8.3.3. Procuração, outorgando poderes ao seu representante para assinar o contrato em nome da empresa.

8.4. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.5. Juntamente com o instrumento contratual, a empresa deverá assinar o Termo de Ciência e de Notificação, Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP e apresentar o comprovante de cadastro no CadTCESP.

8.6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO.

8.6.1. O prazo de vigência do contrato é **de 11 (onze) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

8.6.2. O prazo de execução dos serviços **é de 10 (dez) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

8.6.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

8.7. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9. DOS RECURSOS

9.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

9.2.2. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

9.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.4. O recurso será dirigido ao agente de contratação/Comissão de Contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS QUANTIDADES, DA EXECUÇÃO, DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos execução e recebimento, as obrigações da Administração e da **CONTRATADA** e demais condições do ajuste, encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

10.2. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços serão conforme dispostos no art.140 da Lei nº 14.133/2021, bem como no capítulo XVIII, do Decreto Municipal nº 10.235/2024, e em consonância com as regras definidas no edital e no contrato.

10.3. As Obrigações da CONTRATADA encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

10.4. As Obrigações da CONTRATANTE encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

10.5. A licitante vencedora será exclusivamente responsável pelo cumprimento das normas éticas e profissionais, aplicáveis aos serviços objeto desta licitação.

10.6. A licitante vencedora será a única responsável por eventuais danos causados a terceiros, seja por ato próprio, de seus empregados ou prepostos, não cabendo à Prefeitura nenhuma responsabilidade ou ônus por indenizações ou ressarcimentos devidos.

10.7. A contratada será responsável pelo cumprimento integral da Legislação Trabalhista, bem como pelo cumprimento de convenções ou acordos coletivos que tenham incidência no município de São Roque. A contratada deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos ou prejuízos à Prefeitura e a terceiros, sem quaisquer responsabilidades ou ônus para a Prefeitura por indenizações ou ressarcimentos devidos. Todo e qualquer prejuízo que a contratada vier a causar à Prefeitura e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, seja por ato próprio ou de seus prepostos, gerará para ela a obrigação de ressarcimento.

10.8. Caberá a Contratada o registro do contrato na instituição competente, na forma da Lei, se for o caso.

10.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

10.10. Durante a vigência do contrato, é obrigação da Contratada manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, independente de pedidos, avisos ou comunicações da Prefeitura.

10.11. Além de outras previsões no edital, a Contratada deverá cumprir todas as demais exigências do edital, do contrato e todas as demais exigências do Termo de Referência integrantes do Anexo I deste edital.

11. DOS PAGAMENTOS

11.1. De acordo com o objeto deste certame, a empresa vencedora, apresentará à Prefeitura da Estância Turística de São Roque a Nota Fiscal ou nota fiscal eletrônica (Protocolo ICMS 42 de 03.07.2009), se for o caso, sempre acompanhada com o recibo de recebimento referente ao serviço executado.

11.2. As obrigações da administração e da Contratada referente as condições de pagamentos e demais ajustes, encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

11.3. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.3.1. Os Critérios de Medição e Pagamentos são os constantes no Item 7 do Termo de Referência, parte integrante do Anexo I do edital.

11.3.2. As liberações das parcelas serão realizadas mediante as regras presentes no Termo de Convênio em anexo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da publicação no Jornal Oficial do Município de São Roque nos termos do art. 166 da Lei 14.133/2021.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

12.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 88 e seguintes do Decreto Municipal nº 10.235/2024.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico da concorrência ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico da concorrência, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas no valor estimado em **R\$ 2.871.254,09** (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

- Ficha 10628 - 40.010801.30.389.15.451.1.2.4.4.90.51.99 - Obras e Instalações - Outros Serviços de Pessoa Jurídica - Departamento de Obras e Serviços.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial www.portaldecompraspublicas.com.br e na plataforma eletrônico da concorrência.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III – Termo de Ciência e Notificação;

ANEXO IV – Modelo Declaração de Pleno atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO V – Declaração de Microempresa, Empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

ANEXO VII – Documentos de Habilitação;

ANEXO VII-A – Modelo de Declaração;

ANEXO VIII – Projeto Básico;

ANEXO IX – Planilha Orçamentária;

ANEXO X – Planilha Quantitativa;

ANEXO XI – Cronograma Físico-Financeiro;

, de de .

Prefeito

ANEXO I

Concorrência Eletrônica nº 002/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - PLANEJAMENTO

REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL, EM SÃO ROQUE-SP

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque-SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço especial de engenharia, nos termos da alínea “b”, inciso XXI, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, estando dispensada a apresentação de estudo técnico preliminar em razão da realização de projeto básico.
- 1.3. O prazo de execução do objeto é de 10 (dez) meses contados da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação justifica-se pela necessidade de fomentar o potencial turístico baseado na revitalização e melhorias, visando o conforto e o acolhimento aos munícipes e turistas/visitantes. Destaca-se também a importância de tratar a área de intervenção para uso público, criando espaços agradáveis e funcionais que atendam a necessidade da demanda turística, ampliando e articulando os espaços públicos como a melhoria em canteiros, mobiliário urbano, paisagismo, iluminação, garantindo a organização do local.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 3.1. A solução para revitalização do Calçadão Central consiste na modernização da iluminação e do sistema de drenagem de águas pluviais, na reconstrução do piso da calçada com inclusão de dispositivos que promovam acessibilidade, renovação do mobiliário e paisagismo.
- 3.2. Seguirão juntamente com este TERMO DE REFERÊNCIA, devidamente identificadas, as documentações necessárias para a execução do objeto, sendo elas:

Anexo 1: Termo de convênio;

Anexo 2: Projeto básico;

Anexo 3: Planilha Orçamentária;

Anexo 4: Planilha Quantitativa;

Anexo 5: Cronograma Físico-Financeiro.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 14 horas.
- 4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O escopo dos serviços contempla a instalação de placa de obra, limpeza do terreno, a locação da obra (gabarito), devendo seguir fielmente as instruções de execução da contratante tornando-se condição obrigatória para a validade deste memorial.
- 5.2. A Contratada deverá manter a área isolada, devidamente limpa e fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a fim de garantir a segurança dos trabalhadores e munícipes durante todo o período de execução dos serviços.
- 5.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todo material, pela mão de obra, instalações provisórias de água e luz (com seus respectivos consumos mensais), equipamentos, transportes internos e externos, cálculo de todos os elementos estruturais e locação da obra.

Serviços Preliminares

- 5.4. Fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão de obra necessária para execução de proteção de fachada com tela de polietileno, malha de 2,0 ou 2,2 mm com fitilhos para amarração, pontalete e sarrafo de *Erisma uncinatum* (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou *Qualea spp* (conhecida como Cambará).

Demolições e Remoções

- 5.5. Serão demolidas as calçadas existentes (vide projeto), onde todo material proveniente da demolição deverá ser retirado por meio de caçambas pertencentes às empresas devidamente licenciadas para coleta de entulho.
- 5.6. Serão removidas espécies arbóreas no calçadão. A retirada deverá ser supervisionada pela Divisão de Meio Ambiente.
- 5.7. Será executada a demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico de toda a extensão do calçadão, incluindo a base, mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de revestimentos em ladrilho hidráulico, inclusive a base de assentamento, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes.
- 5.8. Será executado o desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento. Estão inclusos: fornecimento da mão de obra necessária e dos equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte mecanizado de pavimentação em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive o lastro de areia; a carga mecanizada; o transporte com caminhão até 1 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.
- 5.9. Será executada a demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento. Estão inclusos fornecimento da mão de obra necessária e equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte, demolição e fragmentação de pavimentação asfáltica, inclusive a base e a sub-base, mecanizados; a carga mecanizada; o transporte com caminhão até 1 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.
- 5.10. Serão executados os serviços de corte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm no trecho 3. Serão necessários fornecimento de equipamentos, ferramentas e a mão de obra para a execução dos serviços de corte, recorte, e remoção de árvore ou arbusto com tronco com diâmetro (DAP) acima de 45 cm até 60 cm medidos na altura de 1,00 m do solo, inclusive a remoção das raízes, com auxílio de ferramental apropriado. Incluso também a carga manual ou mecanizada e o transporte interno na obra num raio de um quilômetro.
- 5.11. Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento. Serão necessários fornecimento da mão de obra e o ferramental apropriado para a execução dos serviços: desmonte manual de guia pré-moldada, inclusive o apoio em concreto; a carga manual; o transporte com caminhão, até 1 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e separação do material, a limpeza e a acomodação manual das peças em lotes, para o reaproveitamento ou remoção. A execução

dos serviços deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e nas Normas Técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

5.12. Todo o entulho gerado será removido da obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal.

Movimentação de Terra

- 5.13. Será executada a escavação manual em solo na área 3, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto, para nivelamento do solo de acordo com a necessidade para execução da drenagem.
- 5.14. Execução de corte e aterro mecanizados para solos de primeira categoria, em campo aberto, englobando os serviços: corte; carregamento e transporte até o raio de um quilômetro, dentro da obra; o lançamento do solo para aterro; acertos e acabamentos manuais no corte. Não remunera os serviços de compactação com controle tecnológico de solo.
- 5.15. Deverá ser executada a compactação de subleito, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessários, englobando os serviços: espalhamento de solo fornecido, previamente selecionado; homogeneização do solo; compactação igual ou maior que 95%, em relação ao ensaio do proctor normal, conforme exigências do projeto; o controle tecnológico com relação às características e qualidade do material a ser utilizado, ao desvio, em relação à umidade, inferior a 2% e à espessura e homogeneidade das camadas; acabamento da superfície, admitindo-se cortes, quando necessário, para o acerto das cotas; controle geométrico e ensaios geotécnicos. Toda a execução dos serviços bem como os ensaios tecnológicos deverão obedecer às especificações e quantidades mínimas exigidas pelas normas: NBR 6459, NBR 7180, NBR 7181 e NBR 7182. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.

Drenagem

- 5.16. A drenagem superficial calçadão central corresponderá na execução de canaletas com tampa em grelhas de concreto, em conjunto com caixas coletoras e interligando-as nas tubulações de concreto, obedecendo as inclinações necessárias.
- 5.17. A execução da drenagem subterrânea de águas pluviais deverá ser executada conforme projeto de drenagem, seguindo locações de caixas coletoras nas tubulações de concreto e interligando às bocas de lobo existentes, garantindo assim o seu fluxo.
- 5.18. Para a execução das tubulações de concreto está previsto a execução da escavação mecanizada de valas, com até 4,0 m de profundidade, inclusive com controle de nivelamento, acertos e acabamentos manuais e a acomodação feita manualmente do material escavado ao longo da vala, compactação mecânica do fundo da vala com compactador tipo "sapo" até 35 kg, execução de lastro de brita com espessura de 0,1m, reaterro compactado mecanizado de vala com mínimo de 95,0% PN, implantação de tubo de concreto armado Ø 300 mm, padrão PMSP para tráfego médio, classe PA-1, seção circular com juntas rígidas argamassadas, para redes de águas pluviais e líquidos não-agressivos, junta argamassada de cimento e areia, traço 1:3, argamassa de cimento e areia, traço 1:1, com hidrófugo, para o capeamento externo da junta, guindaste para o içamento, levante e assentamento dos tubos nas valas. Está previsto também a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços: alinhamento e nivelamento dos tubos;

aplicação de juta ou estopa alcatroada na ponta do tubo; encaixe da ponta do tubo, de forma centrada; execução e aplicação da argamassa na bolsa do tubo; capeamento externo da junta com argamassa impermeabilizante, formando respaldo de 45º em relação à superfície do tubo, e o escoramento do tubo com solo proveniente da escavação.

- 5.19. As bocas de lobo contemplam a execução dos serviços de escavação da vala e apiloamento do fundo; lastro de concreto magro; fundo em de concreto armado; paredes em blocos de concreto estrutural; chapisco; reboco; reaterro, compactação e remoção da sobra de terra.
- 5.20. Deverá ser executada a guia pré-moldada padrão PMSP com fck=25 MPa e sarjeta moldada in loco PMSP em concreto com fck=25Mpa.

Execução de rede elétrica subterrânea

- 5.21. As intervenções só serão iniciadas após a entrega dos projetos e do aceite das concessionárias.
- 5.22. Toda a rede elétrica, rede de telefonia e fibra existente no local será retirada e executada de forma subterrânea, sendo necessária a demolição do piso existente, abertura de valas, remoção de todo cabeamento, instalação de novos condutores, execução da rede elétrica, rede de telefonia, fibra e intervenções nos comércios existentes para adequação.
- 5.23. Para execução, foram considerados os itens:
- Remoção de poste de concreto;
 - Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem;
 - Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm;
 - Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm;
 - Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm;
 - Remoção de poste metálico;
 - Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo;
 - Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa para fixação do fechamento de proteção do Transformador;
 - Gradil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado para fechamento de proteção do Transformador;
 - Portão de abrir em gradil eletrofundido, malha 5 x 15 cm;
 - Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo, para pintura do fechamento de proteção do transformador (cor à definir);
 - Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto;

- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios;
- Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m;
- Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco;
- Caixa de passagem em alvenaria de 1,00 X 1,00 X 1,00 m;
- Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa;
- Lastro de pedra britada;
- Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm, para proteção da tubulação;
- Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1', para identificação da rede elétrica subterrânea;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios;
- Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios;
- Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;
- Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A;
- Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A;
- Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A;
- Disjuntor tripolar termomagnético 3X200 A;
- Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A;
- Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1;
- Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, I_{max.} de surto 50 até 80 kA;

- Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal.

5.24. Para execução do aterramento dos postes:

Deverá ser executado o aterramento por toda a extensão interligando as caixas de passagem, contendo em cada uma delas uma haste de aterramento.

- Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²
- Haste de aterramento de 3/4" x 3 m

Fica condicionada a conclusão dos serviços após aprovação e finalização da ligação da rede das concessionárias responsáveis (CPFL, VIVO, CLARO...) até os pontos de cada unidade consumidora.

Instalações Elétricas

- 5.25. As luminárias de LED deverão possuir vida útil de no mínimo 80.000 horas e 10 anos de garantia, luminária LED retangular em poste fixo, tipo pública, temperatura de cor entre 6.000 K e 6.500 K, fluxo luminoso de 5000 lm até 5500 lm, fecho luminoso aberto 120°, vida útil ≥ 50.000 h, potência 50 W, voltagem bivolt 110V/220V, IP ≥ 67 , corpo em alumínio e acrílico industrial.
- 5.26. Serão instaladas caixas de passagem junto ao pé de cada poste de iluminação, em alumínio fundido à prova de tempo, com dimensões de 300 x 300 mm, com profundidade mínima de 120 mm, tampa plana e fechamento hermético por meio de parafusos.
- 5.27. Os aterramentos dos postes deverão ser executados por meio de uma ligação entre a carcaça metálica e uma haste de cobre de 2,40 m de comprimento. As luminárias deverão estar interligadas ao cabo de aterramento, contendo protetor de surto contra transeuntes, conforme a Norma Brasileira NBR 5101/2012 e a Portaria INMETRO 20/2017.
- 5.28. Durante a execução das instalações elétricas a contratada deverá manter o local devidamente sinalizado e protegido, seguindo as normas regulamentadoras vigentes, sem custos à contratante.
- 5.29. Devem ser fornecidas todas as ferramentas especiais necessárias ou convenientes para a montagem, desmontagem, diagnósticos e manutenção dos sistemas, equipamentos e componentes fornecidos. Seus custos devem estar incorporados na proposta da contratada.
- 5.30. Todas as estruturas metálicas deverão ser devidamente aterradas e contarão com uma caixa de passagem em cada base;
- 5.31. Todos os postes de iluminação deverão ser devidamente aterrados e contarão com uma caixa de passagem na base de cada poste.
- 5.32. Deverá ser executado o aterramento por toda a extensão interligando as caixas de passagem, contendo em cada uma delas uma haste de aterramento.
- Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²;
 - Haste de aterramento de 3/4" x 3 m.

Piso intertravado

- 5.33. Nas adequações da Rua Dr. Stevaux, serão executados Passeios (Calçada) em piso intertravado retangular, espessura de 8cm (cores a confirmar).
- 5.34. A análise, o estudo e o conhecimento do projeto, do que será construído, devem ser feitos antes do assentamento da primeira peça. Definindo-se:
1. Paginação do piso
 2. Todas as interferências, como bueiros, postes, entradas de veículos etc.
 3. Planejamento – como será o avanço da obra: por onde começar, como fazer juntas com as interferências, como terminar, como preparar a jornada do dia seguinte etc.

Seção Tipo

- 5.35. Subleito: Constituído de solo natural ou proveniente de empréstimo (troca de solo).
- 5.36. Deve ser compactado em camadas de 15 cm, dependendo das condições locais.
- 5.37. Camada de assentamento: Camada composta por material granular, com distribuição granulométrica definida, que tem a função de acomodar as peças de concreto, proporcionando correto nivelamento do pavimento e permitindo variações na espessura das peças de concreto. A areia de assentamento nunca deve ser usada para corrigir falhas na superfície da camada de base.
- 5.38. Camada de revestimento: Camada composta pelas peças de concreto e material de rejuntamento, e que recebe diretamente a ação de rolamento dos veículos, tráfego de pedestres ou suporte de cargas.
- 5.39. As peças de concreto têm que ter dimensões uniformes, compactação adequada de todo o conjunto e juntas pequenas entre elas, preenchidas com areia fina. Se as peças não forem uniformes não se conseguirá o assentamento adequado. As juntas devem ter abertura em torno de 3 mm e estar sempre preenchidas com areia.

Etapas

- 5.40. A primeira providência a ser tomada é verificar a camada de subleito, aquela que será a base do pavimento. Esta camada pode ser constituída de solo natural do local ou solo de empréstimo.
- 5.41. Devem ser observados, e reparados, quando necessário, os seguintes detalhes:
- O solo utilizado não pode ser expansível – não pode inchar na presença de água.
 - A superfície não deve ter calombos nem buracos.
 - O caimento da água deve estar de acordo com a especificação do projeto.
- 5.42. Recomenda-se que o caimento seja, no mínimo, de 2% para facilitar o escoamento de água.

- 5.43. Antes da compactação do subleito, devem ser realizados os serviços de drenagem, rede de serviços e as locações complementares.
- 5.44. O pavimento deverá obrigatoriamente ter contenções laterais que evitem o deslizamento dos blocos. O confinamento é parte fundamental do pavimento intertravado, como já foi visto.
- 5.45. Há dois tipos de confinamento: o externo, que rodeia o pavimento em seu perímetro (normalmente sarjetas e meios-fios), e o interno, que rodeia as estruturas que se encontram dentro dele (bocas-de-lobo, canaletas, jardins etc.). Eles devem ser construídos antes do lançamento da camada de areia de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar a areia e os blocos dentro de uma “caixa”, cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.
- 5.46. A condição ideal é que o confinamento seja de parede vertical, no contato com os blocos intertravados. Por essa razão, é desejável que seja pré-moldado ou moldado no local, devendo ser normalmente fabricado com concreto de resistência característica à compressão simples, medida aos 28 dias de idade, igual ou superior a 25 MPa. Deve estar firme, sem que corra o risco de desalinhamento, e com altura suficiente para que penetre na camada de base.
- 5.47. Normalmente, usa-se bica corrida, desde que tenha sido corretamente especificada, tomando-se precauções rotineiras para evitar a segregação do material durante o transporte, descarga e espalhamento. Depois disso, os principais aspectos da construção que justificam atenção incluem a regularização e a compactação da camada de base.
- 5.48. A superfície da camada de base deve ficar a mais fechada possível, ou seja, com o mínimo de vazios, para que não se perca muita areia da camada de assentamento das peças de concreto.
- 5.49. Depois de feitos os serviços preliminares descritos, começa de fato a construção do piso intertravado.
- 5.50. Ele começa pela construção da camada de areia para assentamento dos blocos. É a camada de areia média, semelhante a que é usada para fazer concreto, que servirá para assentar os blocos de concreto.
- 5.51. A espessura dessa camada não pode ser nem muito grande e nem muito pequena.
- 5.52. Há uma espessura em que o pavimento “funciona” adequadamente. Se a camada for muito espessa, haverá deformação (afundamento); se for insuficiente, haverá quebra dos blocos.
- 5.53. A melhor condição é que a areia não esteja nem seca nem saturada. Para se obter o teor de umidade desejado recomenda-se que a areia, no pátio de estocagem do canteiro, esteja sempre coberta.
- 5.54. É importante que a espessura da areia de assentamento seja uniforme e constante, não devendo variar simplesmente para compensar irregularidades grosseiras no acabamento superficial da camada de base.
- 5.55. Na realidade, é por essa razão que normalmente se dá ênfase à obtenção de um acabamento plano e fechado da base.

- 5.56. A camada de areia deve ser nivelada manualmente por meio de uma régua niveladora (sarrafo) correndo sobre mestras (ou guias), de madeira ou alumínio, colocadas paralelas e assentadas sobre a base nivelada e compactada. Do lado de fora, dois auxiliares passarão lentamente a régua sobre as mestras, uma ou duas vezes, em movimentos de vaivém.
- 5.57. Os vazios formados na retirada das mestras devem ser preenchidos com areia solta e rasados cuidadosamente com uma desempenadeira, evitando prejudicar as áreas vizinhas já prontas.
- 5.58. Não pise na areia depois de pronta. Caso ocorra algum dano, conserte antes de colocar os blocos. A superfície rasada da areia deve ficar lisa e completa. Em caso de ser danificada antes do assentamento dos blocos (por pessoas, animais, veículos etc.), a área defeituosa deve ser solta com um rastelo e sarrafeada novamente com uma régua menor, desempenadeira ou colher de pedreiro.
- 5.59. Como a espessura da areia, após a compactação das peças de concreto, deve ser uniforme e situar-se entre 3 cm e 4 cm, é necessário um pequeno acréscimo na espessura inicial da camada de areia espalhada entre as mestras. Normalmente, a espessura final desejada é alcançada usando-se mestras com 5 cm de altura, o que proporciona a obtenção de um colchão solto com a mesma espessura (antes da colocação dos blocos).
- 5.60. Uma vez espalhada, a areia não deve ser deixada no local durante a noite ou por períodos prolongados aguardando a colocação dos blocos. Por isso, deve-se lançar apenas a quantidade suficiente para cumprir a jornada de trabalho prevista para o assentamento dos blocos.
- 5.61. A espessura da camada de areia tem que ser a mesma em toda a área, para evitar que o pavimento fique ondulado depois de compactado. Por isso, é importante que a superfície da base esteja plana, sem buracos e sem calombos.
- 5.62. A areia deve ser jogada seca, limpa e solta (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira e depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias.
- 5.63. Os vazios formados na retirada das mestras devem ser preenchidos com areia solta e rasados cuidadosamente com uma desempenadeira, evitando prejudicar as áreas vizinhas já prontas.
- 5.64. Não pise na areia depois de pronta. Caso ocorra algum dano, conserte antes de colocar os blocos. A superfície rasada da areia deve ficar lisa e completa. Em caso de ser danificada antes do assentamento dos blocos (por pessoas, animais, veículos etc.), a área defeituosa deve ser solta com um rastelo e sarrafeada novamente com uma régua menor, desempenadeira ou colher de pedreiro.
- 5.65. Primeira fiada: é recomendável que antes de começar o serviço seja construído um pequeno trecho de blocos de concreto, soltos e sem compactar, para verificar se o que foi desenhado está de acordo com as medidas do que se tem na obra.
- 5.66. Marcação da obra: a marcação da primeira fiada é a mais importante e deve ser feita com cuidado. É dela que sai todo o alinhamento do restante do pavimento. Fios guias devem acompanhar a frente de serviço, indicando o alinhamento dos blocos, tanto na largura como no comprimento da área.

- 5.67. Colocação dos blocos: assente a primeira fiada de acordo com o arranjo estabelecido no projeto (espinha-de-peixe, fileira etc.). A colocação dos blocos é uma das atividades mais importantes de toda a construção do pavimento, pois é responsável, em grande parte, por sua qualidade final. Dela dependerão níveis, alinhamentos do padrão de assentamento, regularidade da superfície, largura das juntas etc., que são fundamentais para o bom acabamento e a durabilidade do pavimento. Como é uma atividade manual, da qual participam muitas pessoas, é importante ter dela um controle rigoroso.
- 5.68. O alinhamento correto dos blocos é um indicativo de sua boa qualidade (dimensões uniformes) e da atenção que se teve durante a construção do pavimento. Não existe diferença de rendimento do trabalho entre colocar os blocos cuidadosamente alinhados ou deixá-los à mercê dos desvios que o procedimento possa causar, mas o resultado final, sobretudo do ponto de vista estético, será muito diferente.
- 5.69. Para garantir que os alinhamentos desejados sejam alcançados durante a execução de um pavimento, o assentamento das peças deve seguir a orientação de fios-guias previamente fixados, tanto no sentido da largura quanto do comprimento da área. Os fios devem acompanhar a frente de serviço à medida que ela avança.
- 5.70. Os serviços devem ser regularmente verificados por meio de linhas guias longitudinais e transversais a cada 5 metros. Os eventuais desajustes quase sempre podem ser corrigidos sem a necessidade de remover os blocos, usando-se alavancas para restaurar o desejado padrão de colocação. Tais correções devem ser feitas antes do rejuntamento e da compactação inicial do pavimento, tomando-se o cuidado para não danificar os blocos de concreto.
- 5.71. As juntas entre os blocos têm que ter 3 mm em média (mínimo 2,5 mm e máximo 4 mm). Alguns blocos têm separadores com a medida certa das juntas. Os blocos não devem ficar excessivamente juntos, ou seja, com as juntas muito fechadas.
- 5.72. Fios guias dão os alinhamentos no avanço da obra, que pode ter mais de um assentador trabalhando ao mesmo tempo.
- 5.73. Ajustes e arremates: uma vez assentados todos os blocos que caibam inteiros na área a pavimentar, é necessário fazer ajustes e acabamentos nos espaços que ficaram vazios junto dos confinamentos externo e interno.
- 5.74. Não devem ser usados pedaços de blocos com menos de $\frac{1}{4}$ do seu tamanho original; nessas situações, o acabamento deve ser feito com argamassa seca (1 parte de cimento para 4 de areia), protegendo-se os blocos vizinhos com papel grosso e fazendo-se, com uma colher de pedreiro, as juntas que existiriam caso se usassem peças de concreto, inclusive aquelas junto ao confinamento.
- 5.75. Existem duas maneiras de fazer os arremates com peças de concreto.
- Primeira maneira: corte de blocos. Os arremates são feitos com pedaços de blocos íntegros, de preferência serrados com disco de corte, obedecendo ao mesmo alinhamento e padrão do restante do pavimento. Os pedaços de blocos que servirão de acabamento devem ser cortados cerca de 2 mm menores do que o tamanho do lugar onde serão colocados. Os cortes dos blocos com disco dão melhor resultado, ainda que seja possível usar guilhotina ou cinzel.

- Segunda maneira: corte do piso. Os blocos já assentados são cortados. Depois do corte feito, retiram-se os blocos ou pedaços de blocos que não serão usados e colocam-se no lugar os blocos ou peças de acabamento definidos no projeto (concreto, por exemplo).
- 5.76. Acabamentos junto ao confinamento: Os acabamentos também devem ser feitos junto aos confinamentos internos ou interrupções do piso. Daí a importância de fazer o “casamento” do projeto com o espaço da obra, conforme mostrado nos “serviços preliminares”.
- 5.77. Não devem ser usados pedaços de blocos com menos de $\frac{1}{4}$ do seu tamanho original; nessas situações, o acabamento deve ser feito com argamassa seca (1 parte de cimento para 4 de areia).
- 5.78. Compactação inicial: a compactação é feita com placas vibratórias e em duas etapas: compactação inicial e compactação final.
- 5.79. Colocados todos os blocos e feitos todos os ajustes e acabamentos, faz-se a primeira compactação do pavimento, antes do lançamento da areia para preenchimento das juntas entre os blocos. A compactação inicial tem como funções:
- Nivelar a superfície da camada de blocos de concreto.
 - Iniciar a compactação da camada de areia de assentamento.
 - Fazer com que a areia preencha parcialmente as juntas, de baixo para cima, dando-lhes um primeiro estágio de travamento.
- 5.80. A compactação deve ser feita em toda a área pavimentada, com placas vibratórias; deve-se dar pelo menos duas passadas, em diferentes direções, percorrendo toda a área em uma direção (longitudinal, por exemplo) antes de percorrer a outra (transversal), tendo o cuidado de sempre ocorrer o recobrimento do percurso anterior, para evitar a formação de degraus.
- 5.81. Cada passada tem que ter um cobrimento de, pelo menos, 20 cm sobre a passada anterior. Deve-se parar a compactação a, pelo menos, 1,5 metro da frente de serviço.
- 5.82. A compactação das bordas do pavimento, bem como de locais de difícil acesso às placas vibratórias (como a compactação junto a construções) deve ser realizada utilizando equipamentos de menor porte.
- 5.83. Retirada de blocos danificados: ao término dos serviços de compactação inicial devem ser substituídos por blocos inteiros os blocos que eventualmente tenham se partido ou danificado e corrigidas eventuais falhas.
- 5.84. Selagem das juntas Depois de fazer a compactação inicial e substituir os blocos danificados, uma camada de areia fina como a utilizada para fazer argamassa de acabamento é espalhada e varrida sobre o pavimento, de maneira que os grãos penetrem nas juntas. Não se deve adicionar cimento ou cal. Faz-se então a compactação final.
- 5.85. A selagem das juntas (seu preenchimento com areia) é necessária para o bom funcionamento do pavimento. Por isso, é importante empregar o material adequado e executar a selagem o melhor possível, simultaneamente com a compactação final do pavimento. Se as juntas estiverem mal seladas, os blocos de concreto ficarão soltos, o pavimento perderá intertravamento e se deteriorará rapidamente. Isso se aplica tanto a pavimentos recém-construídos quanto a antigos.

- 5.86. Espalhe a areia sem deixar formar montes. A areia para preenchimento das juntas deve ser espalhada sobre os blocos de concreto, formando uma camada de espessura delgada e uniforme, capaz de cobrir toda a área pavimentada; deve-se evitar a formação de montes.
- 5.87. Selagem das juntas: a areia é então varrida o quanto for necessário para que penetre nas juntas. A varrição pode ser alternada com a compactação final do pavimento ou simultaneamente com ela.
- 5.88. Após a compactação final deve-se fazer uma inspeção para verificar se realmente todas as juntas estão completamente preenchidas com areia e não apenas sua porção superior. Se for esse o caso, deve-se repetir a operação de espalhamento de areia e compactação.
- 5.89. Compactação final: a compactação final é feita da mesma maneira e com os mesmos equipamentos da compactação inicial.
- 5.90. Observações: não é recomendável deixar grandes áreas do pavimento sem compactação.
- 5.91. Os serviços de compactação inicial e final e de selagem das juntas deverão ser feitos até 1,5 m antes das bordas não confinadas do pavimento, como as frentes de serviço. Essa parte que fica sem compactar será terminada com o trecho subsequente.
- 5.92. Verificação final: Verifique se as juntas estão totalmente preenchidas com areia. Se for preciso, repita a operação de varrer areia fina e compactar. Caso contrário, limpe o trecho e abra-o ao tráfego. Uma ou duas semanas depois, volte e refaça a selagem com areia fina.
- 5.93. Antes da abertura ao tráfego, verifique se a superfície do pavimento está nivelada, se atende aos caimentos para drenagem e acessibilidade, se todos os ajustes e acabamentos foram feitos adequadamente e se há algum bloco que deva ser substituído.
- 5.94. A superfície do pavimento intertravado deve resultar nivelada, não devendo apresentar desnível maior do que 0,5 cm, medido com uma régua de 3 m de comprimento apoiada sobre a superfície.

Faixa Elevada / Lombofaixa

- 5.95. A superfície a ser imprimada, deverá ser varrida com vassouras manuais de modo que remova completamente toda terra, poeira e outros resíduos. Havendo necessidade de lavagem do local, esta deverá ser efetuada em tempo hábil a fim de permitir que a superfície seque antes da aplicação do material betuminoso. A emulsão betuminosa deverá ser aplicada manualmente com auxílio do regador, à taxa de 0,6 l/m² (zero vírgula seis litros por metro quadrado). A temperatura de aplicação deverá ser escolhida de modo a ser obtida a viscosidade SAYBOLT – FUROL entre 25 e 100 segundos.
- 5.96. O material betuminoso deverá ser aplicado em três etapas distintas, em camadas de 5 cm de espessura, de uma só vez em toda a largura da faixa elevada a ser executada, ocupando no máximo meia pista por vez, exceto nos locais em que o Departamento de Trânsito da CONTRATANTE permita ocupação maior, preservando-se a circulação dos veículos.

- 5.97. Imediatamente após a primeira aplicação da emulsão asfáltica, a primeira camada de CBUQ será espalhada na temperatura não inferior a 100°C com ligeiro excesso, sendo moldada com auxílio de gabaritos e rastelos.
- 5.98. A camada de CBUQ deve ser comprimida em toda a sua largura. A compressão deve começar pelo eixo da via progredindo para os taludes laterais, sendo cada passagem do rolo recoberta na vez subsequente de, pelo menos, a metade da largura da passagem anterior. O movimento do rolo compressor deverá ocorrer sempre longitudinalmente à via.
- 5.99. Concluída a compressão da primeira camada de CBUQ será feita a segunda distribuição da emulsão betuminosa nas superfícies desta e da via contígua a travessia elevada, da mesma forma como descrito na primeira distribuição. Após a imprimação será aplicado à segunda camada de CBUQ à temperatura não inferior a 100°C, na espessura de 5 cm, moldando-se a travessia elevada com o auxílio de gabarito e rastelos de modo a tomar a forma como especificado no detalhe construtivo da respectiva faixa elevada.
- 5.100. A compressão da segunda camada de CBUQ seguirá como o descrito para a primeira camada acima descrito. As laterais, contígua às sarjetas, deverão ter seu acabamento executado com placa vibratória.

Sinalização

- 5.101. Será executada a pintura das lombofaixas, conforme indicado no projeto.
- 5.102. Os materiais utilizados na confecção dos elementos de sinalização devem seguir os padrões de dimensões apresentados no manual de Trânsito – VOLUME IV – Sinalização Horizontal – Resolução N° 236/2007 – CONTRAN” e devem estar de acordo com as especificações de materiais do DER/SP e com as normas técnicas da ABNT.

Decks

- 5.103. Serão instalados abrigo e entrada de energia (pequena) (CAIXAS III OU V): BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO, para cada quiosque.
- 5.104. Cada quiosque terá um deck de madeira e um pergolado;
- 5.105. Serão instaladas entradas completa de água com abrigo e registro de gaveta para cada quiosque, DN= 3/4". Incluso o fornecimento dos materiais para a execução do abrigo e cavalete constituído por: registro de gaveta amarelo de 3/4, tubo e conexões de ferro galvanizado de 3/4 para a execução do cavalete; alvenaria de tijolo de barro cozido, revestida com chapisco, emboço, reboco e pintura com tinta a cal; base em concreto simples e laje de cobertura em concreto armado, ambos com acabamento alisado a colher; porta em chapa de ferro nº 16 de 85 x 65 cm, incluindo ferragens, pintura grafite, com tratamento anticorrosivo e a mão de obra necessária à execução do abrigo, instalação do cavalete, limpeza e apiloamento do terreno.
- Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1"), inclusive conexões;
 - Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios;
 - Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C;

- Instalação de soalho em tábua de madeira aparelhada para os decks, para execução do serviço está incluso fornecimento de tábuas em madeira aparelhada seca em estufa tipo Ipê (Tabebuia serratifolia), ou Jatobá (Hymenaea spp), com 20 cm de largura e 2 cm de espessura, para acabamento com tinta, cera ou verniz; e barrotes em madeira. Remunera também os materiais, acessórios, inclusive cavilhas da mesma madeira e a mão de obra necessária para a instalação completa do soalho sobre lastro ou laje.

Pergolados

5.106. Para proporcionar um pouco abrigo do sol, serão construídos pergolados:

5.107. Os pergolados deverão ter as dimensões descritas em projeto.

5.108. Pergolado em madeira Itaúba, Cumaru, Garapeira ou Ipê Champagne, de primeira qualidade, com acabamento em duas demãos de verniz de qualidade com proteção solar contra raios ultravioleta. A qualidade da madeira utilizada para a confecção das peças deverá ser avaliada por suas características físicas (dimensões e formas) e por suas propriedades como material orgânico (umidade, porosidade, densidade e resistência).

- Não utilizar peças com sinais de fungos, manchas, insetos;
- Sem nós ou fendas que comprometam sua durabilidade, resistência ou aparência;
- Seca, tendo as peças a umidade máxima de 20%;
- As faces serão em esquadro (quando for necessário); e
- Isenta de branco, caruncho ou broca.
- Todo madeiramento deverá ser imunizado com produto de uso permitido pelas normas de segurança e aprovadas pela Contratante. Descrição Pergolado de madeira Itaúba, Cumaru ou Ipê Champagne de primeira qualidade.

5.109. Os pilares serão formados por peças quadradas com 3,5m de comprimento, sendo que destes, 30cm serão enterrados para chumbamento. Duas vigas de sustentação com comprimento informado em projeto que suportam um outro conjunto de peças. Os parafusos que fixam a peça em aço carbono dos pilares serão em aço inoxidável; os demais parafusos, porcas e arruelas deverão ser em aço galvanizado.

Pilar de madeira (passagem coberta) para pergolado;

Viga de madeira (passagem coberta) para pergolado;

Aplicação de Verniz em toda a estrutura do pergolado.

Os itens serão executados conforme quantidades descritas abaixo:

AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V):BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00
Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4'	un	4,00

Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	m	80,00
Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00
Cabo de cobre flexível de 16 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	240,00
Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m ²	22,80
Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m ²	22,80
Base de bica corrida	m ³	2,28
Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00
Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m ²	34,20
Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48
Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m ³	7,06
Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	7,06
Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m ²	91,20
Chapisco	m ²	68,40
Emboço desempenado com espuma de poliéster	m ²	68,40
Soalho em tábua de madeira aparelhada	m ²	206,31
INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF 11/2021	m ²	59,52
Verniz em superfície de madeira	m ²	384,87

Paisagismo

5.110. O paisagismo deverá seguir o projeto, como também, toda disposição de plantas e mobiliários. Estão previstos em projeto:

- 28 bancos de madeira design Saboó;
- 13 lixeiras;
- pergolados de 6,20m x 2,40m;
- decks de dimensões variáveis;
- 38 Luminárias para iluminação externa, instalação em topo de poste;

- 42 vasos de cimento com dimensões Ø 60cm;
- 36 vasos de cimento com dimensões Ø 56,50cm h=42,90cm;
- 04 arcos de planta de escalada de estrutura metálica pintada (cor à definir);

Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00
Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00
ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00
ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00
ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00
FORRAÇÃO AZULZINHA	m ²	4,80
Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m ²	8,48

Bancos de Madeira

5.111. Os bancos deverão ter o design Saboó com logo feito em impressão a laser de 3 mm, em madeira de lei, densidade 1210 kg/m³, com tripla camada de verniz marítimo filtro solar, com as seguintes dimensões: 90 cm x 160 cm x 50 cm.

Lixeiras

5.112. As lixeiras terão as estruturas em aço carbono com revestimento em madeira de lei de densidade 1210 kg/m³ e tripla camada de verniz marítimo filtro solar, como também, constituídas de chapas metálicas com pintura eletrostática.

Limpeza Final

5.113. Após o término da obra deverá ser realizada a retirada dos detritos da construção como restos de areia, britas, argamassas, latas, pregos, etc. A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito de todas as instalações, equipamentos e aparelhos. Salpicos e aderências nas superfícies serão removidos de maneira a preservar a integridade do material que está sendo limpo.

5.114. Para tanto, é de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de mão de obra especializada para a retirada do material, bem como a carga, transporte e descarga em bota-fora devidamente licenciado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.115. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.14. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.1.1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. O pagamento de cada parcela será de acordo com a medição mensal entregue pela CONTRATADA, onde nada mais é que os serviços executados (de acordo com as especificações técnicas contratuais que façam parte deste Termo) no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.
- 7.3. Toda medição deverá ser acompanhada de Planilha de Medição (de acordo com as planilhas impostas pela CONTRATANTE), Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico dos serviços executados.
- 7.4. A CONTRATANTE, por intermédios de seus fiscais, irá analisar e atestar os documentos apresentados pela CONTRATADA quando da cobrança mensal pelos serviços prestados em até 5 (cinco) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.
- 7.5. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares, por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

Do recebimento

- 7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada do encerramento da execução contratual.
 - 7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.14.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua Situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO/CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.2. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

- 8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.31. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

- 8.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.35.1. Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia – 942 m²
- 8.35.2. Canaleta de águas pluviais em concreto – 76 m;
- 8.35.3. Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente – CBUQ – 3 m³.
- 8.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.36.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.36.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três

últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.37.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor máximo de licitação é **R\$ 2.871.254,09** (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), proveniente em sua totalidade do Estado – Fonte 2.
- 9.2. As liberações das parcelas serão realizadas mediante as regras presentes no Termo de Convênio em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 10.2. A contratação será atendida pela ficha 10628, conforme Decreto 10256.

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO N.º 037/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

A _____, com sede _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, município de _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº _____ / _____, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 002/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O projeto básico, o edital da licitação; a proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de *empreitada por preço unitário*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **11 (onze) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de execução dos serviços é de **10 (dez) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O prazo para a Contratada concluir os serviços será aquela indicado na cláusula terceira, sob pena de aplicação das sanções impostas neste ato convocatório.

2.3. O prazo de execução poderá sofrer prorrogações, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA. Eventual pedido de prorrogação de prazo de execução deverá ser submetido ao fiscal do contrato com a devida antecedência, considerando o tempo necessário para o trâmite processual e para que não haja paralisação das atividades pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1. Início da execução do objeto: dias a contar da emissão da Ordem de Serviço.

3.1.2. O prazo para conclusão do objeto é de dias a contar da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

3.1.3. Os serviços deverão ser prestados no local e horários indicados no projeto básico.

3.2. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução do objeto, promovendo sua substituição quando necessário.

3.3. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar mão de obra habilitada e qualificada para a realização dos serviços objeto do contrato.

3.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.6. As comunicações entre a CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.7. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços.

3.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e regulamentação local indicada no preâmbulo deste instrumento).

3.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e demais atribuições constantes na regulamentação local e indicada no preâmbulo deste instrumento.

3.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e realizará as demais atividades constantes na regulamentação local e indicada no preâmbulo deste instrumento.

3.12. O recebimento provisório e definitivo será conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação local indicada no preâmbulo deste instrumento.

3.12.1. Recebimento Provisório: Após comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização realizará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico mediante.

3.12.2. Recebimento Definitivo: Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento provisório, o gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, emitirá o recebimento definitivo, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.12.3. O Recebimento Definitivo viabilizará o pagamento da última medição do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ ().

5.1.1.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados ou bens fornecidos.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.2.1. Os Critérios de Medição e Pagamentos são os constantes no Item 7 do Termo de Referência, parte integrante do Anexo I do edital.

5.2.2. As liberações das parcelas serão realizadas mediante as regras presentes no Termo de Convênio em anexo.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Obs.: confirmar índice

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no projeto básico e Decreto Municipal nº 10.235/2024.

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.5. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.22. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, em especial emitir a no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato;

8.1.23. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo profissional preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.1.24. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.1.25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções

dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.1.26. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.1.27. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos.

8.1.28. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços serão conforme dispostos no art.140 da Lei nº 14.133/2021, bem como no capítulo XVIII, do Decreto Municipal nº 10.235/2024, e em consonância com as regras definidas no edital e no contrato.

8.1.29. As Obrigações da CONTRATADA encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

8.1.30. As Obrigações da CONTRATANTE encontram-se definidos neste instrumento convocatório e nos seus anexos.

8.1.31. A licitante vencedora será exclusivamente responsável pelo cumprimento das normas éticas e profissionais, aplicáveis aos serviços objeto desta licitação.

8.1.32. A licitante vencedora será a única responsável por eventuais danos causados a terceiros, seja por ato próprio, de seus empregados ou prepostos, não cabendo à Prefeitura nenhuma responsabilidade ou ônus por indenizações ou ressarcimentos devidos.

8.1.33. A contratada será responsável pelo cumprimento integral da Legislação Trabalhista, bem como pelo cumprimento de convenções ou acordos coletivos que tenham incidência no município de São Roque. A contratada deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos ou prejuízos à Prefeitura e a terceiros, sem quaisquer responsabilidades ou ônus para a Prefeitura por indenizações ou ressarcimentos devidos. Todo e qualquer prejuízo que a contratada vier a causar à Prefeitura e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, seja por ato próprio ou de seus prepostos, gerará para ela a obrigação de ressarcimento.

8.1.34. Caberá a Contratada o registro do contrato na instituição competente, na forma da Lei, se for o caso.

8.1.35. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.1.36. Durante a vigência do contrato, é obrigação da Contratada manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, independente de pedidos, avisos ou comunicações da Prefeitura.

8.1.37. Além de outras previsões no edital, a Contratada deverá cumprir todas as demais exigências do edital, do contrato e todas as demais exigências do Termo de Referência integrantes do Anexo I deste edital.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD -

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA A – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor de R\$, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6. observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser informada, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Edital.

10.19. A contratada prestou garantia no valor de **R\$** _____, como condição para a assinatura do contrato, representada por _____

10.20. Em caso de aditamento de contrato, a garantia ofertada deverá ser renovada pelo mesmo prazo do aditamento, se for o caso, sob pena de não renovação contratual e demais penalidades contratuais do edital.

10.21. O valor da garantia será devolvido 10 (dez) dias após o término do contrato. No caso de prorrogação contratual e vencimento do prazo da caução, esta deverá ser renovada pelo período de duração do contrato e nas mesmas condições iniciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de _____ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

_____, de _____ de _____.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

CONTRATADA:

PROTOCOLO Nº (DE ORIGEM): _____/2024 – **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 002/2024**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Email: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____
Email: _____
Assinatura: _____

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Email: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Email: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Email: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES):

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS(*): FISCAIS/OUTROS

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Departamento: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 002/2024

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Concorrência Eletrônica nº. 002/2024

....., inscrito no CNPJ nº.e inscrição Estadual nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº.e inscrito no CPF nº., DECLARA, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório na Prefeituras da Estância Turística de São Roque/sp.

.....
(data)

.....
(representante legal, RG, CPF)

Carimbo Padrão

CNPJ

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente, ou, que, de alguma forma possa identificar a licitante, e ainda, assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, **e deverá estar em formato PDF e conter assinatura na forma eletrônica/digital.**

ANEXO V

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 002/2024

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2024

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

(data)

.....

CNPJ

.....
(representante legal, RG, CPF)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente, ou, que, de alguma forma possa identificar a licitante, e ainda, assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, **e deverá estar em formato PDF e conter assinatura na forma eletrônica/digital.**

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2024

À

*** **ÓRGÃO LICITANTE**

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

CNPJ

.....
(data)

.....
(representante legal, RG, CPF)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente, ou, que, de alguma forma possa identificar a licitante, e ainda, assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, **e deverá estar em formato PDF e conter assinatura na forma eletrônica/digital.**

ANEXO VII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

PROCESSO N.º 037/2024

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI

1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

- a) Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

b) Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

c) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

d) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

e) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

e1) Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia – 942 m²

e2) Canaleta de águas pluviais em concreto – 76 m;

e3) Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente – CBUQ – 3 m³.

f) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

g) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

h) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

i) Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

j) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

j1) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

j2) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

j3) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

j4) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

j5) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

j6) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

k) A vistoria **NÃO É OBRIGATÓRIA**, se houver interesse em realiza-la, o interessado deverá agendá-la em horário de expediente e com antecedência. A não realização da vistoria implica a aceitação de todas as condições do local da prestação do serviço.

k1) A vistoria **PODERÁ** ser realizada **em qualquer dia útil anterior à data de entrega dos envelopes**, no horário das 09:00 às 15:00 horas, e deverá ser **previamente agendada** com o representante legal da municipalidade, através do telefone (011) 4784-8542/9636 no Departamento de Planejamento e Meio Ambiente, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

k2) A vistoria correrá por conta da proponente, que deverá vistoriar e examinar os locais dos serviços e obter sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias.

L) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

L1) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

m) Declaração formal assinada pelo representante legal do licitante ou por pessoa por ele indicada de que tem conhecimento do local e das condições e peculiaridades da realização do serviço objeto da contratação.

n) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

o) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c1) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

d) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

d1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

d2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

d3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

d4) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d4a) A boa situação financeira da licitante será aferida pela observância, dos índices apurados pelas especificações acima e pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado.

ILG - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: $\geq 1,00$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: $\geq 1,00$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

$$GEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

e) Prova de ter a empresa totalmente integralizada e registrada na Junta comercial, capital social igual ou superior a **R\$ 287.125,40** (duzentos e oitenta e sete mil cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos) **ou ainda** patrimônio líquido na mesma proporção, nos termos do artigo 69 da Lei 14.133/2021.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/diario-oficial>.**
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

ANEXO VII – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: **PROCESSO N.º 037/2024**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2024

, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/diario-oficial>.**
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

, de de .

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

CONCORRÊNCIA Nº 002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2024

ANEXO VIII – PROJETO BÁSICO

O PROJETO BÁSICO DEVE SER COMPOSTO POR:

- **Desenho:** Representação gráfica do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações, perfeitamente definida em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes.
- **Memorial Descritivo:** Descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, complementando as informações contidas nos desenhos referenciados.
- **Especificação Técnica:** Texto no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.
- **Orçamento:** Avaliação do custo total da obra tendo como base preços dos insumos praticados no mercado ou valores de referência e levantamentos de quantidades de materiais e serviços obtidos a partir do conteúdo dos elementos aferidos nos documentos anteriores, sendo inadmissíveis apropriações genéricas ou imprecisas, bem como a inclusão de materiais e serviços sem previsão de quantidades. O Orçamento deverá ser lastreado em composições de custos unitários e expresse em planilhas de custos e serviços, referenciadas à data de sua elaboração. Necessário observar disposto no Decreto Municipal nº 10.235/2024 e art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- **Cronograma físico-financeiro:** Representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração da obra demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.

DESTACAMOS QUE A AUSÊNCIA DESSES DOCUMENTOS PODERÁ ENSEJAR A IMPUGNAÇÃO DO CERTAME OU MESMO SEU JULGAMENTO DE IRREGULARIDADE POR FALTA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO PARA CERTAMES DA ESPÉCIE).

Seguirão juntamente com o TERMO DE REFERÊNCIA, devidamente identificadas, as documentações necessárias para a execução do objeto, sendo elas:

Anexo 1: Termo de convênio;

Anexo 2: Projeto básico;

Anexo 3: Planilha Orçamentária;

Anexo 4: Planilha Quantitativa;

Anexo 5: Cronograma Físico-Financeiro.

ANEXO IX – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 - PROCESSO N.º 037/2024

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data:

21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
1.0			Serviços Preliminares				
1.1	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 925,95	R\$ 5.555,70
1.2	CDHU	02.10.060	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	m²	1.885,24	R\$ 1,69	R\$ 3.186,05
1.3	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00	R\$ 865,04	R\$ 5.190,24
1.4	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00	R\$ 1.425,39	R\$ 8.552,34
1.5	CDHU	02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	m²	750,00	R\$ 25,55	R\$ 19.162,50
1.6	CDHU	02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	105,00	R\$ 46,77	R\$ 4.910,85
1.7	CDHU	02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	m²	330,00	R\$ 107,21	R\$ 35.379,30
			Total do item 1.				R\$ 81.936,98
2.0			Movimentação de Terra				
2.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	600,18	R\$ 50,90	R\$ 30.549,16
2.2	CDHU	07.06.010	Escavação e carga mecanizada em campo aberto, com rompedor hidráulico, em rocha	m³	10,00	R\$ 276,44	R\$ 2.764,40
2.3	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m³	600,18	R\$ 5,33	R\$ 3.198,95
2.4	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m³	600,18	R\$ 17,58	R\$ 10.551,16
2.5	CDHU	07.12.040	Aterro mecanizado por compensação, solo de 1ª categoria em campo aberto, sem compactação do aterro	m³	540,16	R\$ 20,61	R\$ 11.132,69
2.6	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	540,16	R\$ 22,36	R\$ 12.077,97
			Total do item 2.				R\$ 70.274,33
3.0			Demolições				
3.1	CDHU	03.01.040	Demolição manual de concreto armado	m³	13,59	R\$ 407,20	R\$ 5.533,84
3.2	CDHU	03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	m²	1.177,50	R\$ 10,18	R\$ 11.986,95
3.3	CDHU	03.06.050	Desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	67,65	R\$ 26,48	R\$ 1.791,37
3.4	CDHU	03.07.010	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	496,84	R\$ 26,51	R\$ 13.171,22
3.5	CDHU	34.13.041	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm	un	4,00	R\$ 3.619,23	R\$ 14.476,92
3.6	CDHU	04.40.010	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m	222,73	R\$ 8,99	R\$ 2.002,34
3.7	CDHU	03.01.260	Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m³	15,37	R\$ 300,03	R\$ 4.611,46
3.8	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	413,79	R\$ 105,96	R\$ 43.845,18
			Total do item 3.				R\$ 97.419,28
4.0			Iluminação				
4.1	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	2.844,60	R\$ 10,44	R\$ 29.697,62
4.2	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	2.500,00	R\$ 5,39	R\$ 13.475,00
4.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	1.422,30	R\$ 4,06	R\$ 5.774,53
4.4	CDHU	39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	500,00	R\$ 3,02	R\$ 1.510,00
4.5	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	3,00	R\$ 119,00	R\$ 357,00
4.6	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	38,00	R\$ 202,17	R\$ 7.682,46
4.7	CDHU	41.10.500	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 4,00 m	un	38,00	R\$ 1.111,06	R\$ 42.220,28

4.8	CDHU	41.11.450	Suporte tubular de fixação em poste para 2 luminárias tipo pétala	un	38,00	R\$	130,03	R\$	4.941,14
-----	------	-----------	---	----	-------	-----	--------	-----	----------

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
4.9	CDHU	41.11.116	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	un	76,00	R\$ 284,62	R\$ 21.631,12
4.10	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm ²	m	383,05	R\$ 50,13	R\$ 19.202,29
4.11	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	38,00	R\$ 292,73	R\$ 11.123,74
4.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m ³	9,50	R\$ 474,27	R\$ 4.505,56
4.13	CDHU	11.16.040	Bançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	9,50	R\$ 171,74	R\$ 1.631,53
4.14	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	Kg	760,00	R\$ 11,19	R\$ 8.504,40
4.15	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m ²	76,00	R\$ 99,52	R\$ 7.563,52
			Total do item 4.				R\$ 179.820,19
5.0			Hidráulica e Drenagem				
5.1	FDE	16.05.031	CA-21 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	m	153,04	R\$ 138,48	R\$ 21.192,51
5.2	FDE	16.05.041	TC-04 TAMPA DE CONCRETO P/ CANALETA AP (25CM)	m	153,04	R\$ 175,57	R\$ 26.869,72
5.3	CDHU	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	66,12	R\$ 55,04	R\$ 3.639,24
5.4	CDHU	54.06.110	Base em concreto com fck de 25 MPa, para guias, sarjetas ou sarjetões	m ³	1,98	R\$ 577,81	R\$ 1.144,06
5.5	CDHU	54.06.170	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 Mpa	m ³	0,30	R\$ 825,26	R\$ 247,57
5.6	CDHU	49.12.010	Boca de lobo simples tipo PMSP com tampa de concreto	un	3,00	R\$ 3.465,23	R\$ 10.395,69
5.7	CDHU	46.12.010	Tubo de concreto (PS-1), DN= 300mm	m	234,30	R\$ 98,52	R\$ 23.083,23
5.8	SINAPI	97903	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,8 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	un	24,00	R\$ 826,30	R\$ 19.831,20
5.9	CDHU	07.02.060	Escavação mecanizada de valas ou cavas com altura até 4,00 m	m ³	370,57	R\$ 20,27	R\$ 7.511,45
5.10	CDHU	08.01.020	Escoramento de solo contínuo	m ²	702,90	R\$ 95,40	R\$ 67.056,66
5.11	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m ³	44,47	R\$ 193,79	R\$ 8.617,84
5.12	CDHU	07.11.040	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com rolo, mínimo de 95% PN	m ³	309,28	R\$ 22,54	R\$ 6.971,17
5.13	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m ³	61,29	R\$ 5,33	R\$ 326,67
5.14	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	m ³	61,29	R\$ 17,58	R\$ 1.077,47
5.15	CDHU	49.12.120	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria diâmetro interno 70 cm - pescoço (levantamento do PV com reaproveitamento da tampa)	m	0,16	R\$ 669,64	R\$ 107,14
			Total do item 5.				R\$ 198.071,62
6.0			Calçada				
6.1	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m ²	1.950,16	R\$ 27,37	R\$ 53.375,87
6.2	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m ³	390,22	R\$ 22,36	R\$ 8.725,31
6.3	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m ³	156,01	R\$ 217,02	R\$ 33.857,29
6.4	CDHU	54.04.350	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	m ²	1.885,24	R\$ 120,69	R\$ 227.529,61
6.5	CDHU	30.04.100	Piso tátil de concreto, alerta / direcional, intertravado, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	m ²	65,85	R\$ 152,42	R\$ 10.036,85
			Total do item 6.				R\$ 333.524,93
7.0			Pavimentação - Lombofaixa				
7.1	CDHU	03.07.050	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m ²	11,00	R\$ 10,33	R\$ 113,63
7.2	CDHU	05.08.080	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m ³	1,10	R\$ 38,20	R\$ 42,02
7.3	CDHU	36.20.120	Chapa de ferro de 1,50 x 0,50 m para bucha de passagem	un	2,00	R\$ 303,99	R\$ 607,98
7.4	CDHU	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	m ²	45,65	R\$ 7,31	R\$ 333,70
7.5	CDHU	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	m ³	6,85	R\$ 1.543,97	R\$ 10.576,19
			Total do item 7.				R\$ 11.673,52

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
8.0			Sinalização				
8.1	CDHU	70.02.012	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para faixas	m²	78,90	R\$ 167,50	R\$ 13.215,75
			Total do item 8.				R\$ 13.215,75
9.0			Paisagismo				
9.1	CDHU	34.03.020	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00	R\$ 56,52	R\$ 4.239,00
9.2	CDHU	34.03.130	Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00	R\$ 44,62	R\$ 1.338,60
9.3	FDE	16.03.080	ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00	R\$ 45,02	R\$ 1.350,62
9.4	FDE	16.03.077	ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00	R\$ 68,24	R\$ 3.548,61
9.5	FDE	16.03.313	ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00	R\$ 93,56	R\$ 1.403,47
9.6	FDE	16.03.101	FORRAÇÃO AZULZINHA	m²	4,80	R\$ 244,20	R\$ 1.172,16
9.7	CDHU	34.02.080	Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m²	8,48	R\$ 22,54	R\$ 191,18
9.8	CDHU	34.01.010	Terra vegetal orgânica comum	m³	13,23	R\$ 223,88	R\$ 2.962,37
9.9	FDE	16.07.037	FL-07 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 60CM	un	42,00	R\$ 348,54	R\$ 14.638,49
9.10	FDE	16.07.038	FL-08 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 56,50CM H=42,90CM	un	36,00	R\$ 1.238,92	R\$ 44.601,13
9.11	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA	un	13,00	R\$ 1.350,77	R\$ 17.560,01
9.12	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	72,00	R\$ 77,99	R\$ 5.615,28
9.13	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg	398,75	R\$ 23,82	R\$ 9.498,22
9.14	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	71,50	R\$ 47,56	R\$ 3.400,54
9.15	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	8,00	R\$ 202,17	R\$ 1.617,36
9.16	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	m	67,00	R\$ 50,13	R\$ 3.358,71
9.17	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	8,00	R\$ 292,73	R\$ 2.341,84
9.18	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	m²	1.964,14	R\$ 14,25	R\$ 27.988,99
			Total do item 9.				R\$ 146.826,58
10.0			Subterraneo				
10.1	CDHU	04.21.130	Remoção de poste de concreto	un	14,00	R\$ 265,67	R\$ 3.719,38
10.2	CDHU	04.19.080	Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem	m²	7,00	R\$ 50,05	R\$ 350,35
10.3	CDHU	04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	m	972,00	R\$ 6,00	R\$ 5.832,00
10.4	CDHU	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	m	2.430,00	R\$ 3,00	R\$ 7.290,00
10.5	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	729,00	R\$ 2,50	R\$ 1.822,50
10.6	CDHU	04.21.140	Remoção de poste metálico	un	26,00	R\$ 265,67	R\$ 6.907,42
10.7	CDHU	04.22.060	Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo	un	1,00	R\$ 650,10	R\$ 650,10
10.8	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	546,75	R\$ 50,90	R\$ 27.829,57
10.9	CDHU	38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	m	1.131,50	R\$ 23,88	R\$ 27.020,22
10.10	CDHU	39.21.130	Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	1.582,00	R\$ 147,97	R\$ 234.088,54
10.11	CDHU	68.01.740	Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m	un	2,00	R\$ 2.743,86	R\$ 5.487,72
10.12	CDHU	36.09.370	Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco	un	2,00	R\$ 71.744,27	R\$ 143.488,54
10.13	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	24,00	R\$ 77,99	R\$ 1.871,76
10.14	CDHU	34.05.360	Gradiil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado	m²	38,64	R\$ 202,00	R\$ 7.805,28
10.15	CDHU	34.05.350	Portão de abrir em gradiil eletrofundido, malha 5 x 15 cm	m²	3,78	R\$ 1.466,36	R\$ 5.542,84
10.16	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	110,29	R\$ 47,56	R\$ 5.245,48
10.17	FDE	09.06.028	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X1,00 M	un	19,00	R\$ 630,33	R\$ 11.976,35
10.18	CDHU	69.03.140	Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa	un	19,00	R\$ 846,36	R\$ 16.080,84

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
10.19	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	36,45	R\$ 193,79	R\$ 7.063,64
10.20	CDHU	08.05.010	Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm	m²	583,20	R\$ 30,34	R\$ 17.694,28
10.21	CDHU	32.10.090	Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1'	m	243,00	R\$ 28,35	R\$ 6.889,05
10.22	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	1.850,00	R\$ 9,03	R\$ 16.705,50
10.23	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	150,00	R\$ 10,44	R\$ 1.566,00
10.24	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	2.600,00	R\$ 16,05	R\$ 41.730,00
10.25	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	600,00	R\$ 23,05	R\$ 13.830,00
10.26	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	100,00	R\$ 32,75	R\$ 3.275,00
10.27	CDHU	39.21.090	Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	250,00	R\$ 45,98	R\$ 11.495,00
10.28	CDHU	39.21.100	Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	350,00	R\$ 61,04	R\$ 21.364,00
10.29	CDHU	37.13.640	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	28,00	R\$ 160,40	R\$ 4.491,20
10.30	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	19,00	R\$ 200,31	R\$ 3.805,89
10.31	CDHU	37.13.700	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A	un	3,00	R\$ 683,25	R\$ 2.049,75
10.32	FDE	09.83.063	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 3X200A	un	4,00	R\$ 531,39	R\$ 2.125,55
10.33	CDHU	37.13.720	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A	un	11,00	R\$ 3.574,32	R\$ 39.317,52
10.34	CDHU	37.24.043	Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25 kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1	un	2,00	R\$ 7.766,02	R\$ 15.532,04
10.35	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	un	204,00	R\$ 239,25	R\$ 48.807,00
10.36	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, temperatura mole, classe 2, de 50 mm²	m	233,20	R\$ 50,13	R\$ 11.690,31
10.37	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	21,00	R\$ 292,73	R\$ 6.147,33
10.38	CDHU	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	m³	437,40	R\$ 19,00	R\$ 8.310,60
10.39	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	437,40	R\$ 22,36	R\$ 9.780,26
10.40	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	544,03	R\$ 105,96	R\$ 57.645,17
Total do item 10.							R\$ 864.323,98
11.0			Decks e Pergolados				
11.1	FDE	09.02.060	AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V):BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00	R\$ 2.833,82	R\$ 11.335,29
11.2	CDHU	45.01.020	Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4"	un	4,00	R\$ 1.428,94	R\$ 5.715,76
11.3	CDHU	46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	m	80,00	R\$ 39,23	R\$ 3.138,40
11.4	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00	R\$ 9,03	R\$ 722,40
11.5	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	m	240,00	R\$ 16,05	R\$ 3.852,00
11.6	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m²	22,80	R\$ 27,37	R\$ 624,03
11.7	CDHU	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m²	22,80	R\$ 3,46	R\$ 78,88
11.8	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m³	2,28	R\$ 217,02	R\$ 494,80
11.9	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00	R\$ 77,99	R\$ 9.358,80
11.10	CDHU	14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m²	34,20	R\$ 84,03	R\$ 2.873,82
11.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48	R\$ 11,19	R\$ 6.316,53
11.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m³	7,06	R\$ 474,27	R\$ 3.346,44

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
11.13	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	7,06	R\$ 171,74	R\$ 1.211,79
11.14	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m²	91,20	R\$ 62,92	R\$ 5.738,30
11.15	CDHU	17.02.020	Chapisco	m²	68,40	R\$ 6,95	R\$ 475,38
11.16	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	m²	68,40	R\$ 27,66	R\$ 1.891,94
11.17	CDHU	20.03.010	Soalho em tábuas de madeira aparelhada	m²	206,31	R\$ 703,46	R\$ 145.130,10
11.18	SINAPI	103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	59,52	R\$ 308,77	R\$ 18.377,99
11.19	CDHU	33.05.330	Verniz em superfície de madeira	m²	384,87	R\$ 28,51	R\$ 10.972,61
			Total do item 11.				R\$ 231.655,26
					SUBTOTAL		R\$ 2.228.742,42
					BDI	26,32%	R\$ 586.605,00
12.0			Cotações				
12.1	COTAÇÃO	01	Banco design Saboó	un	28,00	R\$ 1.996,67	R\$ 55.906,67
			Total do item 12.				R\$ 55.906,67
					TOTAL GERAL		R\$ 2.871.254,09

ANEXO X – PLANILHA QUANTITATIVA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 - PROCESSO N.º 037/2024

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
1.0			Serviços Preliminares				
1.1	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00		
1.2	CDHU	02.10.060	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	m²	1.885,24		
1.3	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00		
1.4	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	mês	6,00		
1.5	CDHU	02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	m²	750,00		
1.6	CDHU	02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	105,00		
1.7	CDHU	02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	m²	330,00		
			Total do item 1.				
2.0			Movimentação de Terra				
2.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	600,18		
2.2	CDHU	07.06.010	Escavação e carga mecanizada em campo aberto, com rompedor hidráulico, em rocha	m³	10,00		
2.3	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m³	600,18		
2.4	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 5º km até o 10º km	m³	600,18		
2.5	CDHU	07.12.040	Aterro mecanizado por compensação, solo de 1ª categoria em campo aberto, sem compactação do aterro	m³	540,16		
2.6	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	540,16		
			Total do item 2.				
3.0			Demolições				
3.1	CDHU	03.01.040	Demolição manual de concreto armado	m³	13,59		
3.2	CDHU	03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	m²	1.177,50		
3.3	CDHU	03.06.050	Desmonte (levantamento) mecanizado de pavimento em paralelepípedo ou lajota de concreto, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	67,65		
3.4	CDHU	03.07.010	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1,0 quilômetro e descarregamento	m²	496,84		
3.5	CDHU	34.13.041	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>45cm<60cm	un	4,00		
3.6	CDHU	04.40.010	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m	222,73		
3.7	CDHU	03.01.260	Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m³	15,37		
3.8	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	413,79		
			Total do item 3.				
4.0			Iluminação				
4.1	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	2.844,60		
4.2	CDHU	39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	2.500,00		
4.3	CDHU	39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	1.422,30		
4.4	CDHU	39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	500,00		
4.5	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	3,00		
4.6	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	38,00		

4.7	CDHU	41.10.500	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 4,00 m	un	38,00		
4.8	CDHU	41.11.450	Suporte tubular de fixação em poste para 2 luminárias tipo pétala	un	38,00		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
4.9	CDHU	41.11.116	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	un	76,00		
4.10	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm ²	m	383,05		
4.11	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	38,00		
4.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m ³	9,50		
4.13	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	9,50		
4.14	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	Kg	760,00		
4.15	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m ²	76,00		
			Total do item 4.				
5.0			Hidraulica e Drenagem				
5.1	FDE	16.05.031	CA-21 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	m	153,04		
5.2	FDE	16.05.041	TC-04 TAMPA DE CONCRETO P/ CANALETA AP (25CM)	m	153,04		
5.3	CDHU	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	66,12		
5.4	CDHU	54.06.110	Base em concreto com fck de 25 MPa, para guias, sarjetas ou sarjetões	m ³	1,98		
5.5	CDHU	54.06.170	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 Mpa	m ³	0,30		
5.6	CDHU	49.12.010	Boca de lobo simples tipo PMSP com tampa de concreto	un	3,00		
5.7	CDHU	46.12.010	Tubo de concreto (PS-1), DN= 300mm	m	234,30		
5.8	SINAPI	97903	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,8 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	un	24,00		
5.9	CDHU	07.02.060	Escavação mecanizada de valas ou cavas com altura até 4,00 m	m ³	370,57		
5.10	CDHU	08.01.020	Escoramento de solo contínuo	m ²	702,90		
5.11	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m ³	44,47		
5.12	CDHU	07.11.040	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com rolo, mínimo de 95% PN	m ³	309,28		
5.13	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	m ³	61,29		
5.14	CDHU	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10° km até o 15° km	m ³	61,29		
5.15	CDHU	49.12.120	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria diâmetro interno 70 cm - pescoço (levantamento do PV com reaproveitamento da tampa)	m	0,16		
			Total do item 5.				
6.0			Calçada				
6.1	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m ²	1.950,16		
6.2	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m ³	390,22		
6.3	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m ³	156,01		
6.4	CDHU	54.04.350	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	m ²	1.885,24		
6.5	CDHU	30.04.100	Piso tátil de concreto, alerta / direcional, intertravado, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	m ²	65,85		
			Total do item 6.				
7.0			Pavimentação - Lombofaixa				
7.1	CDHU	03.07.050	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m ²	11,00		
7.2	CDHU	05.08.080	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5° km até o 10° km	m ³	1,10		
7.3	CDHU	36.20.120	Chapa de ferro de 1,50 x 0,50 m para bucha de passagem	un	2,00		
7.4	CDHU	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	m ²	45,65		
7.5	CDHU	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	m ³	6,85		

			Total do item 7.				
--	--	--	------------------	--	--	--	--

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
8.0			Sinalização				
8.1	CDHU	70.02.012	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para faixas	m²	78,90		
			Total do item 8.				
9.0			Paisagismo				
9.1	CDHU	34.03.020	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	75,00		
9.2	CDHU	34.03.130	Arbusto Alamanda - h= 0,60 a 0,80 m	un	30,00		
9.3	FDE	16.03.080	ARBUSTO H=0,50 A 0,70 M - CALIANDRA	un	30,00		
9.4	FDE	16.03.077	ARBUSTO PRIMAVERA H=0.50 A 0.70 M	un	52,00		
9.5	FDE	16.03.313	ARBUSTO MANACÁ-DE-CHEIRO H=0,50 A 0,70M	un	15,00		
9.6	FDE	16.03.101	FORRAÇÃO AZULZINHA	m²	4,80		
9.7	CDHU	34.02.080	Plantio de grama São Carlos em placas (jardins e canteiros)	m²	8,48		
9.8	CDHU	34.01.010	Terra vegetal orgânica comum	m³	13,23		
9.9	FDE	16.07.037	FL-07 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 60CM	un	42,00		
9.10	FDE	16.07.038	FL-08 FLOREIRA PRE FABRICADO DE CONCRETO Ø 56,50CM H=42,90CM	un	36,00		
9.11	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA	un	13,00		
9.12	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	72,00		
9.13	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg	398,75		
9.14	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	71,50		
9.15	CDHU	40.02.620	Caixa de passagem em alumínio fundido à prova de tempo, 300 x 300 mm	un	8,00		
9.16	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	m	67,00		
9.17	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	8,00		
9.18	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	m²	1.964,14		
			Total do item 9.				
10.0			Subterraneo				
10.1	CDHU	04.21.130	Remoção de poste de concreto	un	14,00		
10.2	CDHU	04.19.080	Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem	m²	7,00		
10.3	CDHU	04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	m	972,00		
10.4	CDHU	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	m	2.430,00		
10.5	CDHU	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	729,00		
10.6	CDHU	04.21.140	Remoção de poste metálico	un	26,00		
10.7	CDHU	04.22.060	Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo	un	1,00		
10.8	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	546,75		
10.9	CDHU	38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	m	1.131,50		
10.10	CDHU	39.21.130	Cabo de cobre flexível de 185 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	1.582,00		
10.11	CDHU	68.01.740	Poste de concreto circular, 400 kg, H = 10,00 m	un	2,00		
10.12	CDHU	36.09.370	Transformador de potência trifásico de 300 kVA, classe 15 kV, a seco	un	2,00		
10.13	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	24,00		
10.14	CDHU	34.05.360	Gradil tela eletrosoldado, malha de 5 x 15cm, galvanizado	m²	38,64		
10.15	CDHU	34.05.350	Portão de abrir em gradil eletrofundido, malha 5 x 15 cm	m²	3,78		
10.16	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	110,29		
10.17	FDE	09.06.028	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X1,00 M	un	19,00		
10.18	CDHU	69.03.140	Caixa subterrânea de entrada de telefonia, tipo R2 (1070 x 520 x 500) mm, padrão TELEBRÁS, com tampa	un	19,00		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
10.19	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	36,45		
10.20	CDHU	08.05.010	Geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 1 mm	m²	583,20		
10.21	CDHU	32.10.090	Proteção anticorrosiva, com fita adesiva, para ramais sob a terra, com DN até 1"	m	243,00		
10.22	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	1.850,00		
10.23	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	150,00		
10.24	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	2.600,00		
10.25	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	600,00		
10.26	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	100,00		
10.27	CDHU	39.21.090	Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	250,00		
10.28	CDHU	39.21.100	Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	350,00		
10.29	CDHU	37.13.640	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	28,00		
10.30	CDHU	37.13.660	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	19,00		
10.31	CDHU	37.13.700	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 480/600 V, corrente de 125 A	un	3,00		
10.32	FDE	09.83.063	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNETICO 3X200A	un	4,00		
10.33	CDHU	37.13.720	Disjuntor série universal, em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 V, corrente de 300 A até 400 A	un	11,00		
10.34	CDHU	37.24.043	Dispositivo de proteção contra surto, 4 polos, 3F+N, Un até 240/415V, Iimp=75 kA (25 kA por fase), curva de ensaio 10/350 µs - classe 1	un	2,00		
10.35	CDHU	37.24.032	Supressor de surto monofásico, corrente nominal 20 kA, Imax. de surto 50 até 80 kA	un	204,00		
10.36	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	m	233,20		
10.37	CDHU	42.05.190	Haste de aterramento de 3/4" x 3 m	un	21,00		
10.38	CDHU	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	m³	437,40		
10.39	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	m³	437,40		
10.40	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	m³	544,03		
			Total do item 10.				
11.0			Decks e Pergolados				
11.1	FDE	09.02.060	AE-20 ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXAS III OU V)-BANDEIRANTE/CPFL/ELEKTRO	un	4,00		
11.2	CDHU	45.01.020	Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4"	un	4,00		
11.3	CDHU	46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1"), inclusive conexões	m	80,00		
11.4	CDHU	38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	m	80,00		
11.5	CDHU	39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C	m	240,00		
11.6	CDHU	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1,0 km	m²	22,80		
11.7	CDHU	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	m²	22,80		
11.8	CDHU	54.01.220	Base de bica corrida	m³	2,28		
11.9	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	120,00		
11.10	CDHU	14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	m²	34,20		
11.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 Mpa	kg	564,48		
11.12	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	m³	7,06		

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Objeto: Revitalização do Calçadão Central

Endereço: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

Fonte: CDHU: Boletim 192 - sem desoneração / FDE - Out.2023 / SINAPI - Novembro 2023 - sem desoneração

Data: 21/12/2023

Item	Fonte dos Serviços	Códigos dos Serviços	Descrição dos Serviços	un	Qde.	Preço Unit.	Total
11.13	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	7,06		
11.14	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	m²	91,20		
11.15	CDHU	17.02.020	Chapisco	m²	68,40		
11.16	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	m²	68,40		
11.17	CDHU	20.03.010	Soalho em tábua de madeira aparelhada	m²	206,31		
11.18	SINAPI	103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	59,52		
11.19	CDHU	33.05.330	Verniz em superfície de madeira	m²	384,87		
Total do item 11.							
SUBTOTAL							
BDI					26,32%		
12.0			Cotações				
12.1	COTAÇÃO	01	Banco design Saboó	un	28,00		
Total do item 12.							
TOTAL GERAL							

ANEXO XI

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

PROCESSO N.º 037/2024



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: Revitalização do Calçadão Central
LOCAL: Rua Dr. Stevaux, Centro, São Roque - SP

DATA
21/12/2023

SERVIÇOS	Preço dos Serviços	Percentual dos Serviços	MÊS										TOTAL
			01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	
1.0 Serviços Preliminares	R\$ 103.502,79	3,60%	55%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	R\$ 103.502,79
			R\$ 56.926,54	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	R\$ 5.175,14	3,60%
2.0 Movimentação de Terra	R\$ 88.770,53	3,09%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 88.770,53
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.770,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3,09%
3.0 Demolições	R\$ 123.060,03	4,29%	30,0%	0,0%	0,0%	30,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 123.060,03
			R\$ 36.918,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.918,01	R\$ 0,00	R\$ 49.224,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4,29%
4.0 Iluminação	R\$ 227.148,86	7,91%	0%	0%	33,3%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	R\$ 227.148,86
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 75.716,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	7,91%
5.0 Hidráulica e Drenagem	R\$ 250.204,07	8,71%	0%	16,7%	16,7%	0%	16,7%	0%	0%	16,7%	16,7%	0%	R\$ 250.204,07
			R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.700,68	R\$ 41.700,68	R\$ 0,00	8,71%
6.0 Calçada	R\$ 421.308,69	14,67%	0,0%	10,0%	20,0%	0,0%	15,0%	15,0%	0%	13,3%	13,3%	0%	R\$ 421.308,69
			R\$ 0,00	R\$ 42.130,87	R\$ 84.261,74	R\$ 0,00	R\$ 63.196,30	R\$ 63.196,30	R\$ 0,00	R\$ 56.174,49	R\$ 56.174,49	R\$ 56.174,49	14,67%
7.0 Pavimentação - Lombotaxa	R\$ 14.745,99	0,51%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	R\$ 14.745,99
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.745,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,51%
8.0 Sinalização	R\$ 16.694,14	0,58%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	R\$ 16.694,14
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.694,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,58%
9.0 Paisagismo	R\$ 185.471,34	6,48%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20,0%	80,0%	0%	R\$ 185.471,34
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.094,27	R\$ 148.377,07	R\$ 0,00	6,48%
10.0 Subterrâneo	R\$ 1.091.814,05	38,03%	14,3%	14,3%	0,0%	14,3%	14,3%	0%	14,3%	14,3%	14,3%	0%	R\$ 1.091.814,05
			R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 0,00	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 0,00	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 155.973,44	R\$ 0,00	38,03%
11.0 Decks e Pergolados	R\$ 292.626,92	10,19%	0%	0%	0%	0%	0%	25%	25%	25%	25%	0%	R\$ 292.626,92
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73	R\$ 73.156,73	R\$ 0,00	10,19%
12.0 Colações	R\$ 55.906,67	1,90%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	R\$ 55.906,67
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.906,67	R\$ 0,00	1,90%
R\$			R\$ 249.617,98	R\$ 244.960,12	R\$ 206.853,84	R\$ 196.066,59	R\$ 266.045,56	R\$ 323.075,84	R\$ 407.896,77	R\$ 369.274,74	R\$ 338.790,10	R\$ 0,00	R\$ 2.871.254,09
(%)			8,70%	8,53%	7,29%	6,90%	9,27%	11,25%	14,21%	12,86%	11,60%	0,00%	100%
Total	R\$ 2.871.254,09		R\$ 249.617,98	R\$ 244.960,12	R\$ 206.853,84	R\$ 196.066,59	R\$ 266.045,56	R\$ 323.075,84	R\$ 407.896,77	R\$ 369.274,74	R\$ 338.790,10	R\$ 0,00	R\$ 2.871.254,09
(%)			8,70%	8,53%	7,29%	6,90%	9,27%	11,25%	14,21%	12,86%	11,60%	0,00%	100%

Documento assinado digitalmente
GABRIELA LAMBIAZZI COURA
Data: 21/12/2023 10:40:26-0:300
Verifique em: <https://validar.jb.gov.br>

Gabriela Lambiazzi Coura
CREA: 507.056.392-0
ART: 3802720231531890

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

“São Roque – a Terra do Vinho e Bonita por Natureza”

À

Assessoria Jurídica

Ref. Concorrência Eletrônica nº 002/2024

Encaminho para análise e parecer quanto a minuta elaborada para a Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, Cronograma físico, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital.

Brian Vieira

Diretor do Departamento de Administração

Proc. Administrativo 10- 3.340/2024

De: Juliana V. - DA-MVP

Para: DA-SLIC - Serviço de Licitações - A/C Luciane C.

Data: 03/04/2024 às 09:55:01

Para análise e aprovação do diretor do Departamento de Administração quanto a minuta de edital elaborada e demais procedimentos legais.

At.,

—

Juliana Viola

Setor de Compras e Licitações

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 03/04/2024 às 11:05:30

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO - GP

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Proc. Administrativo 11- 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC
Para: GP - Gabinete do Prefeito - A/C MARCOS A.
Data: 03/04/2024 às 11:07:06

Sr. Prefeito,
Encaminho processo para análise de minuta e assinatura da autorização.
At.te

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Anexos:
11_AUTORIZACAO_DO_PREFEITO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUE	04/04/2024 12:15:13	1Doc
MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO CPF ...		

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **E990-F8D7-DC72-1FB2**

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Compras e Licitações
“São Roque – a Terra do Vinho e Bonita por Natureza”

Ao Departamento de Administração

Ref.: Contratação de Empresa Especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP.

AUTORIZO a abertura da licitação na modalidade de **Concorrência Eletrônica n.º 002/2024**, designando para condução do processo, a Segunda Comissão de Contratação, designada através da **Portaria n.º 055/2024** e a Equipe de Apoio designada através da **Portaria 085/2024**.

CUSTO ESTIMADO:

R\$ 2.871.254,09 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024:

- Despesa 10628 - 40.010801.30.389.15.451.1.2.4.4.90.51.99 - Fonte 2 - Recurso Estadual - Obras e Instalações - Outros Serviços de Pessoa Jurídica – Departamento de Obras e Serviços.

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo
Prefeito Municipal

Proc. Administrativo 12- 3.340/2024

De: MARCOS A. - GP

Para: DA-SLIC - Serviço de Licitações - A/C Luciane C.

Data: 04/04/2024 às 12:15:38

Assinado.

—

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 04/04/2024 às 15:33:36

[Brian Vieira - DA](#)

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Proc. Administrativo 13- 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: DA - Departamento de Administração - A/C BRIAN V.

Data: 04/04/2024 às 15:34:45

Sr. Diretor, [Brian Vieira - DA](#)

Encaminho processo para análise e aprovação de minuta e assinatura do despacho ao Departamento Planejamento .

At.te

—

Luciane de Fátima Camini

Setor de Compras e Licitações

Anexos:

12_Ao_Planejamento.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
BRIAN VIEIRA	04/04/2024 16:28:26	1Doc	BRIAN VIEIRA CPF 417.XXX.XXX-35

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **D30C-BB2B-E941-7FA1**

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Compras e Licitações

“São Roque – a Terra do Vinho e Bonita por Natureza”

Ao

Departamento de Planejamento e Meio Ambiente.

REF. Concorrência Eletrônica nº 002/2024 - **Contratação de Empresa Especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP.**

Encaminho o processo acima com a minuta de edital elaborada, para conhecimento e manifestação quanto ao disposto nos itens relacionados a:

- 1) Condições de pagamento;
- 2) Parcela de maior relevância;
- 3) Considerando o art. 14 do Decreto Municipal nº 10.235 no qual compete ao diretor da área demandante:

V – atuar como gestor dos contratos administrativos e atas de registros de preços relacionados a sua área;

VI – designar fiscal para os contratos administrativos e atas de registros de preços;

Gestor do contrato: O gestor possuirá todos os poderes de gerenciamento do ajuste, supervisão e avaliação, acompanhamento da execução contratual, incluindo notificação e requisição de documentos à contratada, e demais funções conforme disposto no decreto municipal nº 10.235 e lei 14.133/2021.

Indicação do fiscal: O fiscal ficará responsável pelo acompanhamento das obras, fiscalizando a execução dos serviços de acordo com o contrato, e demais funções conforme disposto na Seção IV, artigo 10 do decreto municipal nº 10.235 e lei 14.133/2021.

Diante do exposto solicito indicar o servidor que será designado fiscal do contrato do processo em epígrafe.

BRIAN VIEIRA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proc. Administrativo 14- 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: DP - Departamento de Planejamento e Meio Ambiente - A/C Juliana B.

Data: 04/04/2024 às 16:40:52

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Proc. Administrativo (Nota interna 05/04/2024 09:25) 3.340/2024

De: Juliana B. - DP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 05/04/2024 às 09:25:53

Evandro Nogueira Kaam - DP-GD favor atender o despacho 13

—
Juliana Egydio Caldevilla Bonfietti
Diretora de Planejamento e Meio Ambiente

De: Gabriela L. - DP-DCO

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 08/04/2024 às 09:50:08

Senhores,

Segue em anexo para a ciência de todos o **OF. ST/DADETUR nº 037/2024**, onde concede prazo para apenas **até dia 06/06** para que esta Municipalidade finalize o processo licitatório e inicie a obra.

Cordialmente,

—
Eng.^a Gabriela Lambiazzi Coura
Chefe de Divisão de Convênios
CREA nº 5070863920

Anexos:

Oficio_ST_DADETUR_n_037_2024_Sao_Roque_convenio_032_2021.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Gabriela Lambiazzi	08/04/2024 09:51:39	1Doc GABRIELA LAMBIAZZI CPF 454.XXX.XXX-71

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **0255-51C7-3D2F-C4FF**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR

São Paulo, 05 de abril de 2024

OF.ST/DADETUR Nº 037/2024

Assunto: Processo nº ST-PRC-2021-00216-DM

Convênio nº032/2021

Município: Prefeitura Municipal de **São Roque**

Objeto: Revitalização do Calçadão Central.

Senhor Prefeito,

Com meus cordiais cumprimentos, em resposta ao ofício nº052/2024/GP do município, encaminhado em 07/03/2024, solicitando a dilatação de prazo para apresentação do processo licitatório do referido convênio, sob a justificativa lá apresentada. Informamos:

- Conforme cláusula convenial o município dispunha do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do convênio para licitar e iniciar a obra. Prazo não cumprido pela municipalidade;

- Em agosto/2023, foi encaminhado ao município Ofício Circular DADETUR nº05/2023, concedendo o prazo até 06/10/2023 para o município licitar e iniciar as obras conveniadas, sob pena de, em caso de descumprimento, denúncia e encerramento do convênio. Prazo não atendido pela municipalidade.

- Em ofício encaminhado pela municipalidade em 07/03/2024, solicita-se mais 10 meses para entrega do processo licitatório e início da obra. Prazo inviável de ser concedido pela Pasta.

Assim, passados 841 dias da assinatura do convênio, a obra não foi licitada e iniciada pela municipalidade. E diante da solicitação acima encaminhada pela municipalidade, esta Secretaria concede a ÚLTIMA dilatação de prazo para apresentação do processo licitatório e início da obra conveniada.

Deste modo, fica concedido ao município o prazo até **06/06/2024**, para que a municipalidade apresente o processo licitatório e inicie a obra conveniada. O descumprimento do prazo mencionado, que NÃO SERÁ novamente prorrogado, implicará na denúncia unilateral do convênio, conforme previsto na cláusula de denúncia e rescisão do termo de convênio.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALINE DE ASSIS BERNARDO

Respondendo pelo Expediente do DADETUR

Excelentíssimo Senhor

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO

DD. Prefeitura Municipal de **SÃO ROQUE - SP**

De: Gabriela L. - DP-DCO

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 08/04/2024 às 10:16:32

Senhor Diretor Luiz Américo Liza Junior - DT segue para acompanhamento.

—
Eng.^a Gabriela Lambiazzi Coura

Chefe de Divisão de Convênios

CREA nº 5070863920

De: Evandro K. - DP-GD

Para: DA-SLIC - Serviço de Licitações

Data: 08/04/2024 às 14:01:55

Quanto ao Despacho 13.

- 1) Condições de pagamento; **de acordo** conforme o item 7 do anexo I;
- 2) Parcela de maior relevância; **de acordo** conforme o item 8.35 do anexo I e letras e do item 3 do Anexo VII;
- 3) Considerando o art. 14 do Decreto Municipal nº 10.235 no qual compete ao diretor da área demandante:

Gestor – **sugiro** informar Engenheira Marina Menezes de Magalhaes Ribeiro - DO (tendo em vista a ficha ser da divisão de obras)

Fiscal – Engenheira **Jefte Segura Pereira**

—

Atte.;

Evandro N. Kaam
Gerência de Divisões

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 09/04/2024 às 14:22:02

[Brian Vieira - DA](#)[Juliana Egydio Caldevilla Bonfietti - DP](#)[Evandro Nogueira Kaam - DP-GD](#)[Juliana Regina Mesquita Viola - DA-MVP](#)

Em anexo Ofício nº 037/2024 - DADETUR a respeito da dilatação de prazo para apresentação do processo licitatório e início da obra conveniada que se finda em **06/06/2024** para conhecimento.

At.te

—

Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Anexos:

14_E_mail_Oficio_DADETUR_09_04_2024.pdf

15_Oficio_ST_DADETUR_n_037_2024_Sao_Roque_convenio_032_2021_002_.pdf

Luciane Camini - Compras

De: Brian Vieira - Gabinete <bvieira@saoroque.sp.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 8 de abril de 2024 16:57
Para: lfcamini@saoroque.sp.gov.br; jrviola@saoroque.sp.gov.br
Assunto: ENC: Ofício ST/DADETUR nº 037/2024 - São Roque - Convênio nº032/2021
Anexos: Ofício ST-DADETUR nº 037.2024 São Roque convênio 032.2021.pdf

Luciane,

Favor instruir os autos com o ofício.

Atenciosamente,



Brian Vieira

Diretor de Administração
Departamento de Administração
Prefeitura da Estância Turística de São Roque
www.saoroque.sp.gov.br (11) 4784-8596

ANTES DE IMPRIMIR, PENSE NO MEIO AMBIENTE . Aviso Legal: Esta mensagem da Prefeitura da Estância Turística de São Roque, incluindo seus anexos, é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação, por ser ilegal, sujeitando o infrator as penas da lei. Os e-mails desta Prefeitura tem seu uso limitado exclusivamente para o trabalho, caso você receba algum e-mail que infrinja essa determinação favor encaminhá-lo para informatica@saoroque.sp.gov.br

De: Gabriela Lambiazzi - Planejamento [mailto:glambiazzi@saoroque.sp.gov.br]
Enviada em: segunda-feira, 8 de abril de 2024 10:11
Para: bvieira@saoroque.sp.gov.br; jrviola@saoroque.sp.gov.br
Cc: planejamento@saoroque.sp.gov.br; laliza@saoroque.sp.gov.br; gabinete@saoroque.sp.gov.br; goliveira@saoroque.sp.gov.br
Assunto: ENC: Ofício ST/DADETUR nº 037/2024 - São Roque - Convênio nº032/2021

Prezados, bom dia.

Segue para ciência o Ofício ST-DADETUR nº 037/2024, onde concede o prazo para a finalização do processo licitatório e início das obras para apenas até o **dia 06/06**. Peço, se possível, prioridade ao Convênio em questão.

Cordialmente,



Eng.ª Gabriela Lambiazzi Coura

Chefe da Divisão de Convênios
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente
Prefeitura da Estância Turística de São Roque
www.saoroque.sp.gov.br (11) 4784-9636

ANTES DE IMPRIMIR, PENSE NO MEIO AMBIENTE. Aviso Legal: Esta mensagem da Prefeitura da Estância Turística de São Roque, incluindo seus anexos, é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação, por ser ilegal, sujeitando o infrator as penas da lei. Os e-mails desta Prefeitura tem seu uso limitado exclusivamente para o trabalho, caso você receba algum e-mail que infrinja essa determinação favor encaminhá-lo para informatica@saoroque.sp.gov.br

De: Secretaria de Turismo - DADE <dade@turismo.sp.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 5 de abril de 2024 17:34
Para: gabinete@saoroque.sp.gov.br
Cc: glambiazzi@saoroque.sp.gov.br; goliveira@saoroque.sp.gov.br; turismo@saoroque.sp.gov.br; Haysa Tigre - Convênios <convenios@saoroque.sp.gov.br>; Convenios.Administrativo

<convenios.administrativo@cdhu.sp.gov.br>; Aline de Assis Bernardo <aline.assis@turismo.sp.gov.br>; Paulo Eduardo Politano <pepolitano@apoiocdhu.sp.gov.br>

Assunto: Ofício ST/DADETUR nº 037/2024 - São Roque - Convênio nº032/2021

Prezado Sr. Prefeito, boa tarde!

Segue Ofício ST/DADETUR nº 037/2024, para ciência e providências referente ao Processo nº ST-PRC-2021-00216-DM e Convênio nº 032/2021, firmado entre a Secretaria de Turismo e Viagens/DADETUR e esse município.

Ficamos à disposição.

Atenciosamente,

Leane Barbosa

Núcleo de Expediente do DADETUR



**Departamento de Apoio ao Desenvolvimento
dos Municípios Turísticos - DADETUR**

Secretaria de Turismo e Viagens

dade@turismo.sp.gov.br | 11 3204-2842

Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5º andar- São Paulo - SP





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR

São Paulo, 05 de abril de 2024

OF.ST/DADETUR Nº 037/2024

Assunto: Processo nº ST-PRC-2021-00216-DM

Convênio nº032/2021

Município: Prefeitura Municipal de **São Roque**

Objeto: Revitalização do Calçadão Central.

Senhor Prefeito,

Com meus cordiais cumprimentos, em resposta ao ofício nº052/2024/GP do município, encaminhado em 07/03/2024, solicitando a dilatação de prazo para apresentação do processo licitatório do referido convênio, sob a justificativa lá apresentada. Informamos:

- Conforme cláusula convenial o município dispunha do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do convênio para licitar e iniciar a obra. Prazo não cumprido pela municipalidade;

- Em agosto/2023, foi encaminhado ao município Ofício Circular DADETUR nº05/2023, concedendo o prazo até 06/10/2023 para o município licitar e iniciar as obras conveniadas, sob pena de, em caso de descumprimento, denúncia e encerramento do convênio. Prazo não atendido pela municipalidade.

- Em ofício encaminhado pela municipalidade em 07/03/2024, solicita-se mais 10 meses para entrega do processo licitatório e início da obra. Prazo inviável de ser concedido pela Pasta.

Assim, passados 841 dias da assinatura do convênio, a obra não foi licitada e iniciada pela municipalidade. E diante da solicitação acima encaminhada pela municipalidade, esta Secretaria concede a ÚLTIMA dilatação de prazo para apresentação do processo licitatório e início da obra conveniada.

Deste modo, fica concedido ao município o prazo até **06/06/2024**, para que a municipalidade apresente o processo licitatório e inicie a obra conveniada. O descumprimento do prazo mencionado, que NÃO SERÁ novamente prorrogado, implicará na denúncia unilateral do convênio, conforme previsto na cláusula de denúncia e rescisão do termo de convênio.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALINE DE ASSIS BERNARDO

Respondendo pelo Expediente do DADETUR

Excelentíssimo Senhor

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO

DD. Prefeitura Municipal de **SÃO ROQUE - SP**

Proc. Administrativo 16- 3.340/2024

De: Marina R. - DRO

Para: DA-SECOA - Setor de Contratos e Aditivos

Data: 11/04/2024 às 10:53:07

Conforme em conversa com o Dr. [Brian Vieira - DAe](#) a Diretora de Planejamento [Juliana Egydio Caldevilla Bonfietti - DP](#), ficou acordado da mesma indicar o Gestor e Fiscal desse contrato.

Atenciosamente,

—

Marina Menezes de Magalhaes Ribeiro

Diretora de obras

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Marina Menezes de Magalhae...	11/04/2024 10:53:19	1Doc MARINA MENEZES DE MAGALHAES RIBEIRO CPF 424....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **159E-1080-F5F0-29D6**

Proc. Administrativo 17- 3.340/2024

De: Juliana B. - DP

Para: DA-SECOA - Setor de Contratos e Aditivos

Data: 11/04/2024 às 11:09:59

Gestor e Fiscal – Engenheiro **Jefte Segura Pereira**

—

Juliana Egydio Caldevilla Bonfietti

Diretora de Planejamento e Meio Ambiente

De: BRIAN V. - DA

Para: DA-SECOA - Setor de Contratos e Aditivos - A/C Patrícia S.

Data: 11/04/2024 às 15:51:42

Conforme art. 14, inciso V, do Decreto Municipal nº 10.235/2024, indico como gestor do contrato a Senhora Juliana Egydio Caldevilla Bonfietti, por se tratar de Departamento relacionado à área da contratação.

—

Brian Vieira

Diretor de Administração

Proc. Administrativo 19- 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: DA - Departamento de Administração - A/C BRIAN V.

Data: 12/04/2024 às 15:52:13

Sr. Diretor, [Brian Vieira - DA](#)

Encaminho processo para análise e posterior envio a Assessoria Jurídica para Parecer.

At.te

—

Luciane de Fátima Camini

Setor de Compras e Licitações

Anexos:

13_Ao_Juridico.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
BRIAN VIEIRA	12/04/2024 16:09:54	1Doc	BRIAN VIEIRA CPF 417.XXX.XXX-35

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DE56-932A-85C0-716B**

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

“São Roque – a Terra do Vinho e Bonita por Natureza”

À

Assessoria Jurídica

Ref. Concorrência Eletrônica nº 002/2024

Encaminho para análise e parecer quanto a minuta elaborada para a Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, Cronograma físico, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital.

Brian Vieira

Diretor do Departamento de Administração

Proc. Administrativo 20- 3.340/2024

De: BRIAN V. - DA-MVP

Para: GP-ASSTEC - Assessoria Técnica

Data: 12/04/2024 às 16:11:35

Encaminhado para análise e parecer técnico jurídico.

—

Brian Vieira

Diretor de Administração

Proc. Administrativo 21- 3.340/2024

De: João M. - GP-ASSTEC
Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos
Data: 12/04/2024 às 17:03:01

João Augusto Gardini Martins
Chefe de Divisão Judicial

Anexos:
PARECER_EDITAL_CONCORRENCIA_002_2024_LEI_14_133_Revitalizacao_do_Calcadao_Central.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
João Augusto Gardini Marti...	12/04/2024 17:03:20	1Doc JOÃO AUGUSTO GARDINI MARTINS CPF 421.XXX.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **C9B1-4925-193D-0A60**

Ao
DA – Departamento de Administração
Ilmo. Sr. Diretor

PARECER

Trata-se de memorando assinado pelo **Diretor do Departamento de Administração**, o qual solicita que este Departamento Jurídico analise a minuta do edital de **Concorrência nº 002/2024**, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre dizer que a licitação, por força de dispositivos constitucionais, conforme disposto no Art. 37, Inciso XXI, e infraconstitucional, vide Art. 2º da Lei 14.133/21, é regra para a Administração Pública, que deve escolher seus fornecedores ou prestador de serviços mediante prévio processo seletivo. Assim, a licitação constitui um instrumento processual que possibilita à Administração Pública a escolha, para fins de contratação, da proposta mais vantajosa ao interesse público diretamente envolvido, sempre colocando em condições de igualdade as empresas que do certame queiram participar.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da **modalidade Concorrência**, conforme o art. 6º XXXVIII da referida Lei, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo licitatório, o TERMO DE REFERÊNCIA do pretendido pregão eletrônico encontra-se encartado nos autos, e está assinado pelos(as) Diretor(as) responsáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Bem como, a autorização para abertura do certame, assinado pelo Exmo. Sr.

Prefeito. O mesmo documento indica a Comissão de Contratação, e ainda, a equipe de apoio, fazendo com base na **portaria nº 085/2024**.

Na sequência, o Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme o artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assim, obedecidas às demais regras contidas, o presente parecer jurídico não vendo objeções quanto ao prosseguimento do certame público, vem, nos termos da Lei nº 14.133/2021, opinar pela aprovação do edital e seus anexos.

É o parecer, s.m.j.

São Roque, 12 de abril de 2024.

JOÃO AUGUSTO GARDINI MARTINS
Chefe da Divisão Judicial
OAB/SP nº 454.855

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos - A/C Juliana V.

Data: 15/04/2024 às 08:39:56

Sra. Juliana,

Encaminho para conhecimento.

At.te

—

Luciane de Fátima Camini

Setor de Compras e Licitações

De: João M. - GP-ASSTEC

Para: DA-MVP - Monitor de Validação de Processos

Data: 15/04/2024 às 12:22:09

Senhora,

Por um equívoco foi anexado junto ao Despacho 21 uma cópia desatualizada do Parecer, cujo teor não detém correlação com o presente.

Por assim, solicito a desconsideração do Despacho 21, para fazer constar o Parecer anexo ao presente.

Nada mais.

Atenciosamente,

—

João Augusto Gardini Martins

Chefe de Divisão Judicial

Anexos:

PARECER_EDITAL_CONCORRENCIA_002_2024_LEI_14_133_Revitalizacao_do_Calcadao_Central_dispensa_de_ETP.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
João Augusto Gardini Marti...	15/04/2024 12:22:21	1Doc JOÃO AUGUSTO GARDINI MARTINS CPF 421.XXX.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **2F3F-00B9-D62B-9991**

Ao
DA – Departamento de Administração
Ilmo. Sr. Diretor

PARECER

Trata-se de memorando assinado pelo **Diretor do Departamento de Administração**, o qual solicita que este Departamento Jurídico analise a minuta do edital de **Concorrência nº 002/2024**, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central, em São Roque/SP, de acordo com as normas técnicas contidas no Termo de Referência, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, constantes nesta licitação, que ficam como parte integrante ao Edital, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre dizer que a licitação, por força de dispositivos constitucionais, conforme disposto no Art. 37, Inciso XXI, e infraconstitucional, vide Art. 2º da Lei 14.133/21, é regra para a Administração Pública, que deve escolher seus fornecedores ou prestador de serviços mediante prévio processo seletivo. Assim, a licitação constitui um instrumento processual que possibilita à Administração Pública a escolha, para fins de contratação, da proposta mais vantajosa ao interesse público diretamente envolvido, sempre colocando em condições de igualdade as empresas que do certame queiram participar.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da **modalidade Concorrência**, conforme o art. 6º XXXVIII da referida Lei, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo licitatório, o TERMO DE REFERÊNCIA do pretendido pregão eletrônico encontra-se encartado nos autos, e está assinado pelos(as) Diretor(as) responsáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Bem como, a autorização para abertura do certame, assinado pelo Exmo. Sr.

Prefeito. O mesmo documento indica a Comissão de Contratação, e ainda, a equipe de apoio, fazendo com base na **portaria nº 085/2024**.

Na sequência, quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assim, obedecidas às demais regras contidas, o presente parecer jurídico não vendo objeções quanto ao prosseguimento do certame público, vem, nos termos da Lei nº 14.133/2021, opinar pela aprovação do edital e seus anexos.

É o parecer, s.m.j.

São Roque, 12 de abril de 2024.

JOÃO AUGUSTO GARDINI MARTINS
Chefe da Divisão Judicial
OAB/SP nº 454.855

Proc. Administrativo 24- 3.340/2024

De: Juliana V. - DA-MVP

Para: DA-SLIC - Serviço de Licitações - A/C Luciane C.

Data: 15/04/2024 às 14:27:52

RESUMO DE EDITAL – CP 002/2024 - Contratação de empresa especializada para a Revitalização do Calçadão Central em São Roque/SP. Encerramento às 09h:00 horas do dia 23/05/2024. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 17/04/2024, no site www.saoroque.sp.gov.br.

—

Juliana Viola

Setor de Compras e Licitações

Proc. Administrativo (Nota interna 15/04/2024 15:05) 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 15/04/2024 às 15:05:03

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Anexos:

17_Portaria_055_2024_Permanente_14133_21.pdf

18_Portaria_085_2024_Permanente_14_133.pdf



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

PORTARIA N.º 055/2024

De 23 de Janeiro de 2024

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO,
Prefeito da Estância Turística de São Roque, no uso de suas
atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Consoante o disposto no art. 6º, inciso L, combinado com o art. 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam constituídas as **COMISSÕES DE CONTRATAÇÃO e EQUIPE DE APOIO**, responsáveis pelas contratações realizadas com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º A Primeira Comissão de Contratação será composta da seguinte forma:

I - Presidente:

a) Patrícia Batista Camargo dos Santos;

II - Membros:

- a) Letícia Collini de Moraes;
- b) David de Mello Berger;
- c) David Alves Silveira;
- d) Daniela Oliveira Pedroso Miguel.

Parágrafo único. Fica designada Letícia Collini de Moraes como suplente da Presidente da Primeira Comissão de Contratação.

Art. 3º A Segunda Comissão de Contratação será composta da seguinte forma:

I - Presidente:

a) Vitor Barbosa Carlini;

II - Membros:

- a) Jefte Segura Pereira;
- b) Daiane Correa Lopes;
- c) Anália Cristina de Oliveira;
- d) Aline Erlinda Di Giulio.





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

Parágrafo único. Fica designada Aline Erlinda Di Giulio como suplente do Presidente da Segunda Comissão de Contratação.

Art. 4º A Equipe de Apoio das Comissões de Contratação será composta da seguinte forma:

I - Jéssica de Souza Amador;

II - Evandro Nogueira Kaam;

III - Vera Lucia de Andrade;

IV - Andreia Regina de Lima;

V - Vinicius José Camargo Piccirillo;

VI - Rogério Salazar da Silva;

VII - Marcelly Grenga Sousa;

VIII - Umberto Cássio Perone;

IX - Silvana Maria Felix Ferreira.

Art. 5º. Os servidores que compõem as comissões de contratação e equipe de apoio farão jus à gratificação a que se refere o art. 39, inciso VIII, e §1º da Lei Municipal nº 2.209/1994.

Art. 6º. O Prefeito designará a comissão de contratação, e a equipe de apoio, para o desenvolvimento e a condução das contratações, sob a Lei Federal nº 14.133/2021, em edital de licitação.

Art. 7º. Ficam revogadas as portarias 501/2023 e 880/2023.

Art. 8º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo
Prefeito da Estância Turística de São Roque

Assinado por 1 pessoa: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/B738-5C4F-3802-2683> e informe o código B738-5C4F-3802-2683





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

Assinado por 1 pessoa: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/B738-5C4F-3802-2683>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B738-5C4F-3802-2683

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO (CPF 144.XXX.XXX-59) em 24/01/2024 10:57:05 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/B738-5C4F-3802-2683>



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

PORTARIA N.º 085/2024

De 30 de Janeiro de 2024

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO,
Prefeito da Estância Turística de São Roque, no uso de suas
atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 4º da Portaria n.º 55, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Equipe de Apoio das Comissões de Contratação será composta da seguinte forma:

- I - Jéssica de Souza Amador;
- II - Evandro Nogueira Kaam;
- III - Vera Lucia de Andrade;
- IV - Andreia Regina de Lima;
- V - Vinicius José Camargo Piccirillo;
- VI - Rogério Salazar da Silva;
- VII - Giovanna Kelly Idalgo Oliveira;
- VIII - Umberto Cássio Perone;
- IX - Silvana Maria Felix Ferreira;
- X - Rosemeire Dias da Silva."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado por 1 pessoa: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/377C-1187-AC67-3FA6> e informe o código 377C-1187-AC67-3FA6





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo
Prefeito da Estância Turística de São Roque

Assinado por 1 pessoa: MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/377C-1187-AC67-3FA6> e informe o código 377C-1187-AC67-3FA6





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 377C-1187-AC67-3FA6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO (CPF 144.XXX.XXX-59) em 31/01/2024 17:02:37 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/377C-1187-AC67-3FA6>

Proc. Administrativo 25- 3.340/2024

De: Luciane C. - DA-SLIC
Para: GP - Gabinete do Prefeito - A/C MARCOS A.
Data: 15/04/2024 às 15:06:30

Sr. Prefeito,
Encaminho EDITAL para assinatura.
At.te

—
Luciane de Fátima Camini
Setor de Compras e Licitações

Anexos:
19_CPE_n_002_2024_EDITAL_2_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUE	15/04/2024 15:11:56	1Doc
MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO CPF ...		

Para verificar as assinaturas, acesse <https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **1819-393F-6704-B327**